

SUELLEN SILVA RODRIGUES

**CONCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE EM
SEXUALIDADE:** proposta interventiva e assessoramento para projetos de
educação sexual em Abaetetuba-PA.



SUELLEN SILVA RODRIGUES

CONCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE EM SEXUALIDADE: proposta interventiva e assessoramento para projetos de educação sexual em Abaetetuba-PA.

Dissertação de Mestrado, apresentando ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras-UNESP/Araraquara como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores.

Orientadora: Profa. Dra. Andreza Marques de Castro Leão.

ARARAQUARA-SP
2017

rodrigues, Suellen Silva Rodrigues
Concepções de profissionais da educação e saúde em
sexualidade: proposta interventiva e assessoramento
para projetos de educação sexual em Abaetetuba-PA. /
Suellen Silva Rodrigues rodrigues – 2017
192 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação
Sexual) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras
(Campus Araraquara)

Orientador: Andreza Marques de Castro Leão

1. Formação. 2. Sexualidade. 3. Professor. 4.
Profissionais de saúde. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SUELLEN SILVA RODRIGUES

CONCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE EM SEXUALIDADE: proposta interventiva e assessoramento para projetos de educação sexual em Abaetetuba-PA.

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras-UNESP/Araraquara como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores.

Orientadora: Profa. Dra. Andreza Marques de Castro leão.

Data da defesa: 17/08/2017

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Andreza Marques de Castro Leão
Faculdade de Ciências e Letras/UNESP/Araraquara

Membro Titular: Profa. Dra. Marcia Cristina Argenti Perez
Faculdade de Ciências e Letras/ UNESP/Araraquara

Membro Titular: Profa. Dra. Rita de Cássia Petrenas.
ASSER-UNICEP- Porto Ferreira

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP- Campus Araraquara

Dedico este trabalho a todos os profissionais da educação e saúde como forma de contribuir na multiplicação deste estudo, na certeza de que consigamos minimizar os índices de violência sexual contra nossas crianças e adolescentes no Estado do Pará.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é o ato mais nobre e a forma mais singela de retribuir todo o apoio no decorrer de uma batalha longa e árdua a qual nos propomos a trilhar.

Primeiramente, a Deus, não há palavras que represente toda a gratidão que tiveste comigo durante toda a minha estadia num lugar desconhecido, a qual não saberia ao certo o que estava por vir. Embora muitas vezes o medo tomasse conta do meu ser, sabia que o senhor caminhava ao meu lado me conduzindo para alcançar voos mais altos e provas do teu amor fazia eu renascer a cada manhã. Contudo, a minha vitória já estava assinada por tuas mãos! Meu pai, muito obrigada por fazer de mim o seu instrumento para que eu consiga disseminar todo o conhecimento a qual foi me repassado em prol de nossas crianças e adolescentes que vivem à margem de uma sociedade vulnerável.

Aos meus pais, Eldely Silva e Janari Barreto, por acreditar no meu potencial e se fazer presente em toda a minha vida pessoal e educacional. Vocês são a peça chave de todo o meu sucesso.

Elker Silva de Oliveira, você foi o degrau que faltava para a concretização deste sonho. Obrigada, pelos incentivos nos momentos de aflição nesse período de estudo.

À minha orientadora, Andreza Marques de Castro Leão, pela oportunidade e amorosidade no decorrer de todo o curso. Se fez presente nos momentos de angústias e alegrias, me tranquilizando e transmitindo toda energia positiva. Seu apoio foi e sempre será lembrado por toda a minha vida.

Ao Curso de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras- Araraquara-SP, em especial, ao coordenador e professor, Paulo Rennes Marçal Ribeiro, pela oportunidade.

Aos meus irmãos, Wanderson Rodrigues e Willians Rodrigues pelo apoio emocional durante minha estadia em Araraquara e a todos os meus familiares pelas orações.

Quero agradecer a todos os professores do Mestrado, suas contribuições foram muito significativas na minha construção pessoal e profissional.

A todos os meus colegas de turma, pela troca de experiências e pela reciprocidade nos encontros formais e informais, em especial, Evelanne Samara e Ana Maura, a qual tenho profunda gratidão e respeito. Obrigada, por todos os momentos que precisei vocês se fizeram presente.

À minha amiga, Ivone que me proporcionou momentos de alegria, e que sempre esteve disposta em ajudar. Você representou minha mãe na ausência dela. Obrigada!

À professora Dra. Marcia Cristina Argenti Perez, pelas valiosas sugestões para o aprimoramento deste estudo. E pela sua amorosidade, ao se reportar diante do outro.

À professora Dra. Eliane Rose Maio, pelas contribuições no aperfeiçoamento deste trabalho.

À professora Dra. Rita de Cássia Petrenas, pela disponibilidade em participar da defesa.

Eu quero expressar meu sincero agradecimento aos participantes da pesquisa, pela colaboração neste estudo, vocês foram incansáveis durante toda a formação.

Obrigada, ao município de Abaetetuba-PA, notadamente, as secretarias de educação e saúde pelo aceite da pesquisa.

Empodera-se de seus
Direitos e deveres
Única arma
Capaz de nos
Amadurecer de
coração e
Alma, para nos
Oportunizar viver a
Sexualidade de forma plena, com
Esperança de
sexo
seguro
Amor e
Longevidade

(Elaine Pereira, 2016)

RESUMO

A formação do professor é fundamental para assegurar um trabalho sistemático, contínuo e formal de educação sexual na escola, assim como, nos distintos ambientes de saúde. Há a necessidade de formação inicial e continuada deste profissional, considerando que os cursos de graduação geralmente não apresentam em seus currículos temas relacionados a gênero, sexualidade e, diversidade sexual. Aliado a isso, é imprescindível se ter professores aptos e que possam ser sensibilizados à necessidade de se discutir temas relacionados à sexualidade humana levando em consideração a necessidade de serem abordados no contexto escolar. O mesmo pode ser dito acerca dos profissionais da saúde. A formação acerca deste tema é incipiente diante das demandas que apresentam de abordar este assunto. Diante disso, a presente pesquisa teve por o objetivo geral averiguar as demandas dos profissionais da educação e saúde relativas à sexualidade e educação sexual, para a partir disso e neste contexto, elaborar e implementar propostas interventivas em sexualidade e educação sexual direcionado aos mesmos, acompanhando-os e assessorando-os no desenvolvimento de projetos de educação sexual. A abordagem metodológica utilizada na presente pesquisa é qualitativa, mediado pela pesquisa-ação. A pesquisa foi realizada no município de Abaetetuba-PA. E os participantes da pesquisa foram profissionais da educação (pedagogos e professor de matemática) e da saúde (psicóloga). Quanto aos instrumentos de pesquisa para a coleta de dados foi utilizado um questionário com perguntas abertas. A partir dos dados deste instrumento foram implementadas propostas interventivas para assessorar os profissionais nas efetivações de ações em sexualidade. Em linhas gerais, a elaboração de propostas interventivas visou dar legitimidade para uma formação articulada, fornecendo oficinas sobre as seguintes temáticas (história da sexualidade, diferença sexualidade e sexo, relação de gênero, gravidez na adolescência, prevenção as IST-HIV-AIDS, diversidade sexual, direitos sexuais e reprodutivos e violência sexual), assim como, sensibilizando ante à necessidade de implementação destas propostas. Contudo, por meio da implementação das propostas interventivas direcionadas aos profissionais de educação e saúde, foi notório verificar as contribuições que a formação propiciou nas concepções destes e, principalmente, no manejo para abordar o tema na prática profissional. Desse modo, percebemos que por meio dos resultados obtidos os profissionais da educação e saúde do citado município necessitam de formação e informação para desenvolver trabalhos interventivo de sexualidade, o que salienta a urgência do acréscimo de cursos contínuos para a efetivação das ações em ambas áreas.

Palavra-Chave: Formação. Sexualidade. Professor. Profissionais de saúde.

ABSTRACT

The aim of this paper was to enhance the proper preparation concerning to teachers specialization in matters of systematical, continuous and formal-standardized sexual education, which has to be assured preparing teachers to deal with this topics in schools, as well as in all health institutions. It is extremely necessary to emphasize the urge of this initial and continuous preparation of this professional, considering that undergraduation courses at the university generally do not contemplate these issues on its course curriculum, those themes are related to gender, sexuality and sexual diversity. Still attached to this idea, it is also demanding from teachers to be prepared and cope with this sexual education themes adequately, taking into consideration the compromise of approaching those issues accordingly. Providing the same know how and preparation as the health professionals receive on their specialized courses giving thus, the important implementation and reinforcement due to the necessity to convey this sexual matters approach. To this view, the present research had its general objective to assure the demands of education and health professionals regarding to sexuality and sex education, to start from this point and in this especific context to elaborate and implement interventional proposals on sexuality and sexual education advising them on the development of sex education projects. The methodological approach, on this research was qualitative, verified via action research. The research was applied in the city of Abaetetuba-PA. And the research participants were education professionals (pedagogy professionals), (mathematics teachers) and in the health area (psychologists). In terms of tools applied, in order to, collect data, it has been used a survey-questionnaire. Based on the data collected, there were implemented inventive proposals to assist those professionals on effective actions related to sexuality issues. In general terms, the concept of elaborating an inventive proposal intended to assure authenticity in articulated preparation, providing workshops on the following themes (history of sexuality, sexuality and sex difference, gender relations, teenage pregnancy, STI-HIV-AIDS prevention, sexual diversity, sexual and reproductive rights, and sexual violence), as well as, the awareness of the massive needs on implementing these proposals. Nevertheless, through implementing those inventive proposals directed to these professionals of education and health fields respectively, there has been noticed the necessity of verifying the contributions that this preparation provided on this professionals' conceptions, especially on how the theme has been approached in real life scenarios. In this way, we realize that through the results obtained, the education and health professionals who participated of the research need an appropriate training and information about the issue discussed in order to develop interventional sexuality educational effective work, which highlights the urgency of adding continuous courses for the implementation of actions in both areas.

Keywords: Preparation. Sexuality. Teacher. Health professionals.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1: Aplicação do questionário.....	111
Foto 2: Técnica: Despertando o corpo.....	112
Foto 3: Discussão de conceitos sexo e sexualidade.....	114
Foto 4: Apresentação da história da sexualidade.....	117
Foto 5: Técnica para discutir a relação de gênero.....	120
Foto 6: Técnica: falso e verdadeiro.....	127
Foto 7: Desenvolvendo a técnica concordo ou discordo.....	135
Foto 8: Discussão do texto: “País de Blowmink”.....	140
Foto 9: Encerramento da formação.....	154
Foto 10: Uma lembrança simbólica em forma de agradecimento.....	154
Foto 11: Intervenção 1 e Assessoramento.....	155
Foto 12: Encerramento da intervenção.....	157
Foto 13: Intervenção 2 e Assessoramento.....	159
Foto 14: Intervenção 3 e Assessoramento.....	160
Foto 15: Intervenção 4 e Assessoramento.....	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Caracterização dos participantes: os profissionais de educação e saúde do município de Abaetetuba, 2016.....	86
Tabela 2- Trajetória de formação.....	93
Tabela 3- Atuação profissional.....	96
Tabela 4- Intervenção em sexualidade na atuação profissional.....	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Exemplos de ações que podem ser realizadas.....	61
Quadro 2- Resultados esperados destas ações.....	62
Quadro 3- Instrumentos de apoio.....	63

LISTA DE SIGLAS

CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CTA	Centro de testagem e Aconselhamento
DST/HIV/AIDS	Doença Sexualmente Transmissível/ Human Immunodeficiency Virus/ Acquired Immune Deficiency Syndrome
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GTis	Grupos de Trabalhos Intersetoriais
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OMS	Organização Mundial de Saúde
PSE	Programa Saúde na Escola
PCN	Parâmetro Curricular Nacional
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil
SPE	Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas
UNESCO	Organizações das Nações Unidas para a Educação a Ciências e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 INTRODUÇÃO	19
1.1SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO	19
1.2 Sexualidade e relações de gênero.....	22
1.3 Educação sexual- conceitos, terminologias e desafios.....	32
1.4.Relevância do trabalho de educação sexual e algumas barreiras a serem implementadas.....	39
2. PROPOSTA DIÁLOGICA DE PAULO FREIRE NUM PENSAR CONSCIENTE DA SEXUALIDADE	41
3. POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO SEXUAL	45
3.1 Os Parâmetros Curriculares Nacionais.....	45
3.2 O Referencial Nacional Curricular da Educação.....	54
3.3 Programa Saúde na Escola.....	58
4. FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM SEXUALIDADE	64
4.1 Formação inicial e continuada.....	68
4.2 Formação de profissionais de saúde.....	78
5. MÉTODO	81
5.1 Local	84
5.2 Participantes.....	85
5.3 Instrumentos de coleta de dados.....	87
5.4 Procedimentos éticos.....	88
5.5 Procedimentos de coleta de dados.....	88
5.6 Procedimentos de análise de dados.....	90
6.RESULTADOS E DISCUSSÃO	92
6.1 Análise dos questionários.....	92
6.2 Conceitos.....	99
7. A FORMAÇÃO	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS	168

APÊNDICE A- TABELA COM OS TEMAS DA FORMAÇÃO.....	109
APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO.....	179
APÊNDICE C- AVALIAÇÃO DAS OFICINAS.....	181
ANEXO A- CARTA DE ESCLARECIMENTO DA PESQUISA.....	184
ANEXO B- TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA NA ESCOLA.....	185
ANEXO C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	186
ANEXO D - PARECER COMITÊ DE ÉTICA.....	188
ANEXO E- TEXTO UTILIZADO NA OFICINA DE DIVERSIDADE SEXUAL.....	191

APRESENTAÇÃO

Minha formação acadêmica é em Licenciatura Plena em Pedagogia, pela Universidade do Estado do Pará, e meu primeiro contato com a sexualidade foi na graduação com a disciplina “Psicologia da Educação” que explanou acerca das fases do desenvolvimento psicosssexual. E em seguida, cursei a Especialização em Educação Especial.

Durante minha carreira profissional desenvolvi trabalhos em ambiente escolar, com a educação infantil e em ambiente não escolar. Minha linha de trabalho é voltada para os projetos sociais os quais pude exercer atividades diretamente com jovens e adultos. Nesse sentido, no ano de 2010, por estar trabalhando no Cras¹ da cidade de Barcarena, no Estado do Pará, fui chamada para participar de uma Formação Básica do Projeto “Convivência e Cidadania do Instituto Aliança” que tinha como um dos objetivos trabalhar com a questão de como o adolescente tem vivenciado sua sexualidade, relações de gênero, direitos sexuais e direitos reprodutivos, prevenção contra DST-HIV-Aids, exploração sexual e gravidez na adolescência. Em decorrência da função a qual eu desenvolvia no Cras, como Educadora Social, aceitei em participar desta formação, que por sua vez, me ofereceria um aprimoramento mais contextualizado, a fim de que eu pudesse responder aos anseios, às necessidades de crianças e adolescentes, que se encontravam em situação de vulnerabilidade social.

Outro objetivo do projeto era fazer com que nos tornássemos agentes multiplicadores dentro das escolas para formarmos os professores das escolas municipais de Barcarena (PA). Nesse momento de reflexão pessoal, foi que pude perceber que os professores das escolas municipais dessa cidade não tinham a formação apropriada para trabalhar com esses temas nas salas de aulas. Além disso, percebemos também que as discussões no âmbito escolar sobre Educação Sexual estavam à margem das organizações curriculares, ficando muitas vezes

¹Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

dependentes da vontade dos professores da escola. Porém, em relação a essa temática, devemos considerar que a abordagem em sala de aula está além da vontade do professor, pois há de se pensar na formação necessária para efetivar uma discussão consistente e coerente na escola.

Percebemos que essa realidade, de certa forma, é comum nas escolas municipais e estaduais do Pará, bem como no Brasil, é que se justifica o meu interesse em ampliar e aprimorar os conhecimentos na área e, assim, implementar oficinas de formação continuada acerca do tema Educação Sexual, não só voltada para os professores, mas, também, para todos envolvidos na educação, de modo geral e que atuam na escola. Por isso, buscou-se o mestrado em Educação Sexual na UNESP-SP/Araraquara para aprofundar a temática, pautando-se na literatura e no estudo sistematizado no intuito de compartilhar o saber com os demais profissionais que atuam na área da sexualidade.

Portanto, por meio da minha experiência e do contato direto com professores e baseado nas ideias de Figueiró (1999, p.7) pude perceber que “os professores têm enfrentado muitas situações ligadas à manifestação da sexualidade, que exigem conhecimentos e habilidades específicas e, sobretudo, habilidades para saber aproveitar as oportunidades que surgem, assim de ensinar a partir delas”.

Frente ao exposto, o intento do presente estudo é promover uma formação direcionada aos profissionais da educação e saúde. A hipótese de pesquisa é que esses profissionais apresentam uma formação incipiente relativa à sexualidade e seus temas correlatos. Falta uma fundamentação científica e um preparo específico dos mesmos concernentes a esta temática, o que sinaliza que há a necessidade de propostas educativas voltadas a prepará-los. A formação pode ser um mecanismo catalisador nesta formação, instrumentalizando-os, assim como, sensibilizando-os frente à necessidade de abordar este tema na prática profissional, sobretudo se forem acompanhados e assessorados neste processo.

As questões de pesquisa que norteiam o presente estudo são:

- Que formação e informação os profissionais da educação e saúde têm sobre sexualidade e educação sexual?
- A formação multidisciplinar pode contribuir para ampliação do conhecimento destes profissionais em sexualidade?

Portanto, este trabalho tem como objetivo geral averiguar as demandas dos profissionais da educação e saúde relativas à sexualidade e educação sexual, para a partir disso e neste contexto, elaborar e implementar propostas interventivas em sexualidade e educação sexual direcionado aos mesmos, acompanhando-os e assessorando-os no desenvolvimento de projetos de educação sexual. Como objetivos específicos têm-se: formar profissionais da rede pública (setores da educação, assistência social, saúde, ONG, centros comunitários), para desenvolverem ações educativas em educação sexual nas suas instâncias sociais; acompanhar e assessorar estes profissionais nas efetivações de ações interventivas em sexualidade; sensibilizá-los acerca do papel que lhes compete na implementação de propostas interventivas em educação sexual.

Este estudo está estruturado em seis seções: na primeira seção denominada sexualidade e educação sexual no contexto contemporâneo. Inicialmente foram enfatizados os significados de sexualidade e relações de gênero que se constituíram no decorrer da história. Após, apresento as terminologias que são utilizados em outros estudos, e esclareço o termo educação sexual empregado nesta pesquisa. Além disso, discorro sobre os desafios, relevâncias e implicações do trabalho de educação sexual nas instâncias sociais.

Na segunda seção intitulada “Proposta dialógica da sexualidade à luz dos pressupostos de Paulo Freire”, apresenta o diálogo como instrumento catalisador para desenvolver o trabalho de sexualidade e educação sexual. Já na terceira seção apresento as políticas públicas em educação sexual, enfatizando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) e o Programa Saúde na Escola (PSE)

como documentos oficiais que legitimam o desenvolvimento do trabalho. Na seguinte seção apresento a importância da formação de professores e profissionais de saúde em sexualidade, salientando a necessidade de se ter profissionais de diferentes áreas para atuarem nos projetos de educação sexual.

Na quarta seção apresento as características metodológicas da pesquisa, o local que esta pesquisa foi efetivada, descrevo os participantes, apresento os instrumentos de coleta de dados, procedimentos éticos, a coleta de dados e a análise de dados. Na quinta seção, apresento os resultados e discussões na aplicação dos questionários e as oficinas desenvolvida com os profissionais de Abaetetuba-PA.

Por fim, na sexta seção apresento as considerações finais e as prováveis contribuições que o estudo proporcionou aos profissionais da educação e saúde, por meio da formação continuada.

1 INTRODUÇÃO

1.1 SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

Desde a Antiguidade até a Contemporaneidade a sexualidade, aspecto inerentemente humano, tem perpassado por inúmeros momentos históricos recebendo influências dos fatores econômicos, políticos, culturais, sociais, religiosos e educacionais.

Cabe pontuar que a sexualidade é um conceito amplo e histórico. Ela faz parte de todo ser humano e é representada de forma diversa, dependendo da cultura e do momento histórico. Ela tem componentes biológicos, psicológicos e sociais e se “expressa em cada ser humano de modo particular, em sua subjetividade e, em modo coletivo, em padrões sociais, que são aprendidos e apreendidos durante a socialização.” (Maia & Ribeiro, 2011, p.75.76).

A sexualidade é construída através da intenção entre o indivíduo e as estruturas sociais. “O total desenvolvimento da sexualidade é essencial para o bem-estar individual, interpessoal e social.” (Furlani, 2009, p. 9). Assim, a interação do indivíduo com o meio contribui para que a construção da identidade perpassa por todas as dimensões que envolvem os sentimentos, a intimidade, carinho, prazer, expressão emocional e etc., No entanto, é necessário que as questões que envolve a sexualidade sejam discutidas, visando colaborar para que o indivíduo exerça sua sexualidade com responsabilidade.

Conforme aponta Figueiró (2014, p.48), “a sexualidade é uma dimensão ontológica essencialmente humana, cujas significações e vivências são determinadas pela natureza, pela subjetividade de cada ser humano e, sobretudo, pela cultura, num processo histórico e dialético.”

Diante do exposto, é notadamente explícito que a sexualidade perpassa por diversas esferas sejam elas pessoais e/ou de modo coletivo. Em virtude disso, seus significados vão

sendo constituídos e formando a sua identidade enquanto sujeito conforme seus princípios, valores e vivências.

De fato, não há uma única definição para a sexualidade, tampouco é um aspecto estático que é dado ao indivíduo. Na realidade, ela se desenvolve através de distintas fases de desenvolvimento, intituladas de psicosexuais por Freud e por meio das quais o indivíduo vai adquirindo experiências e aprendendo a refletir sobre as questões da sexualidade.

Loyola (1998, p.31) “explica que há uma dificuldade de se obter uma visão unívoca acerca da sexualidade. Ou seja, tem-se diferentes concepções acerca dela.”

A Organização Mundial da Saúde (OMS) (2010) define que a sexualidade é vivida e se expressa por meio de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos.

Mesmo com todas essas definições quanto à sexualidade, percebemos que no atual momento prevalecem ideias controversas e deturpadas acerca deste assunto, que dificultam sua compreensão e o diálogo acerca disso. O mesmo pode ser dito quanto às relações de gênero, assunto que atualmente tem gerado muitas discussões e contradições. Exemplo disso, é o Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2014) em que os municípios brasileiros teriam que discutir a maneira de inserirem a discussão de gênero, porém, em muitos municípios, os vereadores conservadores se posicionaram veementemente contrários e resolutos quanto à esta discussão, de modo que vetaram que fosse tema a ser tratado no âmbito escolar. E isso ocorreu mesmo o Brasil sendo oficialmente um estado laico, o que demonstra que a interferência em assuntos como a sexualidade ainda é muito corrente e comum.

A construção do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba-PA, tem como princípio básico a participação popular para desenvolver as ações no processo educacional em seu contexto mais concreto, de maneira a se conhecer as demandas da realidade local, assim como, seus principais anseios.

Em 2009, a Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba, o Conselho Municipal de Educação, a sociedade civil organizada, órgãos e entidades ligadas à educação realizaram nos dias 25 e 26 de agosto a I Conferência Municipal de Educação, que deliberou a construção do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba para nortear as ações educacionais no município num período de dez anos (2012-2021). A partir dessa conferência formou-se uma Comissão Executiva para a estruturação do referido documento, seguindo as diretrizes do PNE Lei 10.172/2001 que fazia referência à construção pelos municípios de seus planos, pelas exigências da LDB Nº 9394/96.

Verificou-se que nas estratégias de ensino da Educação Infantil não há uma diretriz curricular que aborde a temática da sexualidade nas escolas, contudo dá para perceber que a Educação Infantil do município não dá atenção para esse tema, que é mostra de um processo histórico no qual a sexualidade não é trabalhada com a criança, sobretudo na educação. Entretanto, como apontam Spaziani e Maia (2014, p. 271) “a sexualidade faz parte do desenvolvimento infantil, sendo caracterizada pela descoberta e exploração do corpo” [...] a escola é o ambiente em que a criança socializará com seus pares, aguçando a sua curiosidade em torno da sexualidade.

Abordar a questão da sexualidade infantil em documentos legais e oficiais revela-se como outra possibilidade de se pensar e problematizar a vivência da sexualidade de criança e como propor novos olhares para esse assunto [...] (Teixeira & Xavier Filha, 2014, p. 285). De fato, estes documentos legitimam sua abrangência.

No Ensino Fundamental deste município é apontado uma estratégia a qual fomenta políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo à adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

No entanto, no Ensino Médio é mencionado como estratégia estabelecer parcerias de cooperação e colaboração com a União e a esfera estadual [...] para o combate à discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude. E universalizar em regime de colaboração com a União e Estado, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública do Ensino Médio, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. (Plano Municipal de Educação de Abaetetuba, SEMEC, 2015).

Diante do exposto, o Plano Municipal de Abaetetuba por não trazer de maneira evidente a discussão da temática da sexualidade mostra uma lacuna, lacuna esta que serviu de estímulo para a realização do presente estudo que visa se debruçar a conhecer a realidade de um município localizado no norte do Brasil, o qual há poucos estudos enfocando sua realidade, sobretudo no que diz respeito a formação dos profissionais da educação e da saúde para a implementação de trabalhos de educação sexual, embora haja esta necessidade.

1.2 Sexualidade e relações de gênero

Na contemporaneidade é muito debatido o processo da construção dos papéis sociais a partir da diferença biológica dos sexos instituídos na sociedade e o quanto essas discussões têm evidenciado posturas negativas e de diferenciação frente aos padrões comportamentais entre homens e mulheres, uma vez que, muito desses padrões são reproduzidos como “natural” e “imutável”, assim, estabelecendo uma única forma para viver sua sexualidade. Em decorrência desses valores que são formados, é necessário um olhar crítico e reflexivo para desmistificar essas definições desiguais construídas socialmente e culturalmente pelo indivíduo. E para

introduzir essas questões é fundamental fazer um breve recorte historiográfico para entender como certas práticas se fazem presentes nos dias de hoje.

Segundo Leão (2012, p.24), “a visão de senso comum que se tem de sexualidade na contemporaneidade, é vinculada ao pecado, a algo negativo e privado foi sendo construída ao longo dos séculos [...]. Esses discursos sobre a sexualidade foram se afirmando no decorrer da história devido o controle excessivo das práticas sexuais.”

Durante a Idade Média, o Cristianismo foi oficializado e passou a ter uma forte influência na regulamentação de condutas amorosas e sexuais dos seres humanos. O sexo passou a ser associado ao pecado, exceto quando o assunto fosse relacionado à procriação. Hostilizava-se o sexo, uma vez que este prazer físico representava uma ameaça e acreditava-se que o mal era o sexo. Assim, estas “noções cristãs acerca da sexualidade salientavam a necessidade de se abster de qualquer ‘carnalidade’ e desejo de natureza sexual.” (Brown, 1990. p.355).

A Igreja condenava algumas posições sexuais, somente a posição missionária “papai e mamãe” no qual o homem ficava em cima da mulher era consentida porque era uma forma de representar a submissão das mulheres ao marido. Além disso, a influência da Igreja era tanta que a mesma passou a definir os dias que os casais podiam ter relações sexuais, bem como as posições sexuais consideradas apropriadas. (Brown, 1990).

Portanto, o sexo era um impedimento na vida espiritual, e a Igreja tinha como objetivo disciplinar a libido. Muitos mitos e tabus da Idade Média tornaram-se corriqueiro nos dias atuais, pois essas imposições de valores morais se intensificaram e, conseqüentemente dificultava nas discussões sobre a sexualidade nas famílias e nas diferentes instâncias sociais. (Cabral, 1995).

A sexualidade para as mulheres nessa época ainda era muito restrita, pois para Santo Agostinho elas eram a única fonte de uma sexualidade perturbadora e ele exercia muita

influência neste cenário. As mulheres não podiam de forma alguma obter o poder, pois era uma forma de ameaçar as verdades a qual só se acedem os celibatários: filósofos ou clérigos. Dessa forma, a alternativa usada para que as mulheres não pudessem exercer o poder, era neutralizar sua posição de sujeito, e assim, instituí-las como o papel de esposa ou mãe, real ou espiritual. (Nunes, 1998). Ainda sobre as ideias de Santo Agostinho, a citada autora, Nunes (1998) pontua que o problema das mulheres não residia em sua sexualidade, mas em sua fragilidade, o que justificava a necessidade de subordinação ao homem. Sua natureza mais fraca fazia com que devessem ser dirigidas pelos maridos, “em uma hierarquia natural”. Dessa forma, “Santo Agostinho utilizava os preceitos da Igreja para a dominação dos mais frágeis, afetando com isso o estatuto social e religioso das mulheres por serem consideradas “perturbadoras” ao que tange à sexualidade.” (Cabral, 1995, p. 70).

Nesse aspecto, Cabral (1995, p.61) em seu livro intitulado “A sexualidade no mundo ocidental” aponta a ideia de Aristóteles para evidenciar a relação entre o homem e a mulher, a qual ocupam posição distintas, sendo que o macho é superior e a fêmea inferior. Com isso, hierarquiza a relação entre os gêneros de modo que ocorre uma naturalização binária dos papéis no qual o homem é visto como dominador e a mulher, por sua vez, a dominada.

Portanto, é evidente observar que no decorrer da história, os papéis sociais entre mulheres e homens foram marcados pelas desigualdades, preconceitos e relação de poder que perpassam na contemporaneidade para apresentar como surgiu a discussão de gênero. “A relação de poder é uma questão importante e imprescindível de considerar ao se discorrer acerca da sexualidade, bem como quanto as relações de gênero.” (Leão, 2012, p.39).

O conceito de gênero enfatizado nesse estudo está ligado a história do movimento feminista, no século XIX, partindo do pressuposto da igualdade nas relações entre homens e mulheres, a fim de que se construa uma sociedade mais democrática.

O termo “gênero” é muito recente, tanto nas ciências humanas e sociais como no movimento feminista. No início do século XIX, ainda não existia esse conceito e o termo utilizado era “mulheres” (Teixeira & Magnabosco, 2010, p.23).

Segundo Louro (2014), o movimento feminista manifestou três ondas. A primeira onda que marcou o movimento é denominada sufragismo, que está voltado para estender o direito do voto às mulheres. Este movimento está relacionado aos interesses das mulheres brancas de classe média e a obtenção dessas metas foi acompanhada de uma certa acomodação no movimento.

A segunda onda do movimento feminista inicia no final da década de 1960. Esse momento vai além das preocupações sociais e políticas, se volta para as construções propriamente teóricas. (Louro, 2014, p.19). Um momento marcado pela contestação, transformação aos tradicionais arranjos sociais e políticos que as mulheres eram submetidas.

A terceira onda é marcada a partir da década de 1990. Nesse momento, buscavam-se estratégias para redefinir o momento anterior. O termo gênero passa a ser usado na tentativa de substituir a ideia de se ancorar no âmbito biológico as distinções entre homens e mulheres. (Louro, 2014).

Joan Scott (1998, p.15), historiadora feminista americana, em seu artigo intitulado “Gênero uma categoria útil de análise histórica” define o conceito de gênero a partir da seguinte ideia

Por gênero me refiro ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se relaciona simplesmente às ideias, mas também às instituições, às estruturas, as práticas cotidianas como aos rituais, e tudo o que constitui as relações sociais. O discurso é o instrumento de entrada na ordem do mundo, mesmo não sendo anterior à organização social, é dela inseparável. Segue-se, então, que o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar; ela é antes, uma estrutura social móvel que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos.

Conforme Colling (2009, p.79) em seu artigo intitulado “Relações de poder e gênero no currículo escolar” a autora sintetiza que falar em gênero em vez de falar de sexo, indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção, engenharia social e política.

Essa disparidade entre a relação de gênero na atualidade está tomando novas proporções, pois as mulheres têm se destacado em diferentes espaços sociais. Aliás, ela tem buscado autonomia para a tomada das decisões, mesmo sendo pouco reconhecida, devido a um processo histórico de subordinação. Vale frisar que todas as diferenças existentes no comportamento de homens e mulheres refletem-se na vivência da sexualidade de cada um, nos relacionamentos a dois e nas relações humanas em geral. (Brasil, 2001, p.144).

De acordo com Figueiró (2010, p.129), gênero diz respeito ao modo como a masculinidade e a feminilidade são vividas, ambas são mutáveis ao longo da história, mutação essa que se dá socioculturalmente, ou seja, na própria interação homens/ mulheres, variando de cultura para cultura.

Leão (2012. p. 46) sinaliza o por que eram utilizadas as concepções biológicas para explicar os papéis sociais entre homens e mulheres

O determinismo biológico serviu para explicar as desigualdades entre homens e mulheres como sendo algo natural. Sabe-se que tais diferenças vão além do aspecto anátomo-fisiológico, sendo historicamente e culturalmente construídas, embora persista no senso comum a ideia de que o aspecto biológico define estas diferenças.

Em suma, a discussão sobre sexualidade e relações de gênero é indissociável para a obter a compreensão do estudo, os conceitos de ambos são pautados na construção cultural e social do indivíduo. É importante frisar que as questões da sexualidade se fortaleceram a partir do entendimento de gênero.

Para sintetizar a discussão Figueiró (2010, p. 130) complementa que

Resgatar o gênero implica que homens e mulheres possam, em conjunto, de acordo com as necessidades de cada momento histórico, reavaliar a forma de viver e as possibilidades de ação de cada um, seus deveres e seus direitos, e viabilizar as mudanças na forma de viver e de atuar na sociedade, com a preocupação sempre central de conquistar o bem-estar, o crescimento pessoal e a felicidade de ambos, num ambiente no qual nenhum sexo vale mais que o outro e onde todos-homens e mulheres- sejam merecedores de direitos iguais. [...]

“O contexto atual das discussões de gênero e sexualidade pode ser compreendida a partir das mudanças sociais e teóricas, ocorrida no mundo Ocidental, proporcionado pelas contribuições de movimentos políticos de contestação da dita “normalidade”, como o feminismo, os movimentos gays e lésbicos, movimentos raciais e étnicos, movimentos ecológicos.” (Furlani, 2009, p.12).

Em consonância a essas mudanças têm-se notado uma crescente atenção em relação a questões relativas à diversidade sexual e de gênero [...] esses avanços e as demandas por reconhecimento dos direitos de mulheres e LGBTs envolvem diversos campos sociais. (Junqueira, 2013, p. 8).

Louro (2014, p.28) “compreende os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem até mesmo ser contraditórias. Assim, o sentido de pertencimento a diferentes grupos: étnicos, sexuais, de classes, de gêneros, etc.”

Dentre as várias instâncias sociais, destacamos a escola como a principal instituição de ensino para abordar essas questões a fim de que desvincule os discursos carregados de preconceitos na tentativa de não se padronizar comportamentos ditos “certos” ou “errados”.

A escola demarca mesmo que, involuntariamente, os papéis sociais dos alunos² no ambiente escolar, por isso, são fundamentais que os funcionários que atuam neste ambiente observem como são construídos esses papéis, a fim de que se identifique essas distinções e as

² A fim de tornar a leitura mais fluida e agradável, optou-se por empregar a forma generalizada de “professores”, porém, ressalta-se aqui que seria mais adequado o uso da forma verbal e escrita “os professores” e “as professoras”, tendência atual das publicações científicas que preocupam em atenuar a hegemonia masculina, e de frisar a importância do respeito ao gênero feminino, historicamente desfavorecido e deslembado.

problematizem no espaço escolar. Contudo, a desmistificação dessas condutas desiguais é um compromisso e dever da “escola” nessa compreensão.

Frente ao exposto, Altman (2013, p. 78) evidencia que ao olhar para os sujeitos e para a sexualidade exclusivamente a partir de um referente biológico binário, naturalizam-se diferenças que dizem respeito ao corpo, ao gênero e à sexualidade.

Junqueira (2013, p. 9) problematiza sobre como promover a inclusão das questões de gênero, identidade de gênero e educação sexual na educação brasileira a começar de uma perspectiva de valorização e promoção de uma cultura de respeito e reconhecimento da diversidade sexual e de gênero.

O documento oficial, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) “Pluralidade Cultural e Orientação Sexual” (Brasil, 2001) que respalda a inserção dessas temáticas na escola, embutiu o tema sexualidade e relações de gênero como conteúdo a ser trabalhado para dar visibilidade a esses aspectos, pois foram considerados fundamentais e, além disso, há uma estreita ligação entre eles. Os PCN definem o conceito de gênero dizendo que

Gênero é um conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino e “feminino” como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. (BRASIL, 2001, p.144)

A escola é uma instituição social que normatiza e disciplina as pessoas, sendo seu papel formar as cidadãs da sociedade. “[...] ela é instrumento desta, e acaba reproduzindo as relações de poder, as quais perpassam distintas instâncias, entre as quais, a escola” (Leão, 2009, p.47).

Diante de todas essas problematizações mencionadas, é necessário buscar mecanismos novos dentro da escola para transformar as práticas educativas, a fim de que certas concepções não sejam interpretadas e aprendidas como ‘naturais’. Quanto a esse aspecto de naturalização, Louro (2014, p.64) afirma que essas concepções são interiorizadas nas atuais escolas, a qual

muitas vezes nos impede de perceber, por estar fortemente arraigada nos comportamentos considerados ‘normais’. Acerca disso, a autora faz algumas interrogações para exemplificar esta ideia: “é natural que meninos e meninas se separem na escola, para os trabalhos de grupos e para as filas? É preciso aceitar que ‘naturalmente’ a escolha dos brinquedos seja diferenciado segundo o sexo? Entre outros questionamentos, a autora, enfatiza que” [...] a tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como “natural”. (Louro, 2014, p.67).

Segundo Colling (2009, p.78), as desigualdades entre os sexos sempre foram aceitas pela escola sem nenhuma indagação. Além disso, complementa que a escola é o lugar de marcação sexual “[...] sendo que a mesma afirma e reafirma os papéis sexuais construídos historicamente”.

“Na escola, insiste-se na preservação de uma prática que, embora seja bem-intencionada, se revela repressiva, que reitera binarismos e relações opressivas entre homens e mulheres” [...] além disso, mantém-se centrada na “naturalização da heterossexualidade” [...] (Junqueira, 2013, p.9).

A omissão das temáticas no currículo da escola tem contribuído para fortalecer as desigualdades entre os sexos, uma vez que, esses conhecimentos deveriam ser pensados como elementos essenciais na formação do aluno, na perspectiva de promover rupturas as inúmeras situações que dizem respeito à questão de gênero e sexualidade, que são embutidos corriqueiramente na construção de valores do aluno. Referente a essas questões, Louro (2014, p.131) salienta que “em termos de políticas curriculares ou até mesmo de práticas escolares, gênero e sexualidade ainda aparecem ser tratados quase que exclusivamente como temas que devem ficar restritos a um campo disciplinar: Educação Sexual”.

Nesse sentido, sabe-se o quanto é emergencial introduzir a discussão da Educação Sexual na escola, dentre outros ambientes, para que se possa mobilizar acerca da importância de inserir ações referentes ao tema.

Leão (2012, p.52) enfatiza que a escola é um espaço profícuo para inserir as questões relativas às relações de gênero, além disso, representa um importante e expressivo passo para a efetivação de ações concretas no combate da discriminação, desinformação e da disparidade de gênero [...].

Frente ao exposto, Louro (2014, p.135) complementa que [...] “as feministas têm buscado intervir na formulação de políticas curriculares na área de educação sexual, pois reconhecem que esse é um campo privilegiado para a construção de sentidos, para a significação do ser homem e do ser mulher” [...]

Desnaturalizar diferenças entre homens e mulheres foi uma conquista importante do movimento feminista e dos estudos de gênero e que deve ser resgatada quando se aborda a diversidade sexual. (Altmann, 2013, p.78).

O currículo deve ser pensado como um campo que atua na produção de subjetividades, que disciplina corpos, classifica, normaliza, regula as condutas e governa os sujeitos, implica em pensar no quanto ele está envolvido na produção dos corpos, dos gêneros e das sexualidades (Maia et al, 2014, p. 118).

É importante frisar que apesar do assunto estar oculto no currículo da escola, muitas vezes o aluno já adquiriu um conhecimento prévio a respeito dessas questões, que foram reproduzidos no seio familiar. Assim, cria-se um conjunto de representações sociais que vão se constituindo para diferenciar os papéis dos meninos e meninas na sociedade. Observa-se como o senso comum influencia na reprodução dessas práticas, na construção de valores e sobretudo, na desvalorização do outro.

Para sintetizar essa ideia, Leão (2012), corrobora que os alunos incorporam valores quanto a gênero na família e no percurso social, antes mesmo de adentrarem o contexto escolar, assim, aprendem a que gênero pertencem e o que é esperado, em termos de papéis sociais, para desempenhar.

Junqueira (2013, p. 11) reforça que não é possível transformar a sociedade somente a partir da escola ou eliminar dela todas as relações desiguais de poder. É imprescindível a promoção de enfoques e de ações que demonstrem o reconhecimento à diversidade sexual em todos os níveis de ensino e em cada espaço do currículo.

A escola, como espaço de reflexão dos acontecimentos, precisa construir identidades de gênero para os tempos em que vivemos, calcadas no princípio de que os corpos são significados na e pela cultura, e por ela continuamente ressignificados (Ribeiro & Soares, 2013, p. 28).

Desse modo, é imprescindível pensar na formação dos professores, dentre outros profissionais, que abarcam essas discussões em vários espaços, a fim de que possa levá-los à reflexão sobre a seriedade do trabalho. Teixeira e Magnabosco (2010, p.55) enfatizam que repensar a formação dos professores na perspectiva das relações de gênero é condição para construirmos relações de semelhança e respeito na escola.

Portanto, a contextualização da trajetória deste movimento em combater as relações desiguais foi essencial para entender como os padrões sociais foram se fixando na sociedade, e o quanto essas práticas implicaram nas disparidades entre homens e mulheres e na construção de suas identidades. Algumas dessas construções precisam ser questionadas e problematizadas nas diversas instâncias sociais, com o intuito, de quebrar os paradigmas que foram e são arraigados nos dias de hoje, a escola, como o principal ambiente para levantar essas questões, deve abrir espaço para que possam ser discutidas novas práticas no tocante à sexualidade e

gênero, a fim de que não haja privilégios entre os sexos e, assim, podendo construir novas relações pautadas no princípio da igualdade e democracia.

1.3 Educação sexual- conceitos, terminologias e desafios

Em diferentes trabalhos científicos da área, ainda é possível encontrar diversas formas para se referir à Educação Sexual. Há autores que interpretam o termo conforme sua maneira de enxergar o conceito da sexualidade e sua perspectiva quanto um trabalho interventivo direcionado a abordar este tema. Portanto, assim como a sexualidade é algo subjetivo, utilizar uma terminologia para fazer menção ao trabalho de abarcá-la depende do ponto de vista. Há autores que defendem o termo Orientação Sexual (Maia, 2004; Egypto 2003, Ribeiro 1990), enquanto outros defendem o uso de Educação Sexual (Figueiró 2001, Werebe, 1977, Goldberg 1982). Quanto ao termo empregado nessa pesquisa, será utilizado educação sexual³, por ser considerado mais abrangente e capaz de explicar a sexualidade de uma forma global.

Além disso há outras terminologias sendo usadas para mencionar o termo, como por exemplo, “educação para a sexualidade”, “educação e sexualidade”, “educação em sexualidade”, entre outros. Porém, nesta seção é feita a diferenciação de educação sexual e orientação sexual, termos mais comuns empregados.

É fundamental explicar as definições das terminologias para que se evite desentendimento no decorrer do estudo. Ribeiro (1990, p.3) explica que é fundamental a distinção das terminologias para evitar uma superposição de termos, que geram confusão por serem utilizados como sinônimo.

³ O termo Educação Sexual ao invés de Orientação Sexual será utilizado ao longo do trabalho baseado em Figueiró (2006, p. 48) que afirma que a palavra Educação “é mais apropriada porque é coerente com a concepção do método de educação, no qual o educando participa do processo de ensino e aprendizagem como sujeito ativo e não mero receptor de conhecimentos, informações e/ou orientações”.

A respeito à essa confusão em usar a nomenclatura como sinônimo, Figueiró (2014, p.57) complementa dizendo que “muitas vezes, os autores usam como sinônimo os termos educação sexual e orientação sexual”. Desta forma, a citada autora acredita que essas distorções podem comprometer a qualidade da produção científica e interferir no avanço do corpo teórico desta área do conhecimento.

Leão (2009, p.58) corrobora que esta distinção é importante visto que como são expressões utilizadas comumente em muitos trabalhos acadêmicos que tratam de intervenções de sexualidade, geralmente são vistas como sinônimos, sendo que de fato não se compõem como tal.

Para Figueiró (2014, p.44), a educação sexual é toda ação ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja em nível de conhecimento de informações básicas, seja em nível de conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionadas à vida sexual.

Na visão de Ribeiro (1990, p.2) a educação sexual

Refere-se aos processos culturais contínuos desde o nascimento que, de uma forma ou de outra, direcionam os indivíduos para diferentes atitudes e comportamentos ligados à manifestação de sua sexualidade. [...] é dada na família, na escola, no bairro, com os amigos, pela televisão, pelos jornais, pelas revistas.

É importante diferenciar os conceitos para se referir ao estudo da sexualidade, no intuito de compreender os termos de uma forma global e em diferentes contextos. No entanto, observa-se que não há uma predominação na literatura para mencioná-los. Na visão de Figueiró (2010, p.186) “é necessário unificar as terminologias para solidificar o corpo teórico da temática.”

Maia (2001, p.37) diz que a educação sexual é inerente a um processo social em constantes transformações, na medida em que possui caráter histórico e está envolvida no

processo de educação geral, sem ser completamente consciente, permeia todo o comportamento humano.

Werebe (1981, p.106) reconhece a terminologia educação sexual como mais adequada para o estudo, a autora classifica a educação sexual em dois tipos: educação sexual informal e educação sexual formal.

Educação sexual informal: processo global, não intencional, que engloba toda ação exercida sobre o indivíduo, no seu cotidiano, desde o nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre sua vida sexual; - educação sexual informal: deliberada, institucionalizada, feita dentro fora da escola.

Por sua vez, a expressão orientação sexual apresentada nos PCN refere-se ao trabalho pautado no esclarecimento e a problematização de questões que favoreçam a reflexão e a resignificação das informações, emoções e valores recebidos na vida de cada pessoa. (BRASIL, 2001, p.127). No entendimento de Xavier Filha (2009, p.87), a autora acredita que o documento PCN usou a nomenclatura como estratégia para demarcar a função da escola e a educação sexual seria função da família. Desta forma, o termo passaria à ideia de informação e orientação e não de formação/educação.

A conceituação usada por Figueiró (2014, p.56) diverge das definições mencionadas acima. Para a autora, orientação sexual se remete ao desejo sexual de cada pessoa, que pode ser heterossexual, homossexual ou bissexual.

Como expressa Suplicy (1987, p.266), a orientação sexual é a expressão sexual de cada indivíduo por um membro de outro sexo, do mesmo sexo, ou por ambos sexos.

As terminologias podem causar certas confusões na formação do profissional em sexualidade, por isso elas precisam estar bem explicadas para facilitar o entendimento. Altmann (2004) sinaliza que a utilização da orientação sexual acarreta problemas de interpretação no campo de estudos da sexualidade [...].

Conforme a ideia de Xavier Filha (2009, p.90) em seu artigo intitulado “Educação para a Sexualidade: carregar água na peneira?”, ela preocupou-se em discutir e repensar as terminologias a serem usadas, tanto quanto suas funções e objetivos. Como bem expressa Xavier Filha

[...] o artigo evidenciou alguns conceitos e/ou termos, que por vezes adotamos sem questionar. Muitos desses conceitos/termos [...] já fazem parte do vocabulário de muitos/as educadores/as. Estas questões [...] não são neutras. Fazem parte de linguagem que produzem representações e, com isso, produzem efeitos na prática pedagógica e na constituição de sujeitos. (p. 97)

Dessa maneira, os conceitos abordados ampliam e direcionam o campo da educação sexual para que educadores possam se apropriar com mais propriedade a esses termos, e assim, entender que as terminologias podem variar conforme as representações que circundam sua prática.

Por todo exposto acima, em torno das distintas terminologias e conceituações para designar a discussão da temática em questão, vale ressaltar que embora haja a necessidade de se ter um termo padronizado, é fundamental, principalmente, criar mecanismos suficientes para inserir a educação sexual nas instâncias sociais, de modo que, seja dada ênfase nas questões pautadas na reflexão dos objetivos e metodologias. Maia e Ribeiro (2011, p.77) mencionam [...] que não é trocando o termo que será mudado o ponto de vista, os valores e muito menos a ideologia por trás da intervenção e da formação, no entanto, se a ideologia dominante for normatizadora, a prática também o será.

Independente do termo empregado ao se tratar da abordagem formal da sexualidade, é crucial não se perder de vista a importância que esta representa de ser compreendida em um trabalho sistemático e formal, e sobretudo, a reflexão e o repensar quanto a este estudo (Leão, 2009, p.59).

Mesmo com os pequenos avanços voltados para a sexualidade nos dias atuais, a implementação da educação sexual nos diferentes ambientes se tornou um desafio e um impasse constante. Em decorrência disso, surgiram vários obstáculos para a implantação de programas direcionados ao tema entre eles: a inserção oficial nas escolas e ambientes não escolares; falta de apoio das famílias; falta de políticas públicas; escassez na formação inicial e continuada dos profissionais da educação em sexualidade etc.

A sexualidade é um assunto carregado de muitos tabus e preconceitos que certamente compromete o desenvolvimento pessoal e social do ser humano. E como resultado disso, discursos fragmentados têm ocasionado muitas discussões e dificuldades para abordar a temática, seja dentro das instituições de ensino ou no seio familiar. Buscando desconstruir essas questões, muitos estudiosos têm buscado ferramentas para dar sustentação para solucionar todas essas barreiras.

A família é essencial nesse processo, já que é o primeiro lócus no qual a criança e o adolescente recebem as primeiras informações quanto a sexualidade. Assim, de forma aberta ou não, são transmitidos a eles os valores e princípios que cada família adota, levando em consideração dentre vários aspectos, a crença religiosa e a cultural, no qual esse indivíduo está inserido, de tal forma que, muitas dessas informações são transmitidas e compreendidas por meio do senso comum, assim, comprometendo o real significado da educação sexual. O diálogo é um elemento catalisador para facilitar a comunicação entre pais e filhos, e assim, estabelecer um momento de confiança para que não haja barreiras quando houver a necessidade de procurar informações sobre sexualidade.

A família e a escola constituem os dois principais ambientes de desenvolvimento humano nas sociedades contemporâneas, visto que atuam como mediadoras na relação social, transmitindo valores, crenças, ideias e significados que estão presente na sociedade. Ambas têm o papel importante para explicar questões de cunho sexual, contudo, desmistificar ideias

incoerentes sobre o assunto. Leão (2016) enfatiza que é preciso que tanto os pais, quanto os profissionais da educação consigam vencer os temores de se abordar este assunto possibilitando aos alunos o acesso à educação sexual formal a qual visa, entre outros, extinguir os temores destes no tocante as dúvidas e questões de sexualidade.

Em suma, é necessário entender que a responsabilidade, inicialmente, é da família por constituir uma relação mais proximal com os filhos para se tratar da educação sexual informal e, posterior, a isso a escola seria o complemento para sistematizar todo o conhecimento prévio adquirido.

Figueiró (2014, p.107) aponta que a sexualidade é uma das questões que mais tem trazido dificuldades, problemas e desafios aos educadores “[...] A manifestação da sexualidade dos alunos dentro da escola está, de modo geral, exacerbada e a sociedade atual e os meios de comunicação têm contribuído para isso”. No intuito de desfazer os entraves no trabalho da educação sexual, segundo Figueiró (2014, p. 35), é fundamental que haja a sensibilização e despertar um número maior de educadores para a educação e fazer expandir mais intensamente a educação sexual nas escolas.

A questão da formação dos professores é outra barreira que precisa ser revista com urgência. Segundo Ribeiro (2002, p.90) o professor depara-se com dificuldades de ordem material que reduzem suas possibilidades de atuação: condições de trabalho inadequadas, recursos materiais deficientes e falta de material didático, entre outros. Essa falta de estrutura tem contribuído bastante para o andamento do trabalho.

Oliveira (2009, p. 180) complementa dizendo que é um desafio

[...] para o professor (a) de diferentes séries e disciplinas encontrar a melhor maneira de trabalhar o tema de forma segura e saudável, sem impor ou omitir informações atualizadas e de interesse dos estudantes, incluindo crenças, mitos, tabus, preconceitos.

Vários fatores externos têm contribuído para influenciar o comportamento das crianças e adolescentes, dentre eles, informações que a mídia tem se reportado à sexualidade, ainda é associada a mitos e preconceitos, e dessa forma, vem apresentando ideias incompletas na qual interfere de forma direta o entendimento do indivíduo. A sexualidade passou a ser banalizada na mídia, como por exemplo, em novelas, programas de televisão, tramas etc. Em virtude disso, o professor precisa estar acompanhando a propagação dessas informações para que possa intervir no conhecimento sistematizado, embora seja um desafio falar sobre essas questões. É necessário que os professores respondam a tantas inquietações que essas informações têm influenciado na compreensão desta temática.

Para sintetizar essa ideia, Ribeiro (1990, p.47) afirma que os meios de comunicação têm desempenhado de maneira eficiente um pronto serviço na transmissão de normas de conduta preconceituosa [...]. Em contrapartida, o autor sinaliza que os meios de comunicação poderiam facilitar o desenvolvimento de programas de “orientação sexual” localizados em escolas, fábricas, instituições, postos de saúde, enfim, em locais em que haja necessidade e interesse por essas questões.

Embora haja documentos oficiais como a cartilha do Programa Saúde na Escola (PSE) para integrar o trabalho da saúde e educação no que concerne à sexualidade, observa-se nas literaturas poucas intervenções nas demais instâncias, desta forma, reduz o diálogo entre essas áreas caracterizada na complexidade dos desafios a serem enfrentados. Em decorrência disso, cada uma aborda a sexualidade a partir dos princípios e diretrizes que os fundamentam.

Por fim, notam-se inúmeros desafios que têm impedido o avanço efetivo da educação sexual, no entanto, é imprescindível se dispor a buscar informações coerentes pautadas no aporte teórico a fim de que contribua na formação e informação do indivíduo.

1.4 Relevância do trabalho de educação sexual e algumas barreiras a serem implementadas

Nesta seção será enfatizado quais são as relevâncias do trabalho de educação sexual, “a fim de que possibilite no (re) pensar de novas estratégias de ensino, visto que os temas relacionados à educação sexual são ricos, no sentido de “abrir caminhos” para o desenvolvimento da criticidade nos educandos e para a conquista da democracia.” (Figueiró, 2010, p.200).

Leão (2009, p.68) enfatiza que o trabalho de “orientação sexual” além de fornecer informações de cunho sexual, promove um espaço de reflexões dos alunos, possibilitando que eles possam dialogar, questionar e se expressar, sem serem criticados ou depreciados, de modo que desfrutem de maneira plena sua sexualidade.

Frente ao exposto, a educação sexual torna-se relevante, pois por meio dessa educação o indivíduo consegue compreender as diversas formas de expressão da sexualidade na sociedade, aprendendo a respeitar as diferenças o que propiciará mudanças positivas diante da maneira de perceber e conceber a sexualidade. Conforme expressa Ribeiro (1990, p.52) a educação sexual precisa ser encarada também como uma forma de luta contra a desigualdade, o preconceito e a violência.

Como foram mencionadas, há algumas relevâncias de introduzir a educação sexual em vários ambientes na perspectiva de abarcar o tema com mais comprometimento, contudo, é fundamental pontuar que ainda existem vários fatores que comprometem a efetivação desse trabalho. Essas dificuldades têm chamado atenção de pesquisadores no intuito de sinalizar essas problemáticas com a intenção de que se obtenham mudanças coerentes e que esteja de acordo com a dinâmica do estudo da sexualidade.

A falta de recursos adequados em diversos ambientes tem ocasionado um atraso no desenvolvimento do trabalho em educação sexual, principalmente pela insuficiência de recursos didáticos, que é uma importante ferramenta para facilitar a aprendizagem sobre o assunto de maneira que os professores possam aprimorar sua prática.

Uma outra barreira que precisa ser mencionada, refere-se ao fato de alguns programas de educação sexual serem implantados na tentativa de somente sanar problemas pontuais no tocante à sexualidade sem instigar uma reflexão profunda dos alunos. Referente a isso, Figueiró (2014, p.75) diz que se “a educação sexual for vista no currículo apenas como meio para amenizar os problemas sociais, isto interferirá negativamente no sentido que o professor poderá dar ao seu trabalho e, conseqüentemente, nos resultados a serem obtidos.”

Ribeiro (2004, p.174) argumenta que um dos problemas para implementar os programas de “orientação sexual” nas escolas é que os professores, além de despreparados, têm valores preconcebidos, irrefletidos e se não houver anteriormente um trabalho de reflexão à prática da “orientação sexual” pode tornar-se inoperante e, muito provavelmente, desastrosa.

A falta de preparação do profissional de saúde também é um fator que contribui nesta barreira. Em sua maioria, os profissionais externalizam em suas práticas os mitos e os preconceitos sobre a sexualidade e, em consequência disso as informações oferecidas se tornam incompletas. Yared e Melo (2015, p.1563) confirmam que a lacuna existente na formação destes profissionais implica na forma de abordar o tema da sexualidade, considerando também o assunto complexo no universo da própria sociedade contemporânea. Além disso, a falta de atendimento e orientação específica são razões pelas quais tem levado os adolescentes a viver sua sexualidade de forma irresponsável. Comumente, a omissão do diálogo aberto e o medo das represálias acaba comprometendo o acesso dos adolescentes aos serviços de saúde.

Um entendimento mais sinalizado e reflexivo, possibilitam a criança e o adolescente a aprender a ter autonomia para discernir não somente questões referente à sexualidade, mas,

também, apresentar criticidade diante das experiências vividas e, desta forma, serem protagonistas da sua própria história.

2 PROPOSTA DIÁLOGICA DE PAULO FREIRE NUM PENSAR CONSCIENTE DA SEXUALIDADE

. Diante dos inúmeros entraves acerca da discussão da sexualidade, esta seção tem a finalidade de apontar o diálogo como o principal caminho traçado para desenvolver um trabalho consciente e esclarecedor no que se refere à sexualidade e à educação sexual.

Dentre os pressupostos de Paulo Freire, é apontado o diálogo como instrumento catalisador para “desatar os nós” que foram e continuam enlaçadas as concepções relacionadas à sexualidade. Para discorrer sobre a proposta dialógica da sexualidade à luz do pressuposto do autor nos diz que [...] a ação e a reflexão são indissolúveis daqueles que dialogam [...] (2016, p. 135).

No entanto, o diálogo para Freire (2016, p.135) consiste no

encontro entre os homens, intermediado pelo mundo, para nomear esse mundo. Se é por meio da palavra, ao nomear o mundo, que os homens o transformam, o diálogo se impõe como o caminho pelo qual os homens encontram o significado de serem homens.

Em contrapondo ao diálogo, o autor menciona sobre o “educador-bancário” que desenvolve seu trabalho por meio da antialogicidade, ou seja, não comunica, apenas deposita o conhecimento e transfere valores para seu aluno (a) sem antes contextualizar a visão de mundo em que este está inserido. Diante disso, Freire (1970, p.66) salienta que em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos [...] recebem pacientemente, memorizam e repetem.

De acordo com isso, Freire (1970, p.97) propõe que não há o diálogo verdadeiro se não há nos seus sujeitos um pensar verdadeiro. Pensar crítico. Pensar que, não aceitando a dicotomia mundo-homens, reconhece entre eles uma inquebrantável solidariedade.

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1970, p.39). Diante desta frase, compreende-se que o educando ao chegar à escola traz consigo sua cultura, o seu saber, o modo de enxergar o mundo e, a partir da interação com o outro, que se estabelecem processos de aprendizagem. O professor ao trabalhar o tema de sexualidade precisa partir desse pressuposto, no intuito de perceber no educando as informações que já possuem para que estas sejam contextualizada.

Freire (1970) ainda discute sobre a cultura do silêncio que precisa ser rompida na educação, porquanto impede o educando de participar na construção da sua própria história, não tendo o direito de opinar, tampouco de mudar sua realidade. Assim sendo, observa-se que a educação sexual continua arraigada nessa cultura do silêncio, onde a escola decide e manipula os conteúdos programáticos a serem repassados aos educandos, silenciando sobre a necessidade de se discutir e implementar o estudo da sexualidade no ambiente escolar, uma vez que, ela – a escola – não reconhece que este assunto faz parte da vivência do ser humano e está presente na relação do eu e o mundo.

Desse modo, Freire (1996, p.47) reitera que “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Partindo dessas considerações é fundamental que o professor ao trabalhar a sexualidade, esteja aberto às perguntas, curiosidades a fim de que possibilite a produção do conhecimento no educando.

Acrescenta Freire (1970, p. 92) que “a existência, porque humana, não pode ser mudada, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os sujeitos transformam o mundo. [...] dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens.”

Figueiró (2009, p. 10) complementa sobre o exposto acima quando se refere ao silêncio

que de fato não cabe silêncio e acomodação, nem mesmo um olhar ingênuo diante da vigilância dos pais/mães, colegas de trabalho, alunos/alunas. Os saberes continuam circulando e se sedimentam no espaço escolar, terreno de contradições, onde se instalam os mecanismos de dispositivos da sexualidade.

Paulo Freire (1970), salienta que é preciso haver a educação problematizadora, para que o educando possa se posicionar criticamente ao contexto que está inserido e, dessa forma, propiciar a sua transformação e a libertação da consciência humana, bem como, sua emancipação como sujeito social. Sem esta reflexão não é possível a relação dialógica.

Quando é dada a oportunidade para os alunos dialogarem sobre os seus anseios e curiosidades, principalmente, no tocante à sexualidade, o professor consegue perceber e transformar a realidade que os afligem, e assim, estimula uma ação e uma reflexão sobre essa realidade, contudo, conduzindo esses educando a serem críticos diante a sua sexualidade. O diálogo contribui para que haja a socialização, a troca de experiências entre os indivíduos, para que possam compreender de maneira significativa o mundo. Logo, quando acontece essa compreensão, passa a entender melhor o mundo à sua volta.

A concepção bancária e a problematizadora antagonizam-se, de modo que, a bancária oculta certas razões que explicam a maneira como estão sendo os sujeitos no mundo, ou seja, nega o diálogo, enquanto a segunda é comprometida com a libertação, critica e estimula a reflexão e a ação verdadeiras dos homens sobre a realidade. (Freire, 1970, p. 83).

Conforme Figueiró (2009, p.193) aponta, a Educação Sexual vem buscando propiciar a formação do cidadão como participante da construção de uma vivência mais digna da sexualidade “[...] sendo capaz de ajudar no combate à violência e a opressão sexual e a transformar valores e normas repressoras a fim de que haja a interação humanizadora com o outro.”

Isabel Cristina Uarthe Decker (2010, p.108) em sua dissertação intitulada “A categoria emancipação em Paulo Freire e suas contribuições para um processo de educação sexual emancipatória” discorre que

O diálogo também é um caminho para pronunciar a sexualidade, exige um pensar verdadeiro direcionado à realidade sexual. Esta se constitui por meio de um processo dinâmico e histórico e, não como algo estático que não precisa ser pensado ou modificado para contemplar a liberdade, ou a busca de ser mais, ou a busca de um ser mais sexuado.

Diante dessa relação dialógica é necessário refletir a forma como os indivíduos são concebidos e posicionados com relação à sua sexualidade para que estes se libertem de repressões que culturalmente foram introduzidas, que resultam na maneira como é vivida atualmente. Para Freire (1970, p.30) “é indiscutível reconhecer que a desumanização não é apenas uma viabilidade ontológica, mas como realidade histórica.” Nesse sentido, se percebe que durante a construção histórica da sexualidade às práticas sexuais foram alienadas, roubadas por meio de discursos preconceituosos e distorcidos levando os indivíduos a uma total desumanização e opressão e, assim, tornando-o ser menos.

A conscientização da sexualidade se faz necessária para mediar a maneira pela qual o indivíduo se relaciona com o outro e estabelece vínculos afetivos. Desta forma, Freire (1970, p.93) corrobora que não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens.

Contudo, a tomada de decisão coerente é imprescindível para que o educando adote uma postura responsável e um posicionamento crítico diante das suas vivências sexuais de modo que se liberte de normas impositivas, muitas vezes julgada entre o ‘certo’ e o ‘errado’ sobre as questões sexuais, desta forma, o educador tem o papel crucial de instigar esse pensamento crítico para levá-lo a refletir e construir seus próprios valores.

O pensamento freiriano evidenciou muitas questões que têm contribuído para desconstruir concepções equivocadas para compreender o trabalho da educação sexual assim, Freire (1970), buscou por meio do diálogo como um dos pressupostos colaborar nessa discussão com o interesse de garantir uma proposta educacional libertadora, reflexiva e crítica. Em suma, esse diálogo que se tem buscado para aplicar na prática da educação sexual no intento da emancipação humana.

A seção a seguir serão apontadas as políticas públicas que visam assegurar e justificar a inserção da sexualidade nas instâncias sociais.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO SEXUAL

Nesta seção é enunciado as políticas públicas e programas vigentes que lutam pela efetivação do trabalho da educação sexual na educação e saúde para que contribua na formação integral do sujeito.

3.1 Os Parâmetros Curriculares Nacionais

Em 1997, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) publica os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil,1996). Neste contexto, o PCN compõe também os Temas Transversais que devem ser abordados pelos professores na sala de aula nas disciplinas curriculares que são ministradas por eles, independentemente da disciplina. Os Temas Transversais são: Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo e Orientação Sexual que foram organizados

a partir de propostas curriculares dos Estados e Municípios brasileiros, da análise realizada pela Fundação Carlos Chagas⁴ sobre os currículos oficiais.

A introdução da temática da sexualidade ocorreu devido a grandes mudanças no comportamento sexual a partir da década de 1980 [...]. “Ademais, houve a necessidade no Brasil de se oferecer uma formação global aos alunos, de promover a saúde de crianças e adolescentes, assim como, de possibilitar ações preventivas mais eficazes.” (Reis & Ribeiro, 2002, p.82)

Vale frisar que os PCN foram elaborados para subsidiar e contribuir para a melhoria da qualidade do ensino no Brasil e, desta forma, servir como um referencial de trabalho na prática educativa. Estes Parâmetros trazem na sua essência a questão da construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseada nos princípios democráticos.

Concernente à função dos PCN é a de

Orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual (Brasil, 1997, p.10).

Por sua natureza aberta, configura uma proposta flexível a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e professores. Pode-se se proferir que tais parâmetros se configuram como uma referência e não como um modelo curricular impositivo. (Leão, 2009)

⁴ A Fundação é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos e reconhecida como utilidade pública nos âmbitos federal, estadual e municipal, cuja a finalidade é aplicação de provas nos diversos concursos do Brasil.

Segundo Maia (2004, p.164) este parâmetro visa “apontar as metas de qualidade que ajudem o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres.”

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) são um conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica que orienta as escolas brasileiras dos sistemas de ensino, na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação de suas propostas pedagógicas. (Brasil, 2013).

Dentre as Diretrizes elucidado o art. 3ª (CNE,1998. p.14) diz que

IV- Em todas as escolas deverá ser garantida a igualdade de acesso para alunos a uma Base Nacional Comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional, a Base Nacional Comum e sua Parte Diversificada deverão integrar-se em torno do paradigma curricular, que vise estabelecer a relação entre a Educação Fundamental e a vida cidadã através da articulação entre vários dos seus aspectos como: a saúde, a sexualidade[...]

As Diretrizes e os PCN assumem papéis diferenciados na organização curricular das escolas, devido as diretrizes serem atos administrativos normativos, cogentes, obrigatórios, isto é, força de lei, e já os PCN são dispositivos de orientações, com a intenção de facilitar e otimizar a vida dos profissionais nas escolas e não constituem normas obrigatórias.

Contudo, se estes PCN podem funcionar como elemento catalisador (incentivador) de ações na busca de uma melhoria da qualidade da educação brasileira, de modo algum pretendem resolver todos os problemas que afetam a qualidade de ensino e da aprendizagem no País. Portanto, para que haja uma educação de qualidade é necessário que os Estados assumam seu papel de traçar as Diretrizes Curriculares no cenário escolar, com intuito de subsidiar e orientar a elaboração ou revisão curricular, oferecendo aos professores formação inicial e continuada, promovendo discussões pedagógicas internas e produções de livros e outros materiais didáticos mais atualizados e contextualizados. No entanto, o documento

propõe o caminho a ser percorrido, mas não dá subsídios e ferramentas a serem trabalhadas para dar continuidade ao processo educativo.

Cabe explicitar que os conteúdos para serem discutidos acerca da sexualidade nos PCN, foram organizados em três blocos: corpo e matriz da sexualidade; relações de gênero e prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS (Brasil, 2001). Tais blocos foram enunciados pelos PCN visando que estes respondessem e garantissem informações para iniciar o trabalho com Educação Sexual nas escolas. De certa forma, foi o primeiro passo para que o assunto ganhasse notoriedade, mas sabe-se que trabalhar a sexualidade somente nesse viés não daria o suporte necessário para abarcar todo o contexto e expressões que a temática apresenta.

De acordo Leão (2009), a proposta da sexualidade somente como tema transversal pode ser entendida como algo limitado, sobretudo porque ela surge de modo muito simples e se restringe em três blocos de conteúdo, dando a entender que são satisfatórios para prover aos/as alunos conhecimento e informação.

Percebe-se que os conteúdos contribuíram como um ponto de partida para a compreensão sobre a sexualidade, contudo ao iniciar um trabalho referente ao tema, o educador precisa ter consciência que este documento é apenas um parâmetro inicial, e que ao desenvolver as temáticas, o mesmo não se delimite como uma única referência aos blocos sugeridos.

No que diz respeito aos Temas Transversais lançados pelos PCN cabe enfatizar que eles expressam conceitos e valores básicos à democracia e à cidadania e obedecem a questões importantes e urgentes para a sociedade contemporânea. A ética, o meio ambiente, a saúde, o trabalho e o consumo, a orientação sexual e a pluralidade cultural não são disciplinas autônomas, e, sim, temas que permeiam todas as áreas do conhecimento e estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano. Além disso, os PCN justificam que estes temas [...] são questões urgentes que interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída e

que demandam transformações macrossociais e também de atitudes pessoais, exigindo, portanto, ensino e aprendizagem de conteúdos relativos a essas duas dimensões (Brasil, 1997, p.26). A proposta destes temas foi lançada pelo MEC em 1997.

Tais afirmações ficam evidentes na sugestão dada por Nunes e Silva (2000, p.62)

Todos esses chamados temas transversais preocupam-se legitimamente com o da cidadania como a dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos questões, a participação ativa na sociedade e por conseguinte a co-responsabilidade pela vida social. [...] talvez a grande contribuição da execução pedagógica destes temas, é que devem ser os principais articuladores da vida, do pensamento e do trabalho com os interesses da maioria da população, o que deriva de uma maior consciência política do papel social da escola na sociedade [...]

Os Temas Transversais caracterizam-se por um conjunto de assuntos que aparecem transversalizados em áreas determinadas do currículo, e salientam a necessidade de um trabalho mais significativo e expressivo de temáticas sociais na escola. Figueiró (2014, p.62) considera que os Temas Transversais dizem respeito a conteúdos de caráter social importantes a serem incluídos no currículo, de forma ‘transversal’, ou seja, não como uma área específica de conteúdo, mas ministrados no interior das várias áreas de conhecimento, perpassando cada uma delas.

Alguns critérios utilizados para a sua constituição se relacionam à urgência social, a abrangência nacional, à possibilidade de ensino e aprendizagem na Educação Básica e no favorecimento à compreensão do ensino/aprendizagem, assim como, da realidade e da participação social. Estes são temas que envolvem um aprender sobre a realidade, na realidade e da realidade, preocupando-se também em interferir na realidade para transformá-la. (Brasil, 1998).

Em linhas gerais, as transversalidades dos temas atuam como eixo unificador em torno do qual organizam-se as disciplinas, devendo ser trabalhados de modo coordenado e não como um assunto descontextualizado nas aulas. O importante é a construção de significados e conferir sentido àquilo que aprendem.

Segundo Nunes e Silva (2000, p.63), os Temas Transversais são conteúdos de valor formativo que perpassam as disciplinas curriculares de maneira a articular entre si conteúdos e atitudes e ampliar os conhecimentos advindos dos conteúdos trabalhados e a partir do currículo escolar.

O papel da escola ao trabalhar Temas Transversais é facilitar, fomentar e integrar as ações de modo contextualizado, por meio da interdisciplinaridade e transversalidade, buscando não fragmentar em blocos rígidos os conhecimentos, de maneira que a educação realmente constitua o meio de transformação social.

No documento dos PCN denominado temas transversais consta que “[...] a educação para a cidadania requer que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais.” (Brasil, 1998, p.25).

Leão (2009) afirma que para que os Temas Transversais possam inserir-se eficazmente no conteúdo pedagógico, os professores precisam se preparar quanto aos assuntos que estes temas abrangem, além de aprenderem a como atuar com eles.

Conforme profere Ribeiro (1990, p.20),

o orientador sexual deve, antes de mais nada, acreditar em sua proposta, na necessidade de se levar para a sala de aula o debate sobre sexo e sexualidade. Desta forma, deve ser uma pessoa coerente com a sua proposta, que não tente passar modelos e, sim, analisar com os alunos as diferentes situações e visões que existem sobre o tema. Ser verdadeiro sem se achar portador da verdade absoluta. Deve ter conhecimento sobre o assunto sem ser onipotente e ter sensibilidade para perceber as necessidades dos alunos e procurar elaborar um programa que vá ao encontro dessas necessidades e das expectativas dos alunos.

O Ministério da Educação e as Secretarias de Educação precisam se posicionar frente a essa realidade, investindo em programas voltados para capacitação dos professores e, dessa forma, contribuir para sua formação integral.

Dentre os Temas Transversais, a temática Educação Sexual, vem recebendo ao longo dos anos uma atenção especial, principalmente nas escolas, no qual a criança e adolescente estabelecem vínculos afetivos, cultural e social, assim influenciando na construção de seus valores, sobretudo a maneira de se posicionar diante da realidade que os cerca. Essa relação de proximidade que a escola oferece, complementa para o avanço das discussões no tocante à sexualidade. Haja vista também, as demandas que se têm relacionadas ao tema, desvelam a relevância de uma implementação efetiva de propostas de educação sexual direcionadas a sanar as dúvidas, inquietações e curiosidades dos alunos.

A escola, vem se tornando um parceiro importante para se debater esse tema juntamente com a família. Além disso, a escola ao trabalhar com esse tema e defini-lo como sendo uma de suas competências, deverá inclui-lo no seu projeto educativo, bem como no currículo escolar. Para que isso ocorra se faz necessária uma definição dos princípios que deverão nortear na escola esse trabalho de Educação Sexual relacionadas à sexualidade e suas manifestações na escola. No entanto, nada disso adiantará se a própria escola não abrir um espaço para reflexão como parte do processo de formação não só dos professores bem como de todos os envolvidos no e com o ambiente escolar.

Dentro dessa perspectiva, os PCN justificam a importância de incluir a temática da sexualidade como Tema Transversal no currículo, a fim de que o aluno encontre na escola um espaço de informação e de formação no seu desenvolvimento. Este tema vincula-se ao exercício da cidadania, pois propõe para aprender a conhecer seus direitos, bem como, seus deveres. Este documento refere que a escola ao cumprir este papel

[...] abre a oportunidade para que os alunos aprendam sobre temas normalmente excluídos e atua propositalmente na formação de valores e atitudes do sujeito em relação ao outro, à política, à economia, ao sexo, à droga, à saúde, ao meio ambiente, à tecnologia, etc. (Brasil,1997, p.34).

Portanto, o conhecimento contextualizado dessas vertentes faz com que os alunos se tornem empoderados diante de situações vivenciadas no cotidiano, para que eles possam ser protagonistas de suas próprias histórias, ao passo que não se tornem refém das imposições mediante a forma de se alocarem as questões da sexualidade.

Os PCN trazem a ideia de que a escola precisa abarcar a sexualidade como aspecto fundamental na vida dos indivíduos da sociedade (Leão, 2009). Uma das justificativas empregadas para ressaltar o trabalho de educação sexual é de que

Se a escola deseja ter uma visão integrada das expectativas vividas pelos alunos, buscando desenvolver o prazer pelo conhecimento, é necessário reconhecer que desempenha um papel importante na educação para uma sexualidade ligada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem estar e que englobe as diversas dimensões do ser humano (Brasil, 1998, p.293)

A escola é considerada um espaço vantajoso para o trabalho de educação sexual, pois as manifestações de carinho, os relacionamentos amorosos, se evidenciam com mais frequência devido o tempo de permanência dos estudantes nesta instituição.

Os PCN (Brasil, 2007) propõem que o trabalho de educação sexual seja compreendido que a ação da escola deverá ser complementar à educação dada pela família. Assim, a escola informará aos familiares dos alunos todas as propostas curriculares e explicitará os princípios norteadores da proposta, de modo que haja um diálogo entre a escola e família de forma pertinente a essa relação.

Os PCN além de ressaltar a responsabilidade desta instância na implantação da educação sexual, trazem ainda que a mesma deve se organizar, com o intuito de que os alunos ao término do Ensino Fundamental sejam aptos a

Respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos á sexualidade, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de atração sexual e o seu direito á expressão, garantida a dignidade do ser humano; compreender a busca do prazer como um direito e uma dimensão da sexualidade humana; conhecer o corpo; valorizar e cuidar de sua saúde como condição necessária para usufruir prazer sexual; identificar e repensar tabus e preconceitos referentes á sexualidade, evitando comportamentos discriminatórios e intolerantes, e

analisando criticamente os estereótipos; reconhecer como construções culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associadas; identificar e expressar seus sentimentos e desejos, respeitando os sentimentos e desejos do outro; reconhecer o consentimento mútuo como necessário para usufruir prazer numa relação a dois; proteger-se de relacionamentos sexuais coercitivos ou exploradores; agir de modo solidário em relação aos portadores do HIV e de modo propositivo em ações públicas voltadas para prevenção e tratamento das doenças sexualmente transmissíveis/Aids; conhecer e adotar práticas de sexo protegido, desde o início do relacionamento sexual, evitando contrair ou transmitir doenças sexualmente transmissíveis, inclusive o vírus da Aids; evitar uma gravidez indesejada, procurando orientação e fazendo uso de métodos contraceptivos; consciência crítica e tomar decisões responsáveis a respeito de sua sexualidade (Brasil, 1998, p.311-12).

Assim, os PCN destacam a responsabilidade da escola em alcançar tais objetivos, de forma a prover aos alunos o diálogo, a reflexão e responsabilidade de construir as informações, enfatizando pelo respeito a si próprio e ao outro, e a vivência da sexualidade. (Leão, 2009).

Portanto, cabe frisar que estes Parâmetros completaram 20 anos, um período considerável para mudanças a aspectos peculiares no que diz respeito ao Tema Transversal orientação sexual.

Os PCN passam por alterações relacionadas ao tema sexualidade, haja vista que o assunto não aparece entre os chamados temas integradores do novo documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cujo o objetivo é definir os conhecimentos essenciais que todos os estudantes brasileiros têm o direito de ter acesso durante sua trajetória desde a Creche até o final do Ensino Médio. Essa mudança se dá devido às pressões de grupos conservadores e, sobretudo, fundamentalista que deturpam o trabalho em sexualidade dentro da escola com uma forma de extinguir qualquer discussão a respeito do assunto. Desta forma, se a sexualidade for suprimida da nova norma curricular, isso significa pensar que teremos uma série de prejuízos e um retrocesso diante de todos avanços até o momento atual.

3.2 O Referencial Nacional Curricular da Educação

O Referencial Curricular para a Educação Infantil (Brasil, 1998) é um documento organizado pelo Ministério da Educação (MEC) e do Desporto que integra a série de documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais

Com a ampliação da Educação Infantil no Brasil acompanhado de vários outros fatores, ensejou um movimento da sociedade civil e de órgãos governamentais para que crianças de zero a seis anos fossem reconhecidas pela Constituição Federal de 1988. Por meio disso, a Educação Infantil em creches e pré-escolas passou, obrigatoriamente, a ser um dever do Estado e um direito da criança (artigo 208, inciso IV). O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, destaca o direito da criança a este documento e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) estabelece o vínculo entre o atendimento às crianças de zero a seis anos na educação e ao que concerne à organização da Educação Nacional, no art.11, V, considera que os municípios se responsabilizem pela educação infantil. (RCNEI, v.1, 1998, p.11).

Os objetivos gerais para a Educação Infantil segundo o Referencial Nacional Curricular Nacional (Brasil, 1998), devem se organizar nas seguintes capacidades

- Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
- Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
- Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;
- Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
- Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido,

expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
-Conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade.

Compreende-se que todos os objetivos apresentados pelo Referencial Nacional Curricular podem direcionar um trabalho de educação sexual na Educação Infantil, mas para isso, é fundamental uma intervenção planejada e partindo da problematização das questões que envolvem à sexualidade.

A partir da obra de Sigmund Freud em “Os Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade”, em 1905, houve significativas contribuições no que se refere à sexualidade. Assim, a criança passou a ser percebida como um ser dotada de desejos, prazeres e curiosidades. Em decorrência disso, têm-se as contribuições no tocante a educação sexual, reforçando a necessidade da inserção de sua discussão na escola desde a infância, desta forma, promoveria o fortalecimento de sua identidade, o aumento da autoestima e o zelo pelo próprio corpo.

Maia (2005, p.7), “reafirma a importância da educação sexual na infância, uma vez que, é fundamental para o desenvolvimento dos adolescentes e adultos mais saudáveis e, assim, garantir esclarecimentos sobre as questões do corpo e também para a prevenção de violência sexual.”

Leão (2009, 286) salienta que é imprescindível se considerar

Que desde o início da escolarização da criança já deve iniciar a educação sexual, visando, sobretudo, responder as indagações que elas formulam, contribuindo para que elas possam ter acesso a informação de sexualidade e discriminar incursões apropriadas ou não a seus corpos por outras pessoas [...]

É necessário o aporte teórico para dar embasamento para discorrer sobre a importância de implementar a sexualidade na Educação Infantil. Nesse sentido, o entendimento facilita a compreensão mais veemente da temática em questão.

O Referencial Nacional Curricular para a Educação Infantil, nos seus três volumes, pontua múltiplos aspectos que podem ser relacionados à sexualidade dentre eles: “respeito aos vários tipos de estruturas familiares” (RCNEI, v.1. 1998. p.76), “consideração de conhecimentos prévios dos alunos” (RCNEI, v. 1. 1998. p. 33) e espaço para a formação continuada para os professores (RCNEI, v. 1. 1998. p. 67). Nota-se nesse trecho que “a criança precisa descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar” e ainda “desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações.” (RCNEI. v 1. 1998. p.63).

O Referencial em seu segundo volume “Formação Pessoal e Social”, aborda diretamente o tema da sexualidade em um texto intitulado “Expressão da Sexualidade”, no qual considera a sexualidade como algo inerente ao ser humano, e que está presente desde o nascimento, desse modo, perpassando as várias fases da vida. O texto salienta sobre a influência da cultura e a história no comportamento sexual do indivíduo. E atenta também para as atitudes errôneas dos adultos referente as manifestações da sexualidade da criança.

Dentre estes aspectos é imprescindível mencionar que o professor compreenda a sexualidade como um processo amplo, cultural e inerente ao desenvolvimento das crianças a fim de que consiga responder as perguntas que fazem a respeito do tema.

No que diz respeito ao papel do professor, Leão (2009, p. 286) sinaliza que a função deles é vital para a educação das crianças, porquanto ao abarcarem os distintos temas da sexualidade contribuem para que eles assimilem a defesa de seus corpos, e percebam o que convém ou não em termos de trato e carinho corporal.

Senatore e Ribeiro (2001, p.169) apontam que

As necessidades das crianças em conhecer sua sexualidade se manifestam desde os primeiros anos de vida, fazendo com que também a professora da Educação Infantil tenha

condições de lidar com as manifestações sexuais da criança e facilitar o seu desenvolvimento sem repressão e vendo com naturalidade o comportamento sexual do aluno.

O Referencial explicita que as relações de gênero ocupam um lugar central quando se refere à sexualidade. Porquanto, elucida que “é por meio das interações estabelecidas que definem como do sexo feminino ou masculino, especialmente, nos primeiros anos de vida e durante a adolescência.” (RCNEI, v.2. 1998, p.19).

O Referencial também se preocupou em discutir o “Respeito à Diversidade” e “Identidade de Gênero” como forma de incorporar na criança, atitude de aceitação do outro em suas diferenças e particularidades. Dessa forma, a observação e sensibilidade do professor são ingredientes fundamentais para identificar as diferentes situações e ter clareza quanto aos encaminhamentos a serem dados. (RCNEI, v. 2. 1998, p. 42).

Neste sentido, Figueiró (2007, p.58) explica que

Nenhum educador é pedido que aceite sem reservas a homossexualidade. Porém, ele tem o compromisso profissional de compreender e tomar conhecimento do que a Ciência tem a dizer sobre a questão. E, sobretudo, tem o dever de oportunizar aos alunos que também conheçam o ponto de vista da Ciência e revejam, criticamente, os mitos e tabus que cercam o assunto.

Portanto, o referido documento favoreceu para os avanços na Educação Infantil como um todo, principalmente, ao cerne da sexualidade de maneira a enriquecer o acesso e a ampliação da abordagem do tema, de modo que sirva para orientar e auxiliar no diálogo.

A seguir, será apresentado o Programa Saúde na Escola (PSE) e suas contribuições para as discussões da sexualidade no campo da saúde integrado à educação, na perspectiva da atenção integral (prevenção, promoção e atenção) à saúde de crianças, adolescentes e jovens do ensino básico público.

3.3. Programa Saúde na Escola

Inicialmente o principal projeto proposto pelo Governo Federal para dar continuidade às ações no campo da sexualidade e gênero nas escolas foi o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), lançado em 2003, no município de Curitiba-PR. O projeto focava prioritariamente na discussão sobre a saúde, especialmente na prevenção das DST/AIDS. O SPE tem como proposta a disponibilização de preservativos nas escolas, a integração entre escolas e Unidades Básicas de Saúde, bem como a participação da comunidade no processo. Contudo, o projeto é uma parceria entre Ministério da Saúde e o Ministério da Educação e conta com o apoio da UNESCO (Organizações das Nações Unidas para a Educação a Ciências e a Cultura), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas) na articulação de setores do governo e organizações da sociedade civil com o interesse de que se promovam estratégias integradas entre saúde e educação.

O Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas é resultado de um esforço conjunto do Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, que desde 1995 se reuniram para que os temas em saúde sexual e saúde reprodutiva fossem trabalhadas nas escolas, nos níveis federal, estadual e municipal. Notadamente, a escola é compreendida como cenário privilegiado para a articulação das políticas voltadas para adolescentes e jovens, no entanto, para que o projeto se concretizasse era necessário compartilhar as decisões e responsabilidade entre as instâncias sociais, tais como, órgãos responsáveis pela cultura e ação social, universidades e entidades da sociedade civil organizada que estão envolvidas nas estratégias para reduzir a vulnerabilidade social dos mesmos. (Brasil, 2006).

A formação continuada dos profissionais da educação e saúde é imprescindível para a concretização do projeto, devido permitir o domínio das informações e das estratégias

educativas pertinentes à promoção da saúde e à prevenção e, assim, favorecem a construção coletiva de novos conhecimentos e estratégias em cada território.

O projeto passou por uma reformulação em 2005, propondo definições para novas estratégias, entre elas: o monitoramento das escolas a partir da inclusão de um questionário específico no Censo Escolar, a incorporação de diretrizes para que as ações possam atingir alunos a partir das primeiras séries do ensino fundamental, o apoio a estados e municípios na constituição de 22 grupos gestores intersetoriais nas 27 Unidades da Federação (UF), a realização de oficinas macrorregionais, o apoio a eventos regionais e a reprodução, impressão e distribuição de materiais educativos.

Em 2007 foi instituído o Programa Saúde na Escola (PSE) pelo Decreto Presidencial nº 6.286, resultado do empenho do Governo Federal em construir políticas intersetoriais para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. O programa tem a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de Educação Básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde para o enfrentamento das vulnerabilidades que afetam o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos estudantes brasileiros. O Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) passou a integrar o PSE. A partir de 2013 com a universalização do programa, as Creches (incluindo as conveniadas), Pré-escolas, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação para Jovens e Adultos passaram a ser incluídas no PSE (BRASIL, 2006).

O PSE acontece em todos os municípios brasileiros e possuem Atenção Básica em saúde que pode ser composta por Equipes de Unidades Básicas de saúde, Equipes de Saúde da Família e Equipes de Agentes Comunitários de Saúde. (Brasil, 2006).

A partir da adesão do município ao PSE, cada escola contemplada passa a ter uma equipe de saúde da atenção básica de referência para executar conjuntamente as ações. Assim, o PSE passa a interagir com as equipes da Educação, no planejamento, execução e

monitoramento das ações de prevenção, promoção e avaliação das condições de saúde dos educandos. (Brasil, 2006).

Com intuito de facilitar a dinâmica de trabalho das equipes de saúde e educação, o PSE trabalha com três componentes: avaliação das condições de saúde, prevenção de doenças e agravos e promoção da saúde e formação. (Brasil, 2006).

Os GTIs são Grupos de Trabalhos Intersetoriais sendo centrado na gestão compartilhada, em uma construção em que tanto o planejamento, quanto a execução das ações são realizadas, coletivamente, de forma a atender às necessidades e às demandas locais. Por isso, os GTIs devem ser compostos, obrigatoriamente, por representantes das Secretarias de Saúde e de Educação.

As diretrizes (Brasil, 2015) que compõem o programa são

- I. Tratar a saúde e educação integrais como parte de uma formação ampla para a cidadania e o usufruto pleno dos direitos humanos;
- II. Permitir a progressiva ampliação intersetorial das ações executadas pelos sistemas de saúde e de educação com vistas à atenção integral à saúde de crianças e adolescentes;
- III. Promover a articulação de saberes, a participação dos educandos, pais, comunidade escolar e sociedade em geral na construção e controle social das políticas públicas da saúde e educação;
- IV. Promover a saúde e a cultura da paz, favorecendo a prevenção de agravos à saúde, bem como fortalecer a relação entre as redes públicas de saúde e de educação;
- V. Articular as ações do Sistema Único de Saúde (SUS) às ações das redes de educação pública de forma a ampliar o alcance e o impacto de suas ações relativas aos educandos e suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis;
- VI. Fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades, no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar;
- VII. Promover a comunicação, encaminhamento e resolutividade entre escolas e unidades de saúde, assegurando as ações de atenção e cuidado sobre as condições de saúde dos estudantes;
- VIII. Atuar, efetivamente, na reorientação dos serviços de saúde para além de suas responsabilidades técnicas no atendimento clínico, para oferecer uma atenção básica e integral aos educandos e à comunidade

Diante do exposto o Ministério da Educação e Cultura considera que

O SPE, ao longo de sua execução, vem sensibilizando gestores da educação e da saúde no que se refere à implantação de programas articulados de educação preventiva nos sistemas de ensino de todo o país, de forma conjunta com o Sistema Único de Saúde estimulando o debate e a reflexão sobre as questões relativas a sexualidade, saúde sexual e saúde reprodutiva, direitos humanos e cidadania. Paralelamente, cria grupos de gestores estaduais e municipais do Projeto com características multidisciplinares e garantindo diversidade institucional para o desenho do planejamento local de formação e formulação de materiais nas temáticas do projeto. (Brasil, 2007)

É importante frisar que todas as atividades que o PSE for desenvolver dentro da escola, as ações devem estar inseridas no projeto político pedagógico, levando-se em consideração o respeito à competência político-executiva do estados e municípios, a diversidade sociocultural de cada região e à autonomia dos educadores e das equipes pedagógicas. (Brasil, 2015, p.8)

Para que os objetivos propostos pelo Programa tenham êxito é primordial um trabalho contínuo e comprometido entre os setores de educação e saúde com o propósito que garanta uma qualidade de vida às crianças, aos adolescentes e aos jovens.

Os quadros 1 e 2 apresentam exemplos de ações desenvolvidas pelo Programa Saúde na Escola.

Quadro 1: exemplos de ações que podem ser realizadas pelo programa

Encontros de mobilização e sensibilização sobre a importância de implementar, de forma contínua, atividades nos temas que envolvem a sexualidade, desconstruir mitos, apresentar dados epidemiológicos sobre DSTs/AIDS e hepatites virais, dados sobre a gravidez na adolescência, marcos legais sobre direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes e jovens.
Atividades que utilizem metodologias participativas (oficinas temáticas, vídeos de debates, gincanas, rodas de conversa, debates a partir de expressões artísticas, intervenção na comunidade)
Debates com toda a comunidade escolar sobre a importância da participação juvenil.
Envolver os educandos nos processos de planejamento, execução e avaliação das atividades.

Processos de formação de estudantes nos temas de sexualidade, promoção da saúde, prevenção das DSTs/HIV/AIDS e hepatites virais, saúde sexual e saúde reprodutiva para atuarem na perspectiva da educação entre pares.

(Fonte: Caderno do Gestor, Brasil, 2015)

Quadro 2: Resultados esperados destas ações.

Inclusão das temáticas da saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DSTs/AIDS e hepatites virais nos projetos político-pedagógicos (PPPs).
Ações educativas e participativas sobre saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DSTs/AIDS e hepatites virais acontecendo de forma contínua nas escolas.
Adesão dos educandos e da comunidade escolar às atividades.
Disponibilização de preservativos nas escolas (requer acordos com os pais, os responsáveis e a comunidade escolar).
Adolescentes grávidas, se houver, encaminhadas para a Unidade Básica de Saúde de referência.
Adolescentes grávidas, se houver, acompanhadas pela Unidade Básica de Saúde de referência e/ou equipe de saúde de referência (pré-natal e pós-parto).

(Fonte: Caderno do Gestor, Brasil, 2015)

Este quadro sinaliza os instrumentos de apoio que dão embasamento para o desenvolvimento das atividades: a ‘Educação entre pares’ é um processo de ensino e aprendizagem em que adolescentes e jovens atuam como facilitadores de ações e atividades com e para outros adolescentes e jovens, ou seja, em pares; o ‘Guia para formação’ foi concebido como uma ferramenta para incentivar, desencadear e alimentar processos de formação continuada de profissionais da educação e saúde; ‘Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da

saúde’ essas diretrizes trazem os instrumentos legais de proteção aos direitos de adolescentes e jovens que garantem o pleno exercício do direito fundamental à saúde; ‘Marco legal: saúde, um direito dos adolescentes’ são instrumentos legais de proteção aos direitos dessa população voltados para a saúde, em âmbito nacional e internacional e ‘Estatuto da Criança e do Adolescente’ esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Quadro 3: Instrumentos de apoio para as ações.

Adolescentes e jovens para educação entre pares.
Guia para formação de profissionais de Saúde e de Educação.
Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde.
Marco legal: Saúde, um Direito de Adolescentes.
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

(Fonte: Caderno do Gestor. Brasil, 2015)

A Secretaria de Saúde do município de Abaetetuba-PA implementou o Programa em 2013, contemplando 119 estabelecimentos de ensino. Em 2014, o programa foi renovado, reduzindo seu quantitativo para 71 estabelecimento de ensino. O município possui 57 equipes de atenção básica, dentre elas 19 equipes foram selecionadas para a execução do PSE. Em consideração aos indicadores de vulnerabilidade no âmbito da educação (IDEB), combinado com indicadores de cobertura da Estratégia Saúde da Família (Atenção Primária) foram selecionados 33.606 educandos dos 33.737 matriculados no município para serem contemplados pelo Programa.

Quanto à organização e funcionamento do Programa no município foram divididos em três territórios: Rios Saudáveis, Ramais Saudáveis e Ruas Saudáveis⁵. Baseado nos princípios norteadores do PSE. E para a execução do trabalho foi formado um Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI) Municipal, composto por um representante da Secretaria de Educação, um representante da secretária de saúde e quatro enfermeiros do Programa de Valorização da Atenção Básica ⁶(PROVAB). O acesso a caracterização do município se deu pelo documento que apresenta a historicidade do PSE no município.

4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM SEXUALIDADE

Nesta seção será discorrido da formação de profissionais da educação e saúde, visto que a literatura científica mostra a necessidade de se ter profissionais de diferentes áreas que atuam em Sexualidade e Educação Sexual. Entre estes têm-se os professores e profissionais da Saúde de maneira geral (Psicólogo, Enfermeiro, Assistente Social, ONG, Centro Comunitário etc.).

Ribeiro (2013, p.13) explica que

formar profissionais conscientes da importância do desenvolvimento de ações efetivas no campo da sexualidade e da educação sexual, capacitados para trabalhar com educação sexual na escola e nos diferentes ambientes de saúde, é imprescindível se quisermos contribuir na formação e informação das pessoas em sua globalidade e totalidade.

Pensando na necessidade de articular o desenvolvimento do trabalho e o apoio entre os vários profissionais, o Guia para a formação de profissionais de saúde e de educação “ Saúde

⁵ Rios Saudáveis (população ribeirinha), Ramais Saudáveis (população das estradas) e Ruas Saudáveis (população da zona urbana) é uma alusão aos três tipos de populações que o PSE desenvolve suas ações.

⁶ O Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica (PROVAB) é uma iniciativa do Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério da Educação, o seu objetivo é ampliar o acesso à Saúde a população carente, incentivando profissionais da saúde (médicos, enfermeiros, cirurgião-dentista) recém-formados a trabalhar em regiões marcadas pela escassez de médicos.

e Prevenção nas escolas atitude pra curtir a vida” (Brasil, 2006) implementou estratégias de formação continuada para uma aprendizagem compartilhada, cujas as ações repercutem em minimizar as vulnerabilidades de adolescentes e jovens às Doenças Sexualmente Transmissíveis e à AIDS. No entanto, a complexidade e desafios em propor um novo caminho para desenvolver essas propostas, todavia, o guia foi organizado como uma ferramenta para incentivar, desencadear e alimentar processos de formação continuada de profissionais da educação e da saúde, tendo como referência as experiências que já vêm sendo implementadas no país (Brasil, 2006).

Figueiró (2010, p. 80) sinaliza avanços na integração da saúde e educação no âmbito da educação sexual

No Brasil, o Sistema de Saúde pública, assim como o Ministério da Educação, tem delineado propostas para o desenvolvimento de trabalhos no âmbito da educação sexual, especialmente a partir do ano 2000, período em que vários programas integrados foram criados e muitas medidas foram adotadas, como a formalização de políticas públicas e programas de enfoque educacional e/ou de saúde, a maioria partindo de uma integração de diversas secretarias e/ou ministérios.

Observa-se um curto progresso nas ações conjuntas dos setores da saúde e educação para abranger a temática da sexualidade em diversas instâncias sociais. Algumas medidas têm sido muito pontuais e pouco significativas. Em virtude disso, é primordial impulsionar e fortalecer novas medidas na atuação destes profissionais. A perspectiva de mudanças de paradigmas e ideias fragmentadas acerca do assunto.

De acordo com Ribeiro (2013. p.13)

A formação de professores e profissionais da saúde em educação sexual necessita de objetivos e parâmetros norteadores com ênfase na promoção da cultura do reconhecimento da diversidade sexual, da igualdade de gênero e da sexualidade como elementos integrantes do processo de construção de uma cidadania ativa.

Na prática, para que esta formação possa acontecer é preciso investimentos com a intenção de que se possa desenvolver um trabalho planejado, propondo estratégias para encorajar os profissionais a discutirem suas responsabilidades e dificuldades na temática, ainda que não tenhamos uma lei que seja obrigatória, tampouco uma formação específica dos profissionais da saúde e educação em educação sexual. (Ribeiro, 2013 p.10).

Nas Diretrizes do Programa Saúde na Escola o documento apresenta a importância da interdisciplinaridade para alcançar metas na execução do trabalho. Nos incisos II, IV e V (Brasil, 2015, p. 9)

II. Integração e articulação das redes públicas de ensino e de saúde, por meio da junção das ações do Sistema Único de Saúde (SUS) às ações das redes de educação pública, de forma a ampliar o alcance e o impacto de suas ações relativas aos educandos e suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, dos equipamentos e dos recursos disponíveis.

IV. Interdisciplinaridade e intersetorialidade, permitindo a progressiva ampliação da troca de saberes entre diferentes profissões e a articulação intersetorial das ações executadas pelos sistemas de Saúde e de Educação, com vistas à atenção integral à saúde de crianças e adolescentes.

V. Integralidade, tratando a saúde e educação integrais como parte de uma formação ampla para a cidadania e o usufruto pleno dos direitos humanos, fortalecendo o enfrentamento das vulnerabilidades, no campo da Saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar.

Frente ao exposto, é preciso reavaliar as potencialidades da educação e saúde para expandir os estudos da educação sexual nas diferentes áreas, adicionando novos referenciais e estratégias para implementar uma formação baseada em atitudes emancipatórias.

Leão (2012, p.174) evidencia que este programa abre a possibilidades de médicos, enfermeiros, psicólogos, entre outros profissionais da saúde e pessoas da comunidade de fazerem um trabalho interligado de abordagem da sexualidade em conjunto. Figueiró (2010, p. 89) afirma que a valorização e o esforço pelo trabalho interdisciplinar são bastantes significativos para o avanço dos conhecimentos na área, bem como para garantir maior eficácia nos trabalhos de intervenção e educação.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), em seu artigo terceiro, a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, sendo-lhes asseguradas por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. O artigo quarto é outro aspecto que o ECA assinala, e refere que a família, a comunidade, a sociedade em geral e o poder público devem assegurar a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à conveniência familiar e comunitária.

É válido ressaltar o quanto que a formação dos profissionais da saúde e educação se faz necessário para a construção e a efetivação de ações educativas baseada nos dois pilares, isto, a saúde e a educação. O setor educacional é um aliado importante para a concretização de ações de promoção de saúde voltadas para o fortalecimento das capacidades dos indivíduos, para a tomada de decisões favoráveis à saúde e à comunidade. (Brasil, 2002).

Cabral e Díaz (2012) “sinalizam que [...] tanto os profissionais da saúde, quanto os da educação, mantêm muitas vezes uma postura ambivalente, autoritária e de não aceitação do exercício da sexualidade dos adolescentes.” Os autores ainda enfatizam que não tem havido integração entre esses dois setores, apesar dos esforços isolados e pontuais, a maioria dos programas não conseguem desenvolver um trabalho que favoreçam a autonomia, a percepção dos riscos e de uma consciência de autocuidado.

A autora Maria Teresa Machado Vilaça apresenta em seu artigo intitulado “Competência para a ação na educação em sexualidade: potencialidades da parceria entre profissionais da educação e saúde com integração das tic”, inúmeras contribuições de como a parceria entre esses dois setores podem auxiliar para mudanças positivas nos diferentes espaços. O paradigma adotado para a implementação do projeto foi Educação para a Saúde

Democrática, com o intuito de que todos os alunos participassem na construção do seu próprio conhecimento e, desta forma, desenvolvessem competências para a ação na sala de aula e na sociedade em geral. A metodologia utilizada para a aplicação do projeto foi chamada de IVAM que consiste na Investigação, Visão, Ação e Mudança, com a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nas atividades de promoção da saúde. (Vilaça, 2015).

De acordo com apontamentos da autora, o ensino deve estar condicionado “à formação dos agentes educativos (educadores, professores, profissionais da saúde, psicólogos escolares, auxiliares de acção educativa etc.) para serem capazes de agir de forma adequada e coerente face às dúvidas e manifestações dos alunos sobre a sua sexualidade”[...]. (Vilaça, 2006, p.258).

Exemplificando o projeto desenvolvido em Portugal pela pesquisadora, observa-se que o trabalho conjunto entre as diversas áreas pode trazer resultados satisfatórios no campo da sexualidade e da educação sexual para obter novos parâmetros e, assim, garantir um aprendizado diferenciado. Além disso, é importante dinamizar e acreditar em novas estratégias de ensino para que o trabalho não fique somente fragmentado na área da educação.

Em suma, falar de formação de profissional da saúde e educação no que tange à sexualidade ainda é um interdito em vários ambientes, pois nota-se que ainda o trabalho é isolado e com poucas referências pautadas no estudo científico. Há que se afirmar que o trabalho interdisciplinar é uma ferramenta imprescindível para que se tenha uma visão ampla e unificada das áreas em que a sexualidade se faz presente, de modo que estabeleça um alicerce pautado no diálogo, na troca de experiências, a fim de que produza novos saberes.

4.1 Formação Inicial e Continuada

Para que o trabalho de Educação Sexual se efetive, a formação dos profissionais para atuar com a mesma é uma etapa imprescindível para solidificar as intervenções na educação

devido a sexualidade ser um tema repleto de tabus e mitos. A formação vem, portanto, agregar na desconstrução dessas ideias equivocadas a respeito deste assunto.

Cabe destacar que a formação do professor é fundamental porquanto este é o principal profissional para a implantação da educação sexual (Leão & Ribeiro, 2012). Contudo, é preciso que receba uma formação para tanto, haja vista que muitos profissionais da educação se sentem receosos e inseguros para se envolver com o trabalho de educação sexual, sobretudo devido à ausência de uma formação específica (Leão, 2009). Segundo Maia e Ribeiro (2011) frisam que esta formação deve instrumentalizar criticamente o professor para que saiba lidar com as dificuldades comuns resultantes dos tabus e preconceitos intrínsecos à sexualidade e à educação sexual.

Figueiró (2014 p.109) afirma que é preciso ter como fio condutor a ideia de que a formação de professores, tanto inicial quanto a continuada, juntamente com a questão da organização do trabalho escolar, é um fator de grande determinação da qualidade do ensino.

Frente ao exposto, a implementação das propostas dos PCN é proeminente para iniciar a reflexão sobre a sexualidade, todavia o documento não dá suporte e nem tampouco direcionamento quando se refere à formação do profissional, sendo que até o presente momento (2017), nenhum estudo iniciou-se para a mudar essa realidade. E este despreparo é a principal barreira para legitimar o trabalho em sexualidade. Frison (2002) argumenta que os professores não sabem trabalhar com o tema da sexualidade, pois essa temática, em sua formação, sequer foi abordada, dificultando assim a aquisição dos conhecimentos específicos necessários para o trabalho em sala de aula. Logo, entende-se que uma das dificuldades para se trabalhar a educação sexual advém de uma má formação acadêmica.

Há uma necessidade de formação inicial e continuada de professores, já que nem todos os cursos possuem em seus currículos temas relacionados a gênero, sexualidade e diversidade sexual. Aliado a isso, se faz necessário que o professor possa discutir temas relacionados à

sexualidade humana levando em consideração o comprometimento dele como educador, bem como pela necessidade e urgência de se discutir temas como gravidez na adolescência, HIV-AIDS e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), violência sexual, entre outros pelos profissionais da educação de maneira geral e não só pelos professores de Educação Física e de Ciências Biológicas que geralmente são incumbidos de abordar estes temas na escola.

Segundo Reis e Ribeiro (2002), ao longo de uma década (de fato duas após o lançamento dos PCN) não houve incentivo e nem iniciativas oficiais no sentido de oferecer aos professores cursos que pudessem formá-los em um campo dominado pelo desconhecimento, pelo preconceito, o tabu e a discriminação.

Nesse caso, a formação do professor para Figueiró (2006, p.121) deve fazer com que ele consiga refletir diretamente no trabalho com a educação sexual levando em consideração a importância de se escolher uma abordagem de ensino que melhor se adeque na educação dos alunos. A citada autora adiciona que durante a formação inicial deste profissional o exercício da reflexão fica limitado, porquanto, essa reflexão somente acontecerá quando o profissional estiver inserido na prática, deparando-se com possibilidades e limites seus, dos seus alunos e do contexto educacional como um todo.

Vale comentar que não “é somente a falta de formação que tem dificultado a atuação do professor para lidar com a questão sexual no espaço escolar, mas, também as concepções inadequadas que eles representam, assim como, os preconceitos e estigmas que carregam sobre a sexualidade.” (Leão, 2009, p.99). Essas concepções inadequadas são resultadas de como a sexualidade foi negada, proibida, visões distorcidas que foram se perpetuando ao longo da vida, e desta forma, dificultando o interesse para buscar o conhecimento científico necessário para a intervenção voltados para estas questões e implementação de propostas de ação em educação sexual.

Maia e Ribeiro (2011, p.80) ratificam que a formação do educador é fundamental e se faz necessária para que possa atuar em processos de educação sexual seja na sua formação acadêmica ou em projetos de educação continuada.

Vários especialistas do campo da sexualidade se preocupam quando se trata de inserir a educação sexual nas escolas, em virtude do despreparo do professor. Nunes e Silva (2000, p.65) apontam para outra preocupação quando afirmam que “Ainda não temos oportunidades institucionais suficientes e condições materiais efetivas para preparar os professores que irão assumir os trabalhos escolares em sexualidade humana.”

Em decorrência dessas inúmeras preocupações, o poder público necessita investir na formação inicial e continuada de qualidade para os professores, reestruturando o espaço laboral com ambientes adequados para desenvolver o trabalho, fortalecendo parcerias entre os órgãos governamentais e a família como o principal pilar para essa construção, visto que ela é a maior responsável pela formação do sujeito.

Não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem renovação pedagógica, sem uma adequada formação de professores. (Nóvoa, 1991). Reis e Ribeiro (2002, p. 94) legitimam que

é fundamental, portanto, investirmos na formação do profissional que realizará o trabalho de orientação sexual em sala de aula, proporcionando ao professor acesso a todo o conhecimento científico que é produzido em torno da sexualidade, levando-o a conhecer o desenvolvimento da criança e do adolescente, e a se atualizar na sua área de atuação, enfim, que seja preparado á luz da ciência para exercer um trabalho que se propõe não diretivista.

Segundo Leão (2009, p.106) “a formação inicial é uma etapa profícua para a preparação do professor, por meio da qual lhe são oferecidos os conhecimentos indispensáveis à prática pedagógica.” Em virtude dos estigmas que a sexualidade carrega, a inserção do tema na formação inicial traria considerações significativas e essenciais para desconstruir os preconceitos, mitos e crenças que impedem os profissionais de discuti-los. A formação inicial

tem o papel crucial para a preparação do professor a fim de que estimule a aprender constantemente, a pesquisar e investir na própria formação. “[...] No mundo contemporâneo, o papel do professor está sendo questionado e redefinido de diversas maneiras. Para isso concorrem as novas concepções sobre a educação, as revisões e atualizações nas teorias de desenvolvimento e aprendizagem” [...] (Brasil, 2000).

As demandas da reforma da Educação Básica para a formação de professores têm buscado aprimorar o conhecimento do professor, em virtude das mudanças ocorridas nas concepções sobre a educação. Diante disso, é imprescindível a preparação e o investimento na formação inicial. Desse modo, a importância dessa formação é

Melhorar a formação docente implica instaurar e fortalecer processos de mudança no interior das instituições formadoras, respondendo aos entraves e aos desafios apontados. Para isso, não bastam mudanças superficiais. Faz-se necessária uma revisão profunda dos diferentes aspectos que interferem na formação inicial de professores, tais como: a organização institucional, a definição e estruturação dos conteúdos para que respondam às necessidades da atuação do professor, os processos formativos que envolvem aprendizagem e desenvolvimento das competências do professor, a vinculação entre as escolas de formação inicial e os sistemas de ensino. (MEC, 2000, p.12)

É notório que a existência de profissionais preparados e comprometidos com o aprendizado referente à sexualidade colaboraram para dar sustentação às práticas pedagógicas, e, desta forma, abriram caminhos para novas mudanças e atitudes. Se não houver uma formação apropriada para os professores, o trabalho no campo da sexualidade não alcançará resultados satisfatórios.

Cabe referir que “a formação do professor deve ser concebida como um processo de desenvolvimento, que se inicia no momento da escolha da profissão, percorre os cursos de formação inicial, e se estende por todos os períodos de exercício da profissional ao longo da carreira [...]”. (Leão, 2009, p.108).

Figueiró (2014) explica que a formação do educador começa a acontecer antes mesmo da formação inicial e prossegue ao longo de todo o período da prática profissional, contudo as experiências de vida anterior e posterior à sua formação inicial contribuem para esta formação.

A formação continuada refere-se a uma formação em exercício, posterior a uma formação inicial, promovidas por programas dentro e fora das escolas, considerando diversas possibilidades, presenciais ou a distância (Brasil, 1999, p.19).

Para Figueiró (2014, p.105) a formação continuada refere-se às propostas ou ações (cursos, estudos, reflexões, entre outros) voltadas, em primeira instância, para aprimorar a prática profissional do professor. Vale ressaltar que essa prática profissional deve estar vinculada ao desenvolvimento profissional do educador, além disso, essa formação deve estar associada a uma prática de busca de uma identidade individual e coletiva buscando renovar seus saberes pessoais a fim de que se obtenha também uma escola renovada. Para a citada autora, não basta somente repassar as técnicas para o professor, é imprescindível despertar o educador que existe dentro de si para que o trabalho seja feito com compromisso e paixão. [...] (Figueiró, 2014, p. 18)

Nóvoa (1997, p.25) ao discorrer sobre a formação continuada refere que esta formação

não se constrói por acumulação (cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas a de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência.

Candau (1996, p.143) afirma que todo processo de formação continuada tem que ter como referência fundamental o saber docente, o reconhecimento e a valorização deste saber. Por este motivo é importante ressaltar que o conhecimento que o professor adquire no decorrer de sua prática é fundamental para que a formação tenha um caráter reflexivo a fim de que o mesmo aprimore seus conhecimentos e valorize suas experiências.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96 foi um dos dispositivos legais que iniciou a legalização da formação continuada dos professores no país, pois reconheceu a necessidade de investimentos públicos na formação dos professores para que se pudessem alcançar melhorias educacionais. No título VI dos Profissionais da Educação, especificamente nos artigos 61 e 63 pontua as responsabilidades para com a formação continuada:

Art. 61. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamento: Parágrafo II- a associação entre teorias e práticas e capacitação em serviço. Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão: Parágrafo III- programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis (Brasil, 1996)

Uma característica fundamental da formação continuada é que precisa ter ligação com problemas que os professores enfrentam em sua sala de aula. Essa formação “[...] será tanto mais efetiva quanto maior for o envolvimento do próprio professor na busca de soluções para seus problemas.” (Celani, 1988, p. 160). Cabe elucidar que enfrentar os problemas significa buscar soluções, promover a intervenção no processo educacional com o intuito de projetar novos caminhos, reconstruir um conhecimento amplo e voltado para a sexualidade e, assim respeitando a liberdade sexual do indivíduo.

Tardif (2010, p.11) pontua uma discussão importante, dizendo que

Dentro da formação de professores é possível criar espaços para que os futuros educadores sejam capazes de refletir criticamente sobre os seus saberes e a importância da educação sexual e a expressão da sexualidade do ser humano, identificando aspectos como os valores, estereótipos, preconceitos e crenças culturalmente inseridas nas vidas destes profissionais.

A formação continuada não pode restringir-se somente ao acúmulo de informações, mas que, por meio destas, o professor busque transformar suas concepções, experiências e

atitudes em um saber mais preciso e consciente frente as questões referentes à sexualidade, ao ponto que desenvolva a autonomia e segurança na sala de aula.

Assim sendo, a formação continuada deve servir de base para o repensar da formação inicial, e entender que a mesma estabelece uma relação de interdependência e que não pode ser trabalhada somente pelo viés de complementação na perspectiva para melhorar “a falta de algo” que esteja impedindo o desempenho do professor. Em virtude disso, “investe-se em cursos de reciclagem, treinamentos, como forma de “suprir” aquela deficiência.” (Kullo, 2000, p.17).

De maneira geral urge salientar a importância que a temática da sexualidade tem no processo educacional por ser assunto corrente e comum no ambiente escolar, embora o professor não saiba abarcá-lo. Portanto, é preciso ser tema devidamente abarcado na formação continuada deste profissional.

Desta forma, a implementação de projetos de educação sexual na formação dos profissionais de educação contribuiria para a compreensão de que a sexualidade não pode ser velada, nem ignorada. Aliás, a formação acadêmica seria o caminho para direcionar os professores a buscarem inicialmente o autoconhecimento, possibilitando entender sua história de vida, com a finalidade de construir sua identidade sexual e, deste modo, assumir uma postura positiva tanto no processo sexual educativo das crianças e adolescentes, quanto diante das dificuldades encontradas.

Vale frisar que abordar questões de sexualidade não é algo simples, pois remete a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre tais questões. Pensando nisso, a elaboração de propostas interventivas colaboraria para uma formação articulada, no qual originariam avanços para esclarecer as dúvidas, curiosidades, questionamentos e anseios acerca da sexualidade.

Ribeiro (2013, p.13) elucida que é de fundamental importância propiciar uma formação que estimule a participação dos professores para que possam expressar suas ideias e opiniões

[...] e, desta forma, propiciar um espaço aberto e reflexivo, com intuito de auxiliá-los a repensar valores e ressignificar suas vivências.

Os cursos devem ser entendidos como oportunidades para discutir, reconhecer certas capacidades de “crítica” face ao “inquestionável”, e como oportunidades de alargamento de pretensões e objetivos (Xavier, 2012, p.23).

Geralmente os profissionais que participam da formação continuada não compreendem como um componente essencial para o desempenho profissional, tampouco como um processo de troca de experiências e construção do saber, em sua grande maioria buscam respostas para os problemas que vivenciam no seu espaço de trabalho.

Diante do seu artigo “Formação Continuada e o processo de desenvolvimento profissional de professores”, Adailson dos Santos Sena (2011) nos diz que

Repensar a concepção da formação de professores, que até pouco tempo objetivava a capacitação, através da transmissão do conhecimento, a fim de que “aprendessem” a atuar eficazmente na sala de aula vem sendo substituída pela abordagem de analisar a prática que este professor vem desenvolvendo, enfatizando a temática do saber docente e a busca de uma base de conhecimentos para os professores, considerando os saberes da experiência.

Segundo Janaína da Conceição Martins Silva (2011), o termo “formação contínuo” veio tomando corpo no meio educacional a partir das ideias de professores como sujeitos inacabados, em contínuo processo de mudança e transformação, ou seja, que nunca está finalizado.

Vera Lucia Bahl de Oliveira (2009, p.181) em seu artigo intitulado “Sexualidade no contexto contemporâneo: um desafio aos educadores” afirma que

Há necessidades urgente de cursos de formação continuada de professores para a orientação sexual na escola. Esta formação requer formadores e formandos motivados, livres de preconceitos e com um firme desejo de auxiliar indivíduos a compreenderem que a sexualidade e todos os aspectos a ela relacionados são indicadores de todo um equilíbrio que o organismo busca.

Dentre os diversos fatores impeditivos para o andamento da formação continuada dos professores, destaca-se como as principais, a falta de apoio das políticas públicas, valorização das práticas de ensino e o fortalecimento da formação nas escolas. No âmbito dessas questões é necessária uma reformulação curricular que contemple o conhecimento e a reflexão das experiências do professor.

Para Nóvoa (1995), a troca de experiências e a partilha dos saberes dos professores consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada um é chamado a desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e de formando.

Paulo Freire (1996, p.43) “afirma que para a prática do educador melhorar é fundamental pensar criticamente na prática de hoje ou de ontem. Nessa perspectiva, a reflexão do educador é primordial para que ele seja capaz de rever sua prática e direcioná-la conforme a realidade que atua.”

De acordo com Figueiró (2004, p.122) a formação continuada “precisa ser concebida como um processo e deve dar-se num tempo não exíguo, com margem para que o professor possa pensar e repensar sua prática pedagógica e realimentá-la com as reflexões coletivas que realiza com todos que integram a equipe”.

É salientado que o estudo de formação inicial e continuada discutida nesta pesquisa tem como enfoque pontuar que a formação do professor não pode restringir-se somente a acúmulos de cursos, palestras e seminários sem que haja um momento para refletir e dialogar com os saberes adquiridos pelos docentes na sua trajetória pessoal e profissional, assim, podendo contribuir para os avanços das práticas pedagógicas.

Portanto, a revisão da literatura aponta a lacuna tanto na formação inicial quanto continuada destes profissionais reafirmando a necessidade de cursos interventivos direcionados a prepará-los para saber como implementar trabalhos de educação sexual no cerne escolar e da saúde.

4.2 Formação de profissionais de saúde

A formação de profissionais de saúde em sexualidade tornou-se objeto de reflexão do presente estudo visando estimular uma preparação específica que permita a eles atuarem nas ações educacionais no que diz respeito a este tema, e assim estabelecer iniciativas conjuntas e articuladas para a construção de uma proposta que some os conhecimentos produzidos pelos dois setores.

A abordagem da sexualidade precisou ser trabalhada em um contexto mais ampliado, no intuito de superar o enfoque vinculado às questões reprodutivas que se perpetuou durante um longo período, e em consequência disso, discursos conservadores pautados na vida social e sexual dos indivíduos passaram a ser controlados.

Essas reflexões iniciais são de suma importância para entender as dificuldades que os profissionais da saúde enfrentam na sua prática para discutir a sexualidade. Segundo Figueiró (2010, p. 72) “apesar das críticas direcionadas à Medicina, esta área foi pioneira em assumir o trabalho que envolve a sexualidade das pessoas.”

Salienta-se a maneira como se deu a participação dos profissionais da área da saúde em programas de Educação Sexual no país. A primeira ação dos higienistas aconteceu no século XX, para meninas e o trabalho era ministrado por educadores sanitaristas que faziam parte do Serviço de Saúde do Departamento de Assistência ao Escolar de São Paulo e, posteriormente, foram inseridos alguns professores. Inicialmente, as orientações eram oferecidas para as mães, e, num segundo momento, para as alunas e os conteúdos trabalhados eram pautados nas transformações fisiológicas. Em seguida, em 1970 essa atuação foi interrompida por uma determinação da Secretaria da Educação que se posicionou contra a Educação Sexual na escola (Figueiró, 2010, p.84.85). A partir disso, foram implantados vários serviços para oferecer embasamento a novas propostas em Educação Sexual na área de saúde. Por exemplo, na década de 1980 foi criado os Serviços de Assistência à Adolescência, com o Programa de Assistência

Médica e Psicossocial à Adolescência (PAMPA), este programa funciona até os dias de hoje dando suporte a adolescentes e à Educação Sexual.

. Figueiró (2010, p.86) elucida que estes serviços de assistência vêm corroborar o engajamento efetivo dos profissionais da área da saúde, especialmente da médica, na temática em questão. Já na década de 1980, o Ministério da Saúde incluiu a assistência à saúde dos adolescentes e a criação da ASBRA (Associação Brasileira de Adolescência). Essas medidas foram fundamentais para a contribuir nas ações educativas e preventivas do Sistema de Saúde pública junto aos adolescentes e jovens (Coates, 1999). Essa atuação se fez mais substancial a partir do momento da criação de Instituições ou Órgãos voltados para a sexualidade e à Educação Sexual. (Figueiró, 2010, p.86).

Figueiró (2010, p.87) corrobora que a área da Saúde

ao cuidar da saúde sexual das pessoas, e por conseguinte, também de sua educação sexual, pode e deve fazer deste trabalho um espaço para ajudar as pessoas a pensar, a desenvolver a criticidade e a autonomia. Assim, torna-se um trabalho que vai muito além de repassar as informações científicas sobre a sexualidade [...]

A formação inicial dos profissionais de saúde é um dos entraves para compreender o contexto do assunto, bem como, suas necessidades. Sabe-se que na matriz curricular das áreas de saúde não há a presença de disciplinas que discutam sobre a educação sexual, diante disso, sem o conhecimento científico a formação destes profissionais se torna incompleta e o despreparo dificulta o aprimoramento das condições de vida do ser humano.

Mediante essa ideia, Yared (2015, p.1562) “sinaliza que o tema da sexualidade vive numa constante falta de reflexão intencional e, mesmo que não prevista, essa negligência desumanizadora ocorre na formação inicial e continuada dos profissionais das mais diversas áreas do saber, especialmente da educação e da saúde.”

Mesmo identificando todas essas lacunas como o despreparo, o “silenciado” na prática para a concretização do trabalho em educação sexual, os profissionais da saúde são vistos como

detentores do conhecimento científico, profissional aparentemente mais preparado do que os professores para tratarem do assunto.

Deste modo, Yared, (2011, p. 103) afirma que os docentes, na sua maioria, atribuem muita credibilidade a pessoa da área da saúde, que são preferencialmente, convidadas para trabalhar o tema de sexualidade nas escolas. Essa ilusão traz consequências para solidificar as ações, pois a sexualidade não deve ser compreendida somente pela ótica biológica, num sentido redutor das patologias presentes na realidade. É notório que ainda hoje as intervenções da saúde são direcionadas pelo viés da prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). No entanto, sabe-se da importância e necessidade de explicar sobre a prevenção. E o que acontece é ao contrário, a linguagem utilizada pelos profissionais da saúde é de que a sexualidade é um problema da saúde pública e que esta só pode ser mencionada quando surgir a necessidade de uma palestra pontual para tentar sanar os ‘problemas’ e ‘agravos’ da saúde.

De acordo com Santos e Bruns (2000), os profissionais da saúde também podem ser “frutos” de uma “má” formação em sexualidade, inclusive porque esta educação emancipatória na maioria das vezes não existiu em suas vidas, incluindo aí, a vida acadêmica.

Yared e Melo (2014) apresentam algumas reflexões pautadas na formação dos médicos no que tange à educação sexual. Este estudo mostra que a temática da sexualidade pode ser inserida na área da saúde a partir da dimensão emancipatória de educação, propondo novos caminhos a serem percorridos.

O Documento Brasil (2013, p.49) evidencia que

Os profissionais de saúde, em geral, sentem dificuldades de abordar os aspectos relacionados à sexualidade ou à saúde sexual de seus pacientes. Trata-se de uma questão que levanta polêmicas, na medida em que a compreensão da sexualidade está muito marcada por preconceitos e tabus, e os profissionais de saúde não se sentem preparados ou se sentem desconfortáveis em lidar com o tema.

Cabe frisar que existe uma relação direta entre a sexualidade e o interesse público, uma vez que o comportamento sexual dos indivíduos diz respeito à saúde pública, por isso, é formidável que se criem políticas públicas, formação inicial e continuada para os profissionais da saúde para que contribua para o desenvolvimento integral do sujeito.

A seguir serão abordados os procedimentos metodológicos do presente estudo.

5 MÉTODO

Nesta seção foram traçados a abordagem metodológica utilizada na presente pesquisa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, mediada pelo método da Pesquisa- Ação. Nesta vertente metodológica, o pesquisador desempenha um papel ativo na solução dos problemas, juntamente com os participantes nas intervenções de ações educativas desencadeadas em razão dos problemas.

Minayo (2009, p.21), ao discorrer sobre a pesquisa qualitativa aponta que ela visa responder questões específicas, isto é,

ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilha com seus semelhantes.

Dentro dessa perspectiva, a mesma contribuirá para a construção das concepções sobre sexualidade e educação sexual no decorrer deste estudo, uma vez que auxiliará na compreensão e na implementação de alternativas metodológicas para intervenção em projetos de educação sexual.

É importante salientar que o pesquisador orientado pelo enfoque qualitativo tem ampla liberdade teórico-metodológico para realizar seu estudo lembrando que o “[...] trabalho

científico, deve ter uma estrutura coerente, consistente, originalidade e nível de objetivação capazes de merecer a aprovação dos cientistas nesse processo intersubjetivo de apreciação” (Triviños, 1987, p.133).

Conforme Triviños (1987, p.137) relata, “o processo da pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas, estanques, ela se desenvolve em interação dinâmica retroalimentando-se, reformulando-se constantemente. Portanto, as características que norteiam a pesquisa qualitativa direcionarão o tipo de análise pretendida no decorrer deste estudo.”

Bogdan (1982, citado por Triviños, 1987, p.127), afirma que pesquisa qualitativa se caracteriza por cinco noções básicas, sendo elas

a) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento-chave; b) a pesquisa qualitativa é descritiva; c) os pesquisadores qualitativos estão mais preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; d) os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente; e) o significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.

De acordo com o autor, os pressupostos que foram mencionados são fundamentais, pois servem de embasamento para a análise devido ao significado que os sujeitos da pesquisa dão ao ambiente natural, suas experiências e seus projetos de vida. Dentro dessa visão, a maior preocupação está em entender o processo ensino-aprendizagem, e como esse conhecimento está sendo refletido, tanto no individual quanto no coletivo, a fim de que o exercício da prática reflexiva conduza ao aprimoramento de suas competências.

Mediante as características mencionadas da pesquisa qualitativa, optou-se pela pesquisa-ação por perceber que esta pode ser aplicada em diferentes áreas e possibilitar que o pesquisador intervenha dentro de uma problemática social, sobretudo com a participação do pesquisado na busca de estratégias para solucionar os problemas. Desse modo, a participação das pessoas implicadas nos problemas investigados é absolutamente necessária (Thiollent, 1998, p.15).

Conforme Thiollent, (1998, p.14)

[...] pesquisa social com base empírica que é concebida em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Dentre os aspectos da pesquisa-ação pontua que o objetivo desta pesquisa consiste em resolver ou pelo menos esclarecer os problemas observados, contudo, acompanhar o processo de decisões das ações e de toda atividade intencional dos atores da situação. Assim, como propõe os objetivos desta pesquisa que busca acompanhar e assessorar os profissionais nas efetivações de ações interventivas em sexualidade.

Por meio da pesquisa-ação procura-se intervir na prática de modo inovador já no decorrer do próprio processo de pesquisa e não apenas como possível consequência de uma recomendação na etapa final do projeto. (Engel, 2000, p.182).

Para avaliar a efetivação destas oficinas serão empregadas a pesquisa narrativa a qual se propõe dar voz aos sujeitos que participarão dessas oficinas. A narrativa é uma história expressa numa linguagem aberta, que permite “uma livre intervenção interpretativa a ser feita pelos próprios destinatários [...]” (Eco, 1979, citado por Chizzotti, 2006, p.118).

Assim, o principal objetivo que justifica o estudo por meio das narrativas, é oferecer oportunidades aos participantes de relatar suas experiências vividas, e o modo como foram assimilados os conteúdos propostos durante a formação.

Diante do exposto, “a análise de narrativas é uma modalidade de interpretação de textos que trata de modo especial as transcrições de relatos, de entrevistas, discussões em grupo e que procura extrair e analisar o conteúdo inerente ao mesmo.” (Chizzotti, 2006, p.113.114).

Para se obter informações das narrativas dos participantes é necessário que o pesquisador faça a pré-formatação que retira nas informações solicitadas para verificar suas

hipóteses. E outra elaborada pelo narrador, relatando sua história pessoal, ainda que de forma insegura. Dessa forma, o narrador retirará o sentido a qual empresta a realidade.

Em suma, “as narrativas assumem a forma de análise da conversação.” (Sacks, 1992, p. 120), como interações sociais em que os participantes se mostram capazes de falar, silenciar, interromper, ocultar, produzir uma imagem de si e provocar a exposição do outro, criando uma realidade social contextualizada, a fim de descrever os tipos de trocas comunicativas.

A narrativa, de fato, fortalece o embasamento da pesquisa por permitir ao narrador compreender sua trajetória, como próprio produtor de conhecimento, narrar os acontecimentos, compartilhar experiências e refletir suas práticas pedagógicas e acerca da sua participação das oficinas.

5.1 Local

A pesquisa foi realizada no município de Abaetetuba-PA, conhecida como a Capital Mundial do brinquedo de Miriti, a qual se localiza no interior do Estado do Pará. O nome primitivo era “Abaeté”, que, na língua tupi, significa “homem verdadeiro”, por meio da junção dos termos abá (homem) e eté (verdadeiro), a partir de um decreto foi-lhe acrescentado o sufixo “tuba”, oriundo do termo tupi “tyba” (ajuntamento), com intuito de diferenciá-lo do município homônimo no estado de Minas Gerais. Portanto, Abaetetuba significa na língua tupi, “ajuntamento de homens verdadeiros”. Historicamente, Abaetetuba foi fundada no século XVIII, sendo elevada à categoria de cidade no dia 15 de Agosto de 1895. Abaetetuba é uma cidade ribeirinha localizada no Nordeste do Estado, banhada pelo rio Maratauíra (afluente do Rio Tocantins), distante 101,5 km em linha reta da capital do Estado, Belém.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE o município possui 1.610, 743 km² com 151.934 habitantes. “Este município possui uma beleza natural, própria do interior amazônico, beleza que pode ser visualizada no ir e vir das marés,

que percorrem os inúmeros rios, igarapés e furos (igarapé e furos são denominações utilizadas na Amazônia para designar cursos de água caracterizados por pouca profundidade e por correrem quase no interior da mata. Braços estreitos de rios e canais) que circundam e adentram as ilhas e a cidade de Abaetetuba, formando um verdadeiro labirinto aquático entre a floresta.” (Silva, 2012, p.14.36). O município ficou conhecido como “a Terra da Cachaça”, devido a próspera indústria de aguardente de cana localizado na época em Abaetetuba, porém hoje (2016) só existe as ruínas e apenas uma pequena unidade fabril.

No campo educacional, o município possui 174 escolas municipais sendo 42 na sede, 50 divididas entre estradas e ramais e 82 nas ilhas. Na esfera estadual são 47 escolas sendo 18 na sede, 8 anexos e 21 Some (Sistema de Organização Modular de Ensino). Para ministrar o ensino superior e pós-graduação lato sensu, o município possui 2 campi federais: Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará/IFPA.

5.2 Participantes

Participaram do presente estudo 17 profissionais sendo das áreas educação (pedagogos e professor de matemática) e da saúde somente a (psicóloga)⁷ e que atuam com crianças e adolescentes. Cabe frisar que foi empregada a amostra por conveniência para se estabelecer o número exato de participantes, ou seja, os profissionais que se disponibilizaram a participar do estudo. Os mesmos assinaram um termo de consentimento (Anexo C), visando apresentar as devidas providências éticas na pesquisa. A tabela 1 ilustra os dados acerca dos participantes.

⁷ Foram feitos os convites para os participantes da saúde, porém eles se ausentaram por problemas trabalhistas.

Tabela 1 - Caracterização dos participantes: os profissionais de educação e saúde do município de Abaetetuba, 2016.

		Número de respondentes	%
Sexo			
	Feminino	16	94%
	Masculino	1	6%
Idade			
	De 20 a 30 anos	-	-
	De 31 a 40 anos	6	47%
	De 41 a 50 anos	9	53%
	Acima de 51 anos	1	6%
Formação acadêmica			
	Pedagogia	15	88%
	Matemática	1	6%
	Psicologia	1	6%
Período de formação			
	Antes do ano de 2000	1	6%
	Depois do ano de 2000	16	94%
Tempo de atuação profissional			
	8 anos	4	22%
	9 anos	2	12%
	12 anos	1	6%
	15 anos	2	12%
	16 anos	3	18%
	18 anos	4	22%
	24 anos	1	6%

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme Tabela 1, os participantes correspondem a 16 profissionais de educação e 01 da saúde sendo que dezesseis (94%) eram do sexo feminino e um (6%) do sexo masculino. Quanto à idade dos participantes, a maior proporção encontra-se entre a terceira e a quinta décadas de vida. Referente ao curso em que se graduaram, os dados apresentados na tabela mostraram que a maioria é formado em Pedagogia com 88%, Matemática 6% e Psicologia 6%. Em relação ao ano que os participantes concluíram a sua graduação, pode-se observar que todos finalizaram após a publicação dos PCN (Brasil, 1997). Quanto ao tempo de atuação dos profissionais, este varia entre 8 a 24 anos. Sendo que o tempo predominante é de 8 anos com 22% e 18 anos com 22%.

5.3 Instrumentos de coleta de dados

Quanto aos instrumentos de pesquisa para coleta dos dados foi aplicado um questionário aberto. Segundo Parasuraman (1991), o questionário (Apêndice B) pode ser aplicado de diversas formas, e uma destas foi a reunião dos participantes para respondê-lo individualmente, mediante o critério de conveniência. Desta forma, se o participante que está sendo questionado não entender o significado de alguma pergunta pode pedir ajuda e esclarecer o propósito do estudo. Além disso, Chizzotti (2000) corrobora que o questionário consiste de um conjunto de questões pré-elaboradas e sequencialmente dispostas em itens com o intento de suscitar que os informantes saibam opinar ou informar acerca de determinado tema, sendo na opinião do autor, uma interlocução planejada.

O questionário foi empregado antes do curso, de maneira a conhecer o nível de formação e informação dos participantes do estudo acerca da sexualidade e da educação sexual. Este mesmo instrumento fora utilizado no término do curso, a fim de averiguar as contribuições do curso e ampliações ou não na informação dos mesmos.

5.4 Procedimentos éticos

A pesquisa foi apresentada ao Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras-Campus Araraquara, sendo aprovada em reunião no dia 09 de fevereiro de 2017. O número do parecer da pesquisa é: 1.913.279. (Anexo D)

5.5 Procedimentos de coleta de dados

Inicialmente foram contatados os gestores de cada instância (centro de saúde, escola, assistência social, ONGS e centro comunitário) por meio de uma carta de esclarecimento, apresentando os objetivos do projeto de pesquisa no intuito de mobilizar pessoas que gostariam de participar do estudo.

Num primeiro momento os participantes foram contatados por meio de uma carta de esclarecimento da pesquisa na qual explicita os objetivos e proposta do estudo. Após essa abordagem inicial houve a divulgação da pesquisa, os que concordarem em participar receberam o TCLE que esclarece no que diz respeito ao que consiste sua participação no estudo, o comprometimento quanto a questão da ética no desenvolvimento da pesquisa, entre outros aspectos.

Com o aceite dos participantes foram aplicados os questionários. A escolha pela utilização do questionário se dá pela facilidade em aplicá-lo com os participantes e ajuda a verificar suas concepções acerca da sexualidade antes do curso. Feito isso, foi estipulado, juntamente com os mesmos, os dias, horários e o período em que as oficinas interventivas pudessem ocorrer. A efetivação das oficinas ocorreu no período diurno, nas dependências de uma Escola Municipal durante 4 meses, sendo 2 encontros por mês de 2 horas de duração e totalizavam 60 horas de formação, e sempre intercalando os períodos conforme a disponibilidade de cada participante.

Nestas oficinas foram abordados diversos assuntos de sexualidade, dentre eles, relações de gênero, gravidez na adolescência, prevenção as IST-HIV-AIDS, Diversidade Sexual-Vamos falar sobre isso?, Direitos Sexuais e Violência sexual. Ademais, as oficinas buscaram enfatizar aspectos que os participantes referiram no questionário não ter o devido embasamento e informação. De maneira geral, o intento foi propiciar a sensibilização destes profissionais acerca da relevância da implementação de propostas interventivas em sexualidade.

Essas oficinas utilizaram técnicas que buscam favorecer a integração do sentir, do pensar e do agir por meio do trabalho com as dimensões vivencial, reflexiva, cognitiva e proativa. Nesse sentido, na dimensão vivencial são utilizadas técnicas que propiciam vivências pessoais em relação à temática da sexualidade, buscando mobilizar principalmente emoções e sentimentos. Já na dimensão reflexiva é trabalhada a temática por meio da problematização e de técnicas que estimulam a expressão individual e coletiva. Ao final desse processo foram esclarecidos os pontos de dúvidas e agregadas informações, abrindo novas possibilidades de elaboração e de revisão de sentimentos, opiniões, valores e atitudes em relação ao tema, explorando assim a dimensão cognitiva. Na dimensão proativa são trabalhadas as possibilidades de ação e de aplicação dos conteúdos aprendidos na vida cotidiana (Caderno de oficina, Instituto Aliança, 2012).

Na estrutura da oficina abaixo essas dimensões foram apresentadas como um norteador, um caminho a ser percorrido, sugerido, mas com possibilidades de mudanças dependendo do processo de aprendizado dos participantes. Dentre os conteúdos que foram trabalhados acerca da sexualidade iniciou-se pela discussão do conceito de sexo e sexualidade e História da sexualidade.

O conteúdo das oficinas foi dividido em três partes, a saber: Abertura e Integração; Desenvolvimento do Trabalho e Avaliação. Na primeira parte, estas técnicas têm dupla função

para o desenvolvimento da oficina. Estas foram pensadas para descontrair e preparar o grupo para participar receptivamente das atividades e, também, para introduzir o tema central. No espaço destinado para o Desenvolvimento do Trabalho apresentam-se técnicas disparadoras para uma aprendizagem vivencial, seguidas de pontos para discussão e, posteriormente, pontos de reflexão, momentos importantes para estimular a reflexão dialógica. O espaço reservado para a Avaliação fecha a oficina propriamente dita, retomando os sentimentos vividos e também os aprendizados adquiridos em relação às expectativas.

Em um segundo momento, os profissionais que participaram do curso de formação se tornaram multiplicadores desse conhecimento nos seus respectivos locais de trabalho, sendo solicitado que desenvolvessem atividades que atendessem o tema de Educação Sexual. A proposta pela execução das intervenções foi fundamental para que os participantes compreendessem os anseios da realidade local e verificassem se a formação contribuiu para a efetivação das ações vivenciadas no decorrer dos encontros, com vista buscando transformar a realidade em que atuam.

5.6 Procedimentos de análise de dados

Na análise dos questionários empregou-se análise de conteúdo, sendo o uso das categorias indispensáveis para esta análise. Buscou-se seguir os princípios de Bardin no que se refere análise de conteúdo. Bardin (2011, p.148) “explica que classificar elementos contidos nas falas dos participantes em categorias impõe a investigação do que cada um dos seus discursos tem em comum com o outro.”

Conforme Bardin (2011, p. 147) explica, as categorias são rubricas ou classes e reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos.

Bardin (1977. p.161) refere que a análise de conteúdo trata-se de

Um instrumento de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

De acordo com Bardin (1977. p.159.160), “o emprego deste método se presta para o estudo das motivações, atitudes, valores, crenças, tendências para desvendar as ideologias que não se apresentam com a devida clareza.”

A análise de conteúdo consiste de três fases: 1) A pré-análise: é a fase de organização do material, de acordo com o objetivo e as hipóteses levantadas, as ideias iniciais irão ser sistematizadas. Esse é o primeiro contato que o pesquisador estabelece com os documentos iniciais chamados de “leitura flutuante” no qual serão analisados.

2) Descrição do material: essa fase é longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas.

3) Tratamento dos resultados obtidos e interação: nesta fase, os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (“falantes”) e válidos. O pesquisador pode propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos.

Laville & Dionne (1999, p.216) apontam que análise de conteúdo não é um método rígido, mas sim constitui um conjunto de vias possíveis nem sempre claramente balizadas, para a revelação.

Os autores classificam como processo de etapas de análise de conteúdo, primeiramente, efetuar um recorte dos conteúdos em elementos que poderá em seguida ordenar dentro das categorias analíticas, que vão constituir a categorização final das unidades de análise.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente seção tem como objetivo apresentar os resultados alcançados na coleta de dados dos questionários e da implementação de oficinas interventivas a profissionais da educação e saúde, buscando por meio destes a compreensão das concepções acerca da sexualidade.

6.1 Análise dos questionários

Em relação a aplicação do questionário optou-se pelo preenchimento no primeiro encontro com os participantes para que a pesquisadora esclarecesse as possíveis dúvidas do seu preenchimento. No entanto, durante o preenchimento surgiram inúmeras dúvidas quanto às perguntas, observou-se que os mesmos estavam preocupados em colocar respostas corretas. Diante disso, foi ressaltado que a presente pesquisa não estava medindo conhecimento e, sim construindo novos saberes a partir daqueles já adquiridos anteriormente.

Desta forma, para caracterizar a amostragem partiu-se do princípio que as informações deveriam abranger cinco categorias que são representadas por: 1) O curso de graduação abordou questões de sexualidade; 2) Informação acerca de relações de gênero na graduação; 3) Participação em formação durante atuação profissional; 4) Trabalhos de educação sexual no ambiente de trabalho; 5) Intervenção em sexualidade na atuação profissional. Essas categorias estão representadas nas Tabelas 2 e 3 a seguir.

A Tabela 2 apresenta a seguir a trajetória de formação dos participantes, correspondentes às questões 1 e 2 do questionário, na qual busca-se, saber na questão 1 se durante a formação na graduação alguma disciplina abordou questões de sexualidade, e se afirmativo, quais assuntos foram tratados, e se negativo verificar se houve o sentimento de

necessidade de conhecer sobre tal assunto. A questão 2, busca saber se no curso de graduação os participantes receberam informações acerca das relações de gênero, e se afirmativo, quais foram as informações.

Tabela 2 – Trajetória de formação.

	Abordagem sobre Sexualidade na graduação	Assuntos tratados
Sim	11	- Desenvolvimento psicossocial; - Gênero e educação; - Teoria do desenvolvimento humano; - Corporeidade e educação.
Não	5	-
Não lembrou	1	

	Receberam informações acerca das relações de gênero	Quais informações
Sim	14	- Diferença sexual entre homem e mulher; - “Opções” sexuais; - Diferença entre os sexos; - Desigualdades entre os gêneros.
Não	3	

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme pode-se observar na questão 1, no tocante aos tratados na graduação, 11 profissionais tiveram alguma disciplina que abordasse questões da sexualidade, 5 profissionais não tiveram informações acerca do assunto e 1 não lembrou. Segundo os participantes os assuntos abordados foram: desenvolvimento psicossocial, gênero e educação, teoria do desenvolvimento humano, corporeidade e educação. Embora, tenham recebido informações na formação, os mesmos salientaram que os temas foram abordados de forma rudimentar, não tendo um aprofundamento específico. Conforme anunciam os participantes:

“A sexualidade durante a graduação foi sempre colocada de maneira muito rápida, não eram aprofundado”- Elaine⁸

“A sexualidade era abordada de maneira muito sucinta, pouco desenvolvida”- Marcia

Da mesma forma, os participantes que responderam não foram interrogados se sentiram a necessidade de conhecer sobre o assunto. Todos responderam que sim, pois em decorrência do pouco conhecimento da sexualidade, dificultou o desenvolvimento do trabalho nessa área.

Foi possível evidenciar nos relatos dos participantes que durante a graduação, o tema da sexualidade teve pouca notoriedade no que se refere à maneira como o assunto foi abrangido, ou seja, de forma superficial e descontextualizado. Leão (212, p. 61) corrobora que “a formação inicial é uma etapa importante e significativa de preparação dos professores, pois por meio desta adquirem os conhecimentos básicos, imprescindíveis para a prática pedagógica, que os acompanharão durante toda a carreira profissional.”

Os educadores necessitam de auxílio para melhorar a qualidade da educação sexual no cotidiano da escola, pois a maioria das formações universitárias não promovem formação específica para este foco (Vieira et.al, 2014, p,163).

Frente ao exposto, Freire (1996, p.39) conclui que “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a prática.”

Prosseguindo, na questão 2 os participantes foram questionados se no curso de graduação receberam informações acerca das relações de gênero. Os resultados obtidos nesta pergunta mostram que 14 participantes tiveram informações e 3 não obtiveram. Ainda, foi indagado que informações foram estas? Quanto as respostas, têm-se: diferença sexual entre homem e mulher; “opções” sexuais; diferença entre os sexos e desigualdades entre os gêneros. Percebemos que mesmo os participantes afirmarem terem recebido informações, às respostas

⁸ Com intuito de preservar a identidade dos participantes foram utilizados nomes fictícios no presente estudo.

divergiram não apresentando uma compreensão concisa do conceito. Percebe-se nas falas dos participantes essas ideias: *“Quando se relacionava a este assunto sempre se reportava ao gênero masculino e feminino, como papai e mamãe”- Carlo*

“As informações referentes à relação de gênero eram as diferenças sexuais e opções sexuais”- Maria

Leão (2009, p. 276) aponta que é necessário que os cursos de formação abordem sobre relações de gênero para que os professores contribuam para romper a visão míope e ultrapassada de papéis sociais definidos para homens e mulheres.

A Tabela 3 diz respeito à atuação profissional dos participantes, correspondentes às questões 3 e 4 do questionário.

A tabela 3- Atuação profissional

	Participação em palestra, curso ou formação abordando sexualidade	Qual a experiência
Sim	10	Formação em saúde e prevenção na escola e cuidado e higiene
Não	7	-

	Existe no espaço de trabalho algum trabalho de educação sexual	Quais, há quanto tempo ocorre e quais profissionais envolvidos
Sim	5	- Palestras; oficinas; aconselhamento individual: - os 5 anos - professores e coordenadores; - Durante o ano - professores e coordenadores. -os 8 anos - pedagogos psicólogos assistentes sociais
Não	12	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Na questão 3, buscou saber se os respondentes participaram de alguma palestra, curso ou formação durante a sua atuação profissional que abordasse acerca de sexualidade e, se afirmativo, como foi essa experiência. Por meio da tabela, evidencia-se que a maioria dos participantes estiveram em algum evento que se reportasse à sexualidade e frente a essas experiências adquiridas, os mesmos disseram que as palestras foram importantes para conhecer sobre o assunto. Diante do exposto, serão transcritas as falas dos participantes para exemplificar a opinião deles: *“Concluir uma formação em Saúde e prevenção na escola pela UFPA. Foi*

excelente e o projeto de intervenção será desenvolvido junto às escolas estaduais do município”- Joana

“Participei de uma palestra, mas direcionada para alunos do 5º ano, que falava das partes íntimas da mulher e do homem, apenas o básico”- Marcia

“As palestras relatavam sobre o cuidado, higiene”- Conceição

Constata-se que as palestras e as formações no tocante à sexualidade ainda se restringem às concepções biológicas e preventivas, e muitas vezes fornecem informações distorcidas acerca do assunto. Contudo, a operacionalização de programas pautados num conjunto de ações educativas planejadas seria o caminho para a promover a desconstrução de certos paradigmas.

Na questão 4 buscou conhecer se no espaço de trabalho há alguma atividade de educação sexual, e se afirmativo, que trabalho é este, e há quanto tempo ele ocorre e quais os profissionais que estão envolvidos. Pode-se constatar na tabela que 12 participantes responderam que não há trabalhos voltado para a sexualidade e 5 disseram que sim. Dessa forma, percebe-se a escassez de ações tanto da educação quanto da saúde frente à educação sexual, e essa falta de trabalhos justifica o despreparo, a pouca informação, a insegurança para desenvolvê-los. No entanto, essa realidade explica a necessidade de investir em formações contínuas para os profissionais.

Entre os 07 participantes que apontaram a realização de atividades no ambiente de trabalho, foram indagados quais trabalhos acontecem, os mesmos citaram: palestras; oficinas e aconselhamento individual, no período de 5 anos, 08 e anualmente. Quanto aos profissionais envolvidos são: professores; coordenadores; pedagogos; psicólogos e assistentes sociais. Em relação aos trabalhos mencionados, os participantes dizem que: *“O trabalho acontece de forma individual através de aconselhamento e com palestras pré-teste de maneira breve”- Gabriela*

“É desenvolvido trabalho com palestras e oficinas”- Lurdes

“A palestra acontece uma vez ao ano”- Luciana

Tabela 4- Intervenção em sexualidade na atuação profissional.

	Exerceu alguma atividade interventiva com sexualidade na atuação profissional	Quais facilidade e dificuldades encontradas
Sim	8	Dificuldade devido: Falta de conhecimento científico; -De linguagem apropriada para discussão; -Tabus; - Insegurança
Não	9	Devido a relevância do tema

Fonte: Dados da pesquisa

A questão 5 refere-se ao exercício de alguma atividade interventiva com sexualidade na atuação profissional, e se afirmativo, quais foram as facilidades e dificuldades encontradas e, se negativo, saber se houve vontade por parte do participante de realizar algum tipo de atividade que abordasse o assunto e porquê desse anseio.

Pode-se verificar na tabela, que 9 participantes não exerceram atividade interventiva com o tema da sexualidade e 8 responderam que sim. Diante das dificuldades investigadas, as respostas foram: devido à falta de conhecimento científico; de linguagem apropriada para discussão; tabus e insegurança. Os participantes não pontuaram facilidades quanto a terem exercido atividade interventiva com sexualidade na função profissional. Mesmo com todos esses entraves mencionados, observou-se que as respostas de nove dos participantes apontaram para a necessidade de discutir o assunto, assim, relacionaram que essa vontade se dá devido a relevância do assunto e a carência de informação para as crianças, os adolescentes e as famílias. Para tanto, é fundamental ter formação para fazer as devidas intervenções. Percebeu-se que muitos deles se sentiam obrigados e com receio para intervir em situações que surgiam durante

a rotina em sala de aula, mas, não deixavam de se posicionar diante das ocorrências. Os participantes argumentaram essas dificuldades: *“Durante as orientações, sentir bastante dificuldade, pois ainda é muito difícil falar deste assunto e muitos ainda têm ideias distorcidas.*

Eu mesma preciso ler mais”- Janaína

“Em todos os aconselhamentos e entrega de resultados. Essas dificuldades se dão pela questão socioeconômica, questões de gênero e violências com mulheres ainda submetidas ao parceiro”- Paula

“Sinto dificuldade por não ter domínio teórico a acerca do assunto”- Adriane

“A dificuldade é convencer os pais e saber conversar com as crianças e adolescentes”-

Marta

Analisando todas as questões mencionadas acima é evidente constatar que a falta de informação na graduação é um dos empecilhos para introdução da educação sexual nas instâncias sociais, pois o profissional necessita obter o aporte teórico para se apropriar do assunto. Em consequência disso, os problemas acabam se refletindo na prática pedagógica e nas atitudes frente aos desafios que aparecem. Contudo, os profissionais precisam ser mais informados sobre essas questões para que consigam ampliar o estudo referente à sexualidade. Desse modo Freire (1996, p. 35) conclui que “ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”.

6.2 CONCEITOS

Inicialmente buscou-se abranger as concepções dos participantes a respeito do conceito de sexualidade. Quanto a essa compreensão houve uma pluralidade de respostas. Contudo, estas foram analisadas e categorizadas. Estas categorias foram sinalizadas da seguinte forma:

- 1- A questão de “opção” sexual; 2- Conhecer o próprio corpo; 3- Relação afetiva com o outro;
4- O conceito está relacionado à questão de gênero.

6.2.1- A questão de “opção” sexual

Conforme alguns participantes mencionaram a sexualidade está relacionada a “opção” sexual.

“No meu entendimento a sexualidade tem a haver com a questão de opção sexual”-

Claúdia

“Algo muito subjetivo, envolve os gostos, a opção sexual”- Maura

“É a opção sexual que a pessoa escolhe para a sua vida”- Elaine

“É a sua escolha sexual”- Mariana

6.2.2-Conhecer o próprio corpo

Na ótica dos participantes, a sexualidade refere-se na obtenção de conhecimento do corpo.

“Envolve o conhecimento do próprio corpo e seu funcionamento”- Erica

“Compreendo pouco da palavra sexualidade em si, mas deve haver com o conhecimento do próprio corpo”- Carlo

“Penso logo no corpo, o que ele expressa, gestos, as descobertas”- Joana

6.2.3-Relação afetiva com o outro

Na opinião destes participantes o conceito de sexualidade está atrelado à relação que o indivíduo estabelece com o outro.

“Sexualidade é tudo que envolve a relação afetiva entre os seres (abraçar, tocar, beijar, acariciar)”- Marcia

“Sexualidade é a forma que cada indivíduo busca viver o prazer, a maneira de sentir bem consigo e com o sexo oposto”- Paula

“É a maneira como o indivíduo se relaciona com o outro”- Maria

“Sexualidade é a busca do prazer, atração pelo outro” - Joana

“Sexualidade é maneira como expressamos o afeto pelo outro” - Mariana

“A sexualidade envolve todas as nossas relações sociais, não apenas o sexo em si” -

Erica

“Compreendo que a sexualidade seja todo o relacionamento com o outro” - Adriane

6.2.4-O conceito está relacionado à questão de gênero

Segundo alguns participantes, a sexualidade abrange as questões de gênero.

“A questão de gênero e tudo que perpassa essa questão” - Marta

“Estudo que aborda as questões de gênero” - Maura

“Tudo que está relacionado às relações de gênero” - Lurdes

A compreensão sobre o conceito de sexualidade, conforme observado nas falas dos participantes ainda não mostra uma definição sólida. De fato, abarca todas as questões envolvendo os aspectos biológicos, fisiológicos, psicológicos e sociais. O entendimento sobre o termo ainda está amarrado ao conhecimento prévio, embora seja importante considerá-lo, contudo, precisa ser formalizado para ser ter uma dimensão mais ampla sobre o assunto. Outro conceito que por várias vezes foi utilizado pelos participantes foi “opção sexual” para se referir à sexualidade, à relação de gênero, à identidade de gênero, que por sua vez, foi discutido nas oficinas as diferenças dos conceitos entre “opção” e orientação sexual que se refere a atração afetiva e/ou sexual em relação à outra.

A sexualidade não pode ser restringida à sua dimensão biológica, nem à noção de genitalidade, ou de instinto, ou mesmo de libido. Também não pode ser percebida como uma “parte” do corpo” (Figueiró, 2014, p. 48).

Paulo Freire (1999) menciona que

A sexualidade, como possibilidade e caminho de alongamento de nós mesmos, de produção de vida e de existência, de gozo de boniteza, exige de nós essa crítico-amorosa, essa busca de saber de nosso corpo. Não poderia estar sendo, autenticamente, no mundo e com o

mundo se nos fechamos medrosos e hipócritas aos mistérios de nosso corpo ou se os tratamos, aos mistérios, cínica e irresponsavelmente.

Desta forma, para viver sua sexualidade o sujeito precisa estimular a capacidade crítica para não ser manipulado, e assim está ao mundo e com o mundo. Neste sentido, buscando refletir e intervir na realidade, no seu contexto social. Contudo, o educando não pode ser visto como um mero receptor de informações, este deve se libertar dessa educação bancária.

Maia (2011) sintetiza que a sexualidade é um aspecto da vida humana que inclui as sensações corpóreas e subjetivas que envolvem, também, as questões emocionais. Não podendo separar as questões emocionais, racionais, cognição e social, uma vez que a torna um conceito abrangente.

Com efeito, à sexualidade “é uma energia vital da subjetividade e da cultura, que deve ser compreendida, em sua totalidade e globalidade, como uma construção social que é condicionada pelos diferentes momentos históricos, econômicos, políticos e sociais.” (Figueiró, 2014, p. 48).

Outro conceito analisado por meio de categorias foi sobre as concepções dos participantes acerca da Educação Sexual. Desta forma, têm-se as seguintes categorias: 1- Informação para prevenção de doenças; 2- São orientações sobre a sexualidade; 3- Tratar de assuntos sobre a higiene; 4- Conceito que evidencia o conhecimento do corpo.

6.3.1-Informação para prevenção de doenças

Nesta categoria verificou-se que os participantes associam o ensino da educação sexual a informações pertinentes à prevenção de doenças.

“É informação sobre métodos de prevenção, de como praticar sexo seguro para não adquirir doenças ou engravidar na adolescência”- Conceição

“Educação sexual é um tema transversal, portanto educativo que visa educar as crianças, jovens e adultos a se proteger de doenças e ter uma relação segura”- Gabriela

“É tratar de assuntos sobre as transformações que ocorrem no corpo, as doenças que são sexualmente transmitidas”- Luciana

“É prevenção de infecções e o uso de preservativos”- Elaine

6.3.2- São orientações sobre a sexualidade

Para estes participantes, a educação sexual orienta o ser humano a viver sua sexualidade.

“Educação Sexual são orientações sobre o conhecimento de sua própria sexualidade”- Carlo

“É orientar o ser humano para se conhecer na sua vida”- Joana

“Toda orientação dada para esclarecer sobre temas relacionados a sexualidade”- Janaína

“É a orientação para a vida sexual”- Erica

“É a área do conhecimento que trabalha à sexualidade”- Lurdes

“É orientação e conhecimento de si mesmo”- Gabriela

“Educação sexual é esclarecer jovem e adolescente da importância e respeito com seus corpos”- Cláudia

6.3.3-Tratar de assuntos sobre a higiene

Na percepção desses participantes, a educação sexual denota a higiene do corpo.

“É tratar de assuntos sobre a higiene”- Gabriela

“Conhecimento sobre a higiene corporal”- Maria

6.3.4 Conceito que evidencia o conhecimento do corpo

Estes participantes definiram que o estudo da educação sexual se dispõe a conhecer o corpo.

“Estudo que envolve o conhecimento do corpo”- Carlo; Lurdes; Maura; Joana; Erica; Paula

Em linhas gerais, o conceito apreendido nas concepções dos participantes ao se reportar à educação sexual, ainda apresenta algumas lacunas, sobretudo quando pontua que este estudo é voltado para informar a respeito das prevenções de doenças, embora seja importante considerá-la, não se pode limitar a esse entendimento.

Diante disso, é necessário buscar um conceito mais abrangente e completo, capaz de dar conta de explicitar o que ela é, de forma, a englobar o que ela pode significar na vida humana e qual papel pode exercer na formação e na história do homem (Figueiró, 2014).

Segundo Maia (2011, p.11) “a educação sexual é um processo constante. Ela pode acontecer de modo não intencional nas mensagens contidas em cada sociedade e em cada cultura e, também, intencional, quando é organizada, planejada, pretende-se informar sobre sexualidade.”

A educação sexual vai além da informação biológico da prevenção e outros. Este ensino visa que o indivíduo tenha acesso ao conhecimento científico da sexualidade, assim, desconstrua os tabus que impedem de perceber e refletir sobre as invasões de seus corpos. Desse modo, que este possa desfrutar do prazer consigo próprio e com o outro de forma segura. (Leão, 2012, p. 244).

Por fim, o último conceito analisado e categorizado frente às falas dos participantes foi quanto as Relações de Gênero. Assim, as categorias que foram sintetizadas consistem em: 1- Orientação sexual; 2- Relação entre homem e mulher; 3-Diferenças entre masculino e feminino; 4- Não sei definir.

6.4.1- Orientação sexual

Estes participantes consideraram que relação de gênero trata-se da orientação sexual dos sujeitos, conforme o exposto abaixo:

“Relação entre pessoas com orientação sexual diferente” - Gabriela

“Defino como orientação sexual de cada um” - Elaine

“Respeito com o outro independente da sua opção sexual”- Conceição

6.4.2- Relação entre homem e mulher

Os referentes participantes afirmam que a relação de gênero deve ser entendida a partir da relação que o homem e a mulher estabelecem entre si.

“Relações que estão ligados ao homem X mulher”- Joana

“Trata-se da inter-relação entre os sujeitos”- Adriane

“É a relação entre homem e mulher”- Mariana

“esta relação acontece entre os sujeitos masculino e feminino”- Carlo

6.4.3- Diferenças entre masculino e feminino

Os ademais participantes entendem que relação de gênero é somente a diferença biológica entre homem e mulher.

“ O que envolve as diferenças entre gêneros masculinos e femininos”- Maura

“Como masculino e feminino”- Janaína

Algumas respostas não foram empregadas na análise devido os conceitos serem divergentes das categorizações delimitadas e, outros participantes não souberam definir o termo. Assim, se têm tais respostas:

“Gênero é um tema muito amplo, que engloba não apenas relação homem e mulher, mas todo um contexto na sociedade que vivemos”- Maria

“ Relações de gênero são os papéis definidos socialmente para homens e mulheres num determinado meio social”- Luciana

“A relação de gênero é o conhecimento do ser humano de homem e mulher”- Marcia

“Este conceito acredito que vai além do termo masculino e feminino”- Cláudia

O conceito de gênero precisa de uma atenção especial ao ser trabalhado, notadamente, como ponto de partida na formação inicial dos professores, profissionais de saúde, e entre outros profissionais para que o tema alcance uma relevância maior a ser discutido em todas as

instâncias sociais. Observa-se pelas falas dos participantes, que relação de gênero está diretamente associada ao masculino e feminino, independente do contexto a qual o assunto é abarcado. Para tanto, estes profissionais necessitam de formação e informações mais precisas para que haja a concretização do trabalho.

Colling (2009, p.78) reflete que “gênero tem sido utilizado para teorizar a questão da diversidade sexual, questionando os papéis destinados às mulheres e aos homens”. Louro (2014, p. 35.36) fala da importância de desconstruir a oposição binária dos termos masculino e feminino que está arraigada nos discursos das sociedades [...] Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um.

Nesta perspectiva Leão (2012, p.53) “sinaliza que as desigualdades existentes nos papéis sociais entre homem e mulher explica a importância de inserir o assunto na escola, porquanto pode contribuir para romper com o binarismo imposto na sociedade quanto ao masculino e feminino [...]”.

Os estudos relacionados ao gênero precisam ser problematizados, visto que ainda é possível perceber que, em determinadas áreas do conhecimento, essa tematização foca-se na análise dos papéis sexuais e nas estereotípias atribuídas ao que é vivenciado por homens e mulheres (Amaral Alessandra, Domingues Josiane, & Silva Méri, 2013, p.71).

Refletindo sobre isso, Ferreira e Luz (2009, p.42) explicam que incluindo os temas de gênero e sexualidade nos cursos regulares e de educação continuada oferecerá base teórica e metodológica para que o docente tenha segurança para debater questões que não podem ser tratadas de qualquer maneira.

Ainda sobre o questionário foi perguntado aos participantes quais os motivos que despertou o interesse em participar da formação continuada em educação sexual e, se havia alguma implicação na atuação profissional destes. E nas respostas deles a falta de

conhecimento foi o fator determinante para o aceite do estudo. Além disso, o município nunca ofereceu nenhuma formação voltada para a sexualidade a fim de que subsidiasse sua prática, uma vez que, ocorrem inúmeras problemas nas escolas e pela pouca informação que apresentem não dão a intervenção devida para as crianças e adolescentes. Outra questão mencionada foi que a obtenção desse conhecimento seria também importante para lidar com as situações dentro da família. Desta forma, a formação continuada contribuiria para o desenvolvimento do trabalho de educação sexual de qualidade, segurança e embasados na literatura científica.

Continuando, os participantes foram inqueridos acerca de quais temáticas relativas à sexualidade consideravam importantes de serem contempladas na formação, sendo estes: **1- DST/Prevenção; 2- Violência Sexual; 3- Gravidez na adolescência; 4- Sexualidade na infância e adolescência; 5- Higiene e mudança do corpo; 6- Saúde sexual; 7- Homofobia; 8- Comportamento do homem e mulher; 9- Leis que garantem o trabalho da educação sexual.** Percebe-se que surgiram vários temas que envolvem a sexualidade, justificando que é preciso a formação continuada para que possibilite abarcar os assuntos e ampliar os seus conhecimentos.

A última questão mencionada no questionário foi que os participantes lançassem propostas para contribuir na formação continuada em sexualidade em suas respectivas áreas. Assim, os mesmos elencaram que o município deveria priorizar discussões, formações, seminários e grupo de estudos para fazer o levantamento de dados e, posteriormente, construir um plano de ação para ser desenvolvido nas instâncias sociais. E que estas formações contemplassem toda a rede de educação articulada com outros setores e, juntamente, com as famílias.

7 A FORMAÇÃO

Com a relação ao trabalho o intento foi implementar oficinas interventivas de sexualidade direcionadas a profissionais da Educação e da Saúde com esse intento optou-se por trabalhar os seguintes temas nas oficinas (o conceito de sexo e sexualidade e História da sexualidade; Gravidez na Adolescência, Prevenção as IST-HIV/AIDS, Diversidade sexual-vamos falar sobre isso? Direitos Sexuais e Reprodutivos e Violência Sexual). Quanto às oficinas o esboço da mesma será apresentado na tabela a seguir

1° Dia	2° Dia	3° Dia	4° Dia	5° Dia	6° Dia	7° Dia	8° Dia
<p>Chegada e boas vindas</p> <p>1.Abertura e Boas vindas.</p> <p>2.Questionário.</p> <p>3.Apresentação/Integração dos participantes.</p> <p>4.Expectativas.</p> <p>5. Objetivos da Formação</p> <p>6.Contrato.</p> <p>7 História da sexualidade</p> <p>8. Avaliação do Dia.</p>	<p>INTEGRAÇÃO</p> <p>Síntese do dia anterior.</p> <p>1. Diferenciar sexualidade e sexo.</p> <p>Ampliar o conceito de sexualidade.</p> <p>Refletir sobre a importância da Educação Sexual</p> <p>Avaliação do Dia.</p>	<p>INTEGRAÇÃO</p> <p>Síntese do dia anterior.</p> <p>Relação de Gênero.</p> <p>Papéis de gênero e relação de poder.</p> <p>Avaliação do Dia</p>	<p>INTEGRAÇÃO</p> <p>Síntese do dia anterior.</p> <p>Gravidez na Adolescência</p> <p>1.Promover a discussão sobre a prevenção á gravidez na adolescência.</p> <p>2. Discutir sobre as consequências de uma gravidez não planejada na adolescência.</p> <p>3. Atualizar informações sobre os métodos anticoncepcionais .</p> <p>Avaliação do Dia.</p>	<p>INTEGRAÇÃO</p> <p>Síntese do dia anterior</p> <p>Prevenção as IST-HIV-AIDS</p> <p>1.Ampliar e atualizar o conhecimento sobre as IST/HIV-AIDS e sua prevenção.</p> <p>2.Apresentar e discutir o passo a passo do uso da camisinha masculina e feminina na prática de sexo seguro.</p> <p>3.Promover a saúde sexual e reprodutiva por meio de práticas sexuais mais segura.</p> <p>Avaliação do Dia.</p>	<p>INTEGRAÇÃO</p> <p>Síntese do dia anterior.</p> <p>Diversidade Sexual- vamos falar sobre isso?</p> <p>1.Reconhecer e refletir sobre a diversidade humana quanto aos desejos e manifestações afetivo-sexual.</p> <p>2.Identificar e questionar as manifestações de homofobia em nossa sociedade.</p> <p>3.Promover uma reflexão e sensibilização sobre homossexualidade e homofobia.</p>	<p>INTEGRAÇÃO</p> <p>Síntese do dia anterior.</p> <p>Direitos sexuais e reprodutivos</p> <p>1.Conhecer os direitos sexuais e os direitos reprodutivos.</p> <p>2. Discutir ações para a promoção e defesa desses direitos na escola, nos serviços de saúde e na comunidade.</p> <p>Avaliação do Dia.</p>	<p>INTEGRAÇÃO</p> <p>Síntese do dia anterior.</p> <p>Violência Sexual</p> <p>1.Conhecer e prevenir sobre a violência sexual contra as crianças e adolescentes.</p> <p>Avaliação do dia.</p> <p>Encerramento</p> <p>1.Avaliação do curso.</p> <p>2.Entrega dos certificados</p>

Abertura e integração

Inicialmente foi feita a abertura e integração, na Escola Geração 2000, dando as boas-vindas. Após foi entregue o crachá para cada um pedindo que escrevesse seu nome ou a forma como gostariam de ser chamados e uma pasta contendo papel A4 para as anotações e uma tabela com o esboço das temáticas (Apêndice A). Após, os participantes preencheram o questionário que foi utilizado como instrumento do estudo. Durante o preenchimento os mesmos sentiram dificuldades em responder as perguntas, porém, foi salientado que a formação seria um momento para construção desse conhecimento a partir das informações prévias já existentes.

As cadeiras foram organizadas em forma de círculo a fim de que os participantes pudessem interagir entre eles, olhar uns para os outros e, assim, favorecer para o diálogo. Freire (1996, p.136) “nos diz que o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história. E com este objetivo a formação foi elaborada.”

A seguir seguem algumas fotos referentes as atividades desenvolvidas nas oficinas: Foto 1- aplicação do questionário; Foto 2- técnica-despertando o corpo; Foto 3- Discussão de conceitos sexo e sexualidade; Foto 4- apresentação da história da sexualidade; foto 5- técnica para discutir a relação de gênero; Foto 6- técnica: falso e verdadeiro; Foto 7- desenvolvendo a técnica concordo ou discordo; Foto 8- discussão do texto: “País de Blowmink”; Foto 9- encerramento da formação; Foto 10- Uma lembrança simbólica em forma de agradecimento; Foto11- intervenção 1 e assessoramento; Foto 12- encerramento da intervenção; Foto 13- intervenção 2 e assessoramento e Foto 14- intervenção 3 e assessoramento.



Foto 1- Aplicação do questionário
Fonte: Elaborada pela autora do estudo.

No primeiro encontro foi desenvolvido o tema “**Conceito de sexo e sexualidade**”, e os objetivos propostos nessa atividade foram diferenciar sexualidade de sexo; ampliar o conceito de sexualidade e refletir sobre a importância de se conhecer o próprio corpo. A técnica de integração empregada foi “Despertando o corpo”. (Caderno de oficinas, Instituto aliança, 2012).

O grupo foi reunido em roda e foi colocada uma música descontraída, a fim de que permitisse aos integrantes movimentar o corpo de forma mais ampla. A música sugerida foi: “Desengonçada”, de Bia Bedran, da coleção “A caixa de Música de Bia”, da gravadora Rob Digital. À medida que a música fosse tocada, os participantes deveriam fazer os movimentos sugeridos pela cantora, acompanhando passo a passo suas instruções, e que pensassem que sentimentos experimentavam em cada um dos movimentos.

Ao final da técnica, foi perguntado ao grupo:

1. Como foi fazer a atividade?
2. Como se sentiram?

Nesse momento foi aberto um espaço para que pudessem falar de seus sentimentos ao participar da técnica.



Foto 2- Técnica: Despertando o corpo.
Fonte: Elaborado pela autora do estudo.

Foi perguntado aos participantes quais expectativas tinham durante a oficina, que foram anotadas no flipchart e depois coladas na parede até o final do trabalho, após retomadas na avaliação, para saber se foram atendidas.

Apresentação dos objetivos da oficina:

Os objetivos da oficina eram apresentados, comparando-os às expectativas, em sua maioria eles buscavam aprender as diferenças dos conceitos e trabalhá-los com os adolescentes. Caso alguma expectativa não estivesse de acordo com os objetivos era explicado que, naquele momento, tal expectativa não seria atendida sendo necessário avaliar a possibilidade de atendê-la em outro encontro ou oficina.

Contrato de Convivência

Foi construído com os participantes um contrato/regras de convivência, para o bom desenvolvimento da oficina. Após, confirmando se todos estavam de acordo com as regras e normas estabelecidas, em seguida, fixando-o em local visível.

DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

Técnica: Brincando com as palavras

Conceituando Sexo e Sexualidade: Para esta atividade foram divididos os participantes em grupo 1 e 2. Cada participante do grupo 1 teve como atividade completar com uma só palavra a frase: “Sexo pra mim é”... e o mesmo deveria ser feito no grupo 2 com uma só palavra a frase: “Sexualidade pra mim é”... foi ressaltada a importância que cada participante não conversasse entre si, que fossem ágeis na escrita, sem muito tempo para pensar, evitando que a autocensura atue, para que eles não escrevessem apenas o que pode ser aceito por todos.

Após a escrita, os participantes do grupo 1 colocaram no peito, com fita crepe, a palavra que foi escrita. Um representante desse grupo leu em voz alta todas as palavras que foram escritas. Em seguida, esse mesmo representante movimentou seus colegas, de maneira a formar, com todas as palavras escritas no peito de cada um, uma frase e que expressasse o que é sexo para ele/ela. Ao término da construção da frase foi lida em voz alta, para que todos a escutassem.

O grupo 2 fez o mesmo com as palavras que completam a frase: Sexualidade pra mim é...

Após essa primeira apresentação, foi solicitado que os participantes de cada grupo se reorganizassem formando outra frase possível, e assim sucessivamente, de modo que exercitassem algumas possibilidades criativas e chegassem a um consenso. O mesmo ocorreu com a outra frase.

- A frase formada foi: “Sexo pra mim é bem-estar, desejo, prazer e sedução”.
- “A sexualidade envolve o sexo, mas também a forma de expressar o desejo”.

Os grupos fixaram suas frases um em cada parede. Em seguida, foi perguntado a todos os participantes se estavam de acordo com elas, de modo a possibilitar que os integrantes dos grupos pudessem também opinar sobre a frase com que não trabalharam. Dessa forma, se obteve a construção dos conceitos por todos os grupos. Ao término, a frase foi lida em voz alta, para que todos a escutassem, e depois fixá-las uma em cada parede, de modo que se pudessem vê-la. A seguir seguem algumas fotos relativas a esta atividade.



Foto 3- Discussão de conceitos sexo e sexualidade
Fonte: Elaborada pela autora do estudo.

Foram utilizados os slides para fazer uma exposição dialogada sobre o conceito de sexo e sexualidade. Após, foram retomadas as frases na parede para diferenciar ambos os conceitos. E no final, a avaliação da atividade com o grupo.

A seguir, as concepções mais relevantes sobre os conceitos de sexo e sexualidade mencionadas pelos participantes durante a oficina. Estas falas demonstram a dificuldade em expor o entendimento diante do tema.

A finalidade de desenvolver a discussão sobre sexo e sexualidade foi fazer com que os participantes falassem a partir do seu conhecimento prévio a respeito do assunto, no intento de levá-los à compreensão que os conceitos não representam a mesma coisa. O vocábulo sexo está relacionado à definição biológica do indivíduo, as diferenças anátomo-fisiológicas (Leão, 2012). A sexualidade é uma dimensão humana que vai além de sua determinação biológica, pois é, também, culturalmente determinada (Figueiró, 2014).

Concepção dos participantes:

“Sexo é o gênero da pessoa, homem ou mulher. Antes não podia falar de sexo dentro da família, também é, quando a pessoa busca prazer no sexo”- Maura

“Compreendo que sexualidade perpassa por várias vertentes desde a parte anatômica, “corpo”, sentimentos, afetividade, respeito, desejo, ou seja, todo relacionamento com o outro”- Gabriela

“ Sexualidade é tudo que aborda questões de gênero”- Joana

“Sexualidade é a opção sexual que a pessoa escolhe pra sua vida e que nem sempre é a mesma defendida pela sociedade machista ou que estaria de acordo com os padrões”- Paula.

“ Sexualidade é a maneira como o indivíduo se relaciona com o outro, não se trata apenas de sexo masculino ou feminino, mas também sua escolha sexual”- Erica.

Análise 1- De acordo com as falas dos participantes referentes aos conceitos de sexo são relacionadas ao gênero, pois acreditam que o gênero está ligado diretamente com o sexo

do indivíduo. Outrora, se classifica com o ato sexual propriamente dito, ou seja, o prazer entre o homem e a mulher. Cabe elucidar, que gênero vai além do determinismo biológico, abarca as representações culturais e sociais, não é algo estável como o sexo, tampouco determinante de sua composição biológica (Leão, 2012). Enquanto sexualidade também é entendida a partir das questões de gênero, porém apresenta um cerne mais amplo. Nota-se que os conceitos ainda estão muito arraigados ao senso comum, sendo repassados por meio da sua própria construção social e cultural, não havendo nenhum embasamento científico. No entanto, os participantes tiveram dificuldades para definir os conceitos. Este fato ocorre porque geralmente sexo e sexualidade são percebidos, equivocadamente, como sinônimos (Leão, 2012). Conforme Figueiró (2009, p.143) menciona, “o conceito de sexo está relacionado diretamente ao ato sexual e a satisfação da necessidade biológica de obter prazer sexual [...]”. A sexualidade, por sua vez, é um conceito amplo e histórico, ela faz parte de todo ser humano e é representada de forma diversa dependendo da cultura e do momento histórico, tendo componentes biológicos, psicológicos e sociais e ela se expressa em cada ser humano de modo particular, em sua subjetividade e, em modo coletivo (Maia &, Ribeiro, 2011).

Ao final das reflexões, foram retomadas aos conceitos que inicialmente foi construído, caso houvesse necessidade para modificá-los, para que as mesmas expressassem o significado dos conceitos sexo e sexualidade.

No segundo encontro foi trabalhado o tema “**História da Sexualidade**” e o objetivo dessa atividade foi apresentar como foi a construção da história, dos mitos e tabus de cunho sexual que se evidenciam nos dias de hoje.

Inicialmente, foi apresentado os slides para fazer uma exposição dialogada sobre a história da sexualidade. É pertinente um resgate histórico, porquanto a partir disso “é possível desvelar da onde vêm as práticas e os tabus sexuais que existem e persistem na contemporaneidade.” (Leão, 2012, p. 23).



Foto 4: Apresentação história da sexualidade.
Fonte: Elaborado pela autora do estudo.

O panorama histórico apresentado na oficina foi dividido entre a Antiguidade, Idade Média e aos nossos dias atuais para a compreensão das atitudes sexuais. A história da sexualidade tem auxiliado para entendermos de onde advêm as expressões sexuais que por muito tempo foram carregados por preconceitos, que por sua vez, influenciou nos comportamentos na atualidade.

A contextualização histórica das atitudes sexuais pode explicar a institucionalização dos valores sexuais e do discurso pró ou anti-sexual, assim como a construção das representações do pensamento contemporâneo em nossa sociedade (Gonini & Ribeiro, 2014, p.266).

Após a exposição dos slides, foi aberta para a plenária a discussão sobre a temática. Inicialmente o que chamou atenção dos participantes foi como o erotismo se fazia presente nos objetos e na arte expressando a sexualidade. O que os vasos, pratos e taças nos mostram é que as representações eróticas representavam o relacionamento sexual de várias formas, e por meio delas sabemos que as cópulas podiam ser tanto vaginais quanto anais [...] (Gonini & Ribeiro, 2014, p.270).

Freire (1996) pontua que na relação dialógica deve existir o momento da fala e da escuta

No processo da fala e da escuta a disciplina do silêncio a ser assumida com rigor e a seu tempo pelos sujeitos que falam e escutam é “sine Qua” da comunicação dialógica. O primeiro sinal de que o sujeito que fala sabe escutar é a demonstração de sua capacidade de controlar não só a necessidade de dizer a sua palavra que, é um direito, mas também o gosto pessoal, profundamente respeitável, de expressá-la. Quem tem o que dizer tem igualmente direito e deve dizê-lo. É preciso, porém, que quem tem o que dizer saiba, sem sombra de dúvida, não ser o único ou a única a ter o que dizer.

Outra questão que despertou curiosidade nos participantes foi com relação a Idade Média quanto os dias que a Igreja Católica definiu para os casais manterem relações sexuais (terça e quarta-feira) e as posições consideradas adequadas, como a posição missionária (papai-mamãe).

“É importante o estudo da sexualidade para podermos comparar como era durante todo o tempo que a humanidade existiu e a visão que eles tinham e, assim, contrapor com aquilo que a gente vive hoje culturalmente, como a gente observa que era tratado o tema da sexualidade. É importante perceber evoluções, retrocessos dentro desse aspecto e compreender como era visto em cada tempo. E no futuro vai ser compreendido também como hoje olhamos para a sexualidade, assim como no passado ela era olhada. Certas situações foram muito importante pra eu compreender pontuais decorrentes da sexualidade, como por exemplo, era natural como parte da cultura deles pegar nas regiões íntimas para acalentar as crianças e hoje se isso acontecer vamos entender com um crime, no entanto, muitas coisas que aconteciam antes a gente fica abismado, mas quem sabe se eles tivessem a oportunidade de prever o futuro eles que ficariam abismados com a forma que é vista hoje”- Elaine.

“A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta faz parte integrante do fenômeno vital.” (Freire, 1996, p.32).

Análise 1- Observou-se que todas as informações a respeito da história da sexualidade causaram um certo repúdio diante aos fatos apresentados, contudo, associavam diretamente os

contextos à contemporaneidade, em virtude disso, a expressão facial demonstrava tamanha estranheza. Esse foi um ponto explicado no decorrer das discussões, porquanto, não se pode fazer julgamento aos costumes e valores de cada época, desta forma, enfatizando que o passado explica o presente, principalmente, quando se reporta aos discursos preconceituosos, aos padrões comportamentais, aos tabus, entre outros. Vale frisar que no final das discussões o que era considerado “errado” pelos participantes passou a ser percebido como uma construção sócio histórico, pois de fato “a sexualidade é uma construção histórica, a qual foi e está sendo formada de acordo com os padrões de comportamentos, dos costumes e modos de pensar da humanidade ao longo dos períodos” (Leão, 2009, p.22).

No terceiro encontro foi trabalhado o tema “**Relações de Gênero**” e o objetivo da atividade foi refletir sobre a construção dos papéis de homens e mulheres na sociedade. E a técnica utilizada para iniciar a oficina foi desenvolvida da seguinte forma:

Os participantes formaram dois círculos, um dentro do outro. As pessoas do círculo de dentro ficaram de frente para as pessoas do círculo de fora, formando pares. Quando foi dado o comando, o círculo de dentro girou no sentido anti-horário e o de fora no sentido horário. Foi colocada uma música descontraída e os círculos começaram a se movimentar de acordo com o comando acima. Cada vez que a música parava, os participantes ficavam de frente um para o outro (formando o par) e respondiam às perguntas:

1. O que você mais aprecia em si mesmo?
2. O que você admira numa pessoa?
3. O que você pensa sobre ser homem?
4. O que você pensa sobre ser mulher?

O objetivo da técnica foi sensibilizá-los para falar dos seus sentimentos ao responder as perguntas. Foram utilizados os relatos dos participantes para exemplificar as discussões durante

o trabalho. Ao final, foi perguntado ao grupo: como foi fazer a atividade? Como se sentiram? O que observaram?



Foto 5- Técnica para discutir a relação de gênero.
Fonte: Elaborado pela autora do estudo.

Os relatos dos participantes durante a técnica:

“Ser mulher é ser sensível”- Mariana

“Homem é bruto, pensa que mulher gosta de apanhar”- Maria

“Homem é sensível e senti tristeza, mas a cultura de ser mulher é demonstrar os sentimentos”- Conceição

“Homem tem vergonha de expor os sentimentos”- Carlo

“Mulher é mais forte, trabalha na casa, cuida do marido, homem nunca vai saber essa realidade”- Adriane

Análise 1- Percebe-se que inicialmente os discursos referentes a ser homem e ser mulher ainda são marcados pela padronização dos papéis que foram construídos a partir de suas relações sociais e culturais. O intento dessa técnica era obter essas informações prévias para dar continuidade às discussões na oficina. No entanto, gênero é uma categoria que oferece elementos para indagar e criticar as normas e regras estabelecidas socialmente aos homens e mulheres (Leão, 2012, p.41). O que salienta a necessidade de abordar acerca deste assunto em um curso que se propõe a formar os profissionais.

Desenvolvimento do Trabalho

Foi exibido o vídeo: **“Minha Vida de João”** (Caderno de oficinas, Instituto Aliança, 2012). O vídeo mostra a vida de João e os desafios que enfrentou na sua vida, notadamente, no contexto familiar, situações de violência doméstica, sua primeira relação sexual, a gravidez de sua namorada, entre outros. O objetivo foi discutir como são construídos os papéis sociais na sociedade, principalmente, a postura que os meninos são obrigados a assumirem. Após foi realizada a problematização sobre o vídeo, com as seguintes questões:

5. A vida de João se parece com a vida de alguns jovens deste município?
6. O que o vídeo nos mostra? Que situações o João vive?
7. Quais os modelos de pessoas que aparecem?
8. Quais são os sentimentos do João nessas situações e com esses modelos?
9. Quais as expectativas do João em relação ao seu futuro? Qual o seu projeto de vida?
10. E os homens jovens de hoje, que projeto eles têm para o seu futuro?

11. É diferente para homens e mulheres?

12. Qual é o papel do homem no mundo de hoje? E qual o papel da mulher?

As respostas dos participantes quanto ao vídeo:

“O vídeo mostra uma família tradicional, onde o papel da mulher é cuidar da casa, do filho e o papel do marido é só trabalhar e quando chega em casa vai assistir tv. Desde a infância João conviveu com a distinção dos papéis dentro da casa”- Adriane

“O lápis representa a sociedade impondo regras, mas que também traz a ideia da vontade do ser homem, como exemplo, o lápis apagando o bebê do colo do pai porque o mesmo estava assistindo futebol e, logo, desenha a criança novamente sobre os cuidados da mãe”- Maura

“Hoje o papel da mulher está mudando, depende de nós para mudar essa cultura”- Maria

“O interessante foi que João refletiu sobre seus comportamentos quando começou a namorar, pois estava repetindo os mesmos costumes de seus pais e preferiu tomar atitudes coerentes”- Joana.

Durante a discussão, foi promovida uma reflexão sobre os seguintes aspectos:

A sexualidade é uma construção social e histórica. É construída de acordo com os valores de uma sociedade, em um determinado tempo e lugar. O sexo é uma característica biológica e gênero é cultural.

Os papéis de gênero não são naturais, não são biológicos. São construídos historicamente, portanto, podem ser mudados. As desigualdades entre homens e mulheres dificultam as relações entre eles/elas e seus projetos de vida. E também trazem consequências para a saúde sexual e reprodutiva de ambos.

Freire (1996, p.60) combatia qualquer forma de preconceito e discriminação existente na sociedade como expõe a seguir

Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres [...] Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar.

De fato, “o preconceito pode deixar expressivas marcas nos indivíduos que são estigmatizados, representando uma violência simbólica de grande repercussão psicossocial e, até mesmo, de violência física.” (Leão, Doescher & Ribeiro, 2014, p.47).

A necessidade de se desenvolverem ações que diminuam essas desigualdades, favoreceria em posturas mais igualitárias para oportunizar melhores relações entre homens e mulheres.

As relações de gênero não se apresentam sempre da mesma forma em todas as épocas e lugares, porquanto dependem dos costumes, das leis, das religiões e da maneira de organizar a vida familiar e a vida política de cada povo (Brasil, 2008, p.41).

Análise 2- Por meio dessa atividade foi possível a reflexão dos participantes quanto aos papéis sociais que vão moldando os homens e mulheres na sociedade. O vídeo foi utilizado para exemplificar essas disparidades que muitas vezes são despercebidos por serem consideradas naturais, portanto, essas desigualdades podem ser reconstruídas, e para isso é necessário mudanças de atitude. Outro ponto relevante nessa discussão, foi o despertar dos próprios participantes ao reforçar essas práticas desiguais dentro do seu contexto familiar, e principalmente, nas atividades desenvolvidas na escola, como por exemplo, na divisão de meninos e meninas na fila no momento do lanche, na aula de educação física, as cores representados os sexos.

Vale destacar que durante essa reflexão os mesmos puderam perceber o quanto somos responsáveis para mudar certas atitudes na escola, sobretudo, da importância de um educador informado e capacitado para intervir nessas situações. Essas práticas são corroboradas por Louro (2014, p.62) quando diz que a escola delimita espaços, servindo-se de símbolos e

códigos. Assim, a escola afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui o “lugar” dos meninos e meninas.

Leão (2012, p. 47-46) expõe que a escola é uma instituição que normatiza, enquadra e disciplina as pessoas [...] as relações de gênero estão presentes a todo momento.

As falas dos participantes postulam que

“Pensando sobre isso, na minha escola o professor de educação física separa os meninos em um horário e as meninas em outro por conta das atividades, pois acredita que os meninos são muito brutos e as meninas frágeis, por isso fica difícil misturar os dois. Os pais não gostam e os discursos deles é muito forte. Mas, a partir de hoje vou fazer diferente, vou sentar com os outros professores para implementar novas práticas na escola”- Adriane.

“É um desafio trabalhar gênero”- Mariana

Verifica-se que segundo os participantes trabalhar com gênero é um desafio resultado de uma naturalização acerca dos papéis que homens e mulheres representam na sociedade, e a forma como esta os representa, isto é, uma passividade no tocante as mulheres e atividade quanto aos homens, por isso há cores vibrantes e fortes como azul e verde consideradas de ‘homens’ e as claras as mulheres, que é o caso das cores rosa, lilás e amarelo.

Técnica: Apresentação Dialogada

Foram apresentados os slides com o conceito de gênero, aproveitando os pontos abordados na discussão acima. Ao referir-se ao conceito de relação de gênero, **os participantes responderam:**

“ Se refere às relações sociais entre homem e mulher, o papel de cada um a partir das diferenças sexuais”- Marta

“Gênero é um tema muito amplo, que engloba não apenas relação de homem e mulher, mas todo um contexto histórico na sociedade em que vivemos”- Carlo.

“Relação de gênero tem a ver com as relações de poder, onde antes o homem tinha poder sobre a mulher”- Gabriela

“Está relacionado ao sexo masculino e feminino. São as representações sociais construídas e que “determinam” o que é de homem ou a mulher poder fazer”- Paula

“É tudo que é construído pela sociedade sobre o papel do homem e da mulher. Contudo, é um tema que deve ser bem trabalhado para que se desconstrua que determinadas coisas são exclusivas de cada sexo. Trabalha-se muito o respeito”- Cláudia

Os profissionais da saúde e educação desempenham um papel importante na aprendizagem de relações humanas apoiadas no respeito às diferenças e menos marcadas por desigualdades e discriminação e, desta forma, contribuindo para a valorização da dignidade de todos os seres humanos (Brasil, 2008, p.42).

Análise 3- Fica evidente na fala dos participantes a mudança das concepções comparadas anteriormente. A oficina buscou propiciar um clima de confiança e respeito aos sentimentos e expressões de cada um durante as discussões, e deixá-los à vontade ao participarem. Os profissionais da saúde e educação desempenham um papel importante para contextualizar o tema, porém na prática há poucos indícios de trabalhos entre os setores para iniciar o trabalho formal, assim, dificulta o andamento do trabalho.

Técnica: Apresentação Dialogada e conclusão

O assunto foi sistematizado e concluído com os slides “Mudar é possível”, reforçando sobre a construção de uma sociedade mais justa com igualdade de oportunidades para ambos os sexos. Do mesmo modo foi apontado que a mudança de atitude e comportamentos de jovens e adolescentes é fundamental para se alcançarem esses objetivos.

Não obstante, ainda não se pode afirmar que as relações de gênero tenham adentrado oficialmente o cotidiano da escola, isto é, tenha espaço oficial para ser discutido, embora seja

assunto que diz respeito às alunas, professoras, funcionários, enfim, aos sujeitos que a compõem. (Leão, 2009, p.50).

No final da atividade, foi realizada a avaliação do encontro, retomando os sentimentos vividos e também os aprendizados adquiridos.

No quarto encontro foi desenvolvida a oficina **“Gravidez na adolescência: já pensou sobre isso?”**. E os objetivos desta atividade foi promover a discussão sobre a prevenção à gravidez não planejada; sobre suas consequências e informar sobre os métodos anticoncepcionais. Este tema traz discussões relevantes para o encontro devido ser atribuído à escola e a saúde o papel de evitar a gravidez na adolescência e como estes profissionais poderiam apoiar e orientar os mesmos para a continuidade dos seus estudos.

No desenvolvimento do trabalho foi empregada a **Técnica: falso ou verdadeiro?** para essa atividade foram preparadas tiras de papel com perguntas que possibilitassem a informação e discussão, no grupo, de questões sobre saúde sexual e saúde reprodutiva. As tiras de papel foram colocadas dentro de uma pequena caixa. Após, os participantes se organizaram em uma roda. Foi explicado que iria tocar uma música e que deveria passar a caixa de mão em mão. Quando a música parasse, quem estivesse com a caixa na mão deveria retirar um papel, ler a frase escrita, dizer se ela é falsa ou verdadeira, e explicando os motivos.

Caso o participante se sentisse desconfortável para responder, ou não soubesse responder, o grupo contribuiria com as informações que têm sobre o assunto. Após cada resposta, era confirmado se houve acerto ou erro e apresentadas as informações atualizadas que a justificavam. A foto 6 ilustra esta atividade realizada.



Foto 6: Técnica: falso ou verdadeiro.
 Fonte: Elaborado pela autora do estudo.

Respostas dos participantes:

“Quanto ao direito à concepção eu não conheço a lei”- Mariana

“Ao meu ver não há problema se o adolescente tomar pílula para prevenir a gravidez”- Carlo.

“A menina que transa a primeira vez corre sim o risco de engravidar”- Maria

“Não sei se a camisinha oferece dupla proteção”- Gabriela

“A camisinha precisa ser colocada antes da relação sexual”- Marcia.

“Eu não conheço a camisinha feminina” - Elaine

“Desconheço o processo de ovulação” - Erica

“Não sei o que é direito sexual e reprodutivo” - Lurdes

À medida que foram respondendo, levá-los a refletir que:

Análise 1- É essencial obter informações atualizadas e livres de mitos, crenças e preconceitos, para que se possa adotar comportamentos de prevenção, autocuidado, e que promovam a saúde sexual e a saúde reprodutiva.

Informações técnicas atualizadas em saúde sexual e reprodutiva são fundamentais para que as pessoas possam fazer escolhas e tomar decisões refletidas, que têm consequências importantes tanto do ponto de vista pessoal, quanto social.

Ao responder as afirmativas os participantes mostraram-se inseguros, em virtude de pouca informação. As respostas eram baseadas no senso comum e nas experiências vividas. Quando se tratava de questões técnicas não souberam responder e nem tampouco se posicionar. Quanto aos métodos contraceptivos foi possível perceber que a camisinha feminina é algo desconhecido, não apresentam informação quanto a forma de ser utilizada. Além disso, observa-se o quanto a saúde é ausente para fornecimento dessas orientações nas instâncias sociais. “O guia para a formação de profissionais de saúde e de educação saúde e prevenção nas escolas” abarca o tema “Gravidez na adolescência”, porém não houve nenhuma intervenção nas escolas, conforme, os relatos dos profissionais da pesquisa para dar esse suporte teórico.

Técnica: Exibição do vídeo “Gravidez na adolescência”

Discussão e problematização em grupo sobre o vídeo, a partir das seguintes questões:

1. O que acharam do vídeo?
2. Quais sentimentos tiveram ao assisti-lo?
3. Vocês conhecem jovens que já vivenciaram ou vivenciam as mesmas situações apresentadas no vídeo?

4. Quais as consequências de uma gravidez não planejada na adolescência?

Nesse momento, foi pedido ao grupo que pensassem nas consequências para as meninas e para os meninos. **Segundo os participantes**

“Não há diálogo na família, não cumprem seu papel”- Joana

“A escola não faz essa orientação também, várias disciplinas podem trabalhar”- Carlo.

“ Menos informação tem a família mais filho tem”- Maria.

“A gente só trabalha na escola depois que o ato foi consumado”- Luciana.

“Já houve casos na escola, a menina parou de estudar. A mãe deu remédio para a filha abortar”- Elaine

“O menino de 15 anos parou de estudar para trabalhar”- Marcia

“Nesse vídeo percebe que a gravidez não foi planejada, aconteceu, mas têm casos que essa gravidez é planejada mesmo eles sendo adolescente”- Janaína

Uma gravidez na adolescência pode gerar medo, insegurança ou desespero. A desorientação e o sentimento de solidão são reações muito comuns, principalmente na descoberta [...] no entanto, não se pode ter uma falsa ideia de que toda gestação, entre adolescentes, seja inconsequente e desastrosa (Brasil, 2008, p.87).

Soares (2013, p. 46) elucida sobre o que preocupa nos dias de hoje, “são as condições em que as gestações ocorrem, isto é, em faixas etárias cada vez mais baixas, e na sua grande maioria em situações indesejadas, sem planejamento, e sem que os jovens estejam preparadas para viver essas mudanças.”

Análise 2- Os participantes foram instigados a responder essa questão: E se fosse um menino que descobrisse que vai ser pai aos 14 anos de idade? Como ele seria tratado pelos colegas e professores? Ele continuaria na escola? Esse foi um dos pontos relevantes nessa atividade, a reflexão sobre a importância de se discutir o papel dos meninos quando acontece

uma gravidez, pois geralmente quando se fala na gestação a ideia se remete somente à menina, portanto, ambos precisam de orientação para lidar com a situação, e para isso acontecer, é imprescindível dialogar sobre o uso dos preservativos como um método contraceptivo.

Segundo documento Brasil (2008, p.88) “a gravidez pode ser fruto da falta de informação sobre saúde reprodutiva e métodos contraceptivos ou da falta de acesso a eles.” Além disso, destaca também que pode estar relacionado com aspectos comportamentais, a busca pela autonomia, o desejo de engravidar, espaço no mundo adulto e valorização social.

Frente a essa problemática, Soares (2013, p.47) afirma que

A gravidez precoce é um fato social que caracteriza nossos dias, e os autores que a têm pesquisado apontam algumas causas o excesso de estimulação erótica promovida pelos meios de comunicação, a miséria que engendra situações promíscuas, a desinformação a respeito do próprio corpo e do uso de anticoncepcionais, o amadurecimento sexual precoce, entre outras.

Foram apresentadas as telas, a fim de um momento para informar e desconstruir alguns mitos e crenças equivocadas sobre a gravidez, expondo, os métodos anticoncepcionais (preservativos masculinos e femininos, tabelinha, pílula, entre outros) e orientando quais destes métodos estão disponíveis no Brasil e aprovados pelo Ministério da Saúde.

No decorrer da apresentação dos slides foi exposto sobre os direitos a permanência da adolescente na escola e, também, os papéis da saúde e educação para oferecer o atendimento de qualidade aos mesmos. Constatou-se que o acesso a essas informações é muito restrito a cada setor, em consequência disso, os participantes da educação não detinham informações sobre a liberação dos contraceptivos na Unidade de Saúde. Durante a explanação do assunto um participante lembrou de uma cena vivida no posto de saúde: *“Um homossexual chegou no posto para pedir camisinha que precisava muito naquele momento, mas o funcionário se negou em disponibilizar porque o rapaz não tinha a identidade, ele falou pra quê tu quer isso”?* Maria. Em geral, o despreparo dos profissionais pode ser um fator determinante para os agravos mediante a gravidez na adolescência.

Essa questão precisa ser analisada com mais cuidado, visto que quando a sociedade e o poder público não garantem, efetivamente, o direito de viver a adolescência, o apoio para as grávidas (e os adolescentes grávidos) e, ao mesmo tempo, não se responsabilizam pelo acesso à contracepção, isso torna-se um grande problema (Brasil, 2008).

Para sintetizar o grau de importância para dialogar sobre o assunto, um participante aponta que: *“Esses encontros são importantes, pois discutimos e refletimos sobre essa realidade que as vezes a gente não percebe a necessidade”- Lurdes.*

Figueiró (2014, p.112) afirma que a reflexão em conjunto, assim como a atitude de investigação sobre a prática, pelo próprio professor, passa a ser vista como instrumento necessário para o seu desenvolvimento profissional. Após, foi realizada a avaliação do encontro.

Obs: Essa foi a lista de afirmativas que foi utilizada no desenvolvimento da técnica acima:

1. O direito à anticoncepção está assegurado na Constituição Federal.
2. As adolescentes que usam pílula têm problemas para engravidar no futuro.
3. A menina que transa pela primeira vez não corre risco de engravidar.
4. A camisinha é o único método que oferece dupla proteção: evita a gravidez e previne contra as doenças sexualmente transmissíveis e a Aids.
5. A anticoncepção de emergência é ilegal no país.
6. A camisinha deve ser colocada somente na hora de ejacular.
7. A mulher que tem ciclo menstrual irregular pode fazer uso da tabelinha.
8. A camisinha feminina deve ser descartada após a relação sexual.
9. A pílula é um método hormonal e age no organismo da mulher impedindo a ovulação.
10. A anticoncepção é um direito sexual e reprodutivo.

Obs: E essas foram as respostas das afirmativas mencionadas acima:

1. V- A Lei nº 9.263, de 12 de Janeiro de 1996 regula o parágrafo 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Art. 1º- O planejamento familiar é direito de todo cidadão, observado o disposto nesta lei.

2. F- Não existem estudos que comprovem que o uso da pílula causa problemas para engravidar.

3. F- Desde que a menina já tenha ovulado ela corre o risco de engravidar.

4. V- A camisinha é o único método que oferece dupla proteção: evita a gravidez e previne contra as doenças sexualmente transmissíveis e a AIDS.

5. F- A anticoncepção de emergência é adotada pelo Ministério da Saúde, portanto não é ilegal no país.

6. F- A camisinha (masculina ou feminina) colocada corretamente impede o contato direto do pênis com a vagina e vice-versa, além de isolar as secreções produzidas tanto no homem quanto na mulher. Desse modo, ela evita tanto as doenças sexualmente transmissíveis (DST), incluindo o HIV-AIDS, quanto uma gravidez não planejada. Portanto, a camisinha (masculina ou feminina) deve ser colocada sempre antes de qualquer contato entre o pênis e vagina.

7. F- Para identificar o período fértil a mulher precisa registrar o início e o término da menstruação durante 6 ciclos. Se ela observa durante os registros que tem ciclos mais curtos e outros muito longos, então seu ciclo menstrual é irregular, portanto não deve fazer uso da tabelinha.

8. V- A camisinha feminina é descartável. A mesma camisinha não deve ser utilizada mais de uma vez. Deve-se usar uma nova camisinha a cada relação.

9. V- A pílula é um comprimido que contém hormônios (substâncias químicas) parecidos com os hormônios que a mulher tem em seu corpo. Ela impede a ovulação, ou seja, impede a saída do óvulo.

10. V- Os direitos sexuais e os direitos reprodutivos incluem também os direitos de desfrutar das relações sexuais sem temor de gravidez e/ou contrair doenças, e de decidir quantos filhos a pessoa quer ter, portanto o direito à anticoncepção.

No quinto encontro foi trabalhado o tema “**Prevenção às IST⁹/HIV-Aids**”. Os objetivos da oficina foi ampliar e atualizar o conhecimento sobre as IST/HIV-Aids e a sua prevenção; apresentar e discutir o passo a passo do uso das camisinhas masculina e feminina na prática de sexo seguro e divulgar serviços especializados no atendimento às IST/HIV-Aids.

A técnica utilizada no desenvolvimento do trabalho foi concordo e discordo para discutir os **Mitos X Realidade em relação às IST/HIV- Aids**. (Caderno de oficinas, Instituto Aliança, 2012).

Foram coladas de cada lado da sala, diametralmente opostos, os cartazes: concordo e discordo. Após, foi explicado aos participantes que participariam de um jogo que os ajudariam a distinguir alguns “mitos” da realidade, no que diz respeito a vários assuntos dentro do tema IST/HIV-Aids. Em seguida, foi pedido ao grupo para se dispor no centro da sala. Foram lidas várias afirmativas, uma por vez e explicado que ao terminar a leitura de cada frase, em silêncio e individualmente, eles deveriam escolher o cartaz que expressasse sua opinião em relação à frase lida: o concordo ou o discordo, e se direcionar a ele. Cabe frisar que não podiam ficar no meio, tinham que se posicionar.

Lista de afirmativas usada na técnica:

⁹ O Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais passa a usar a nomenclatura “IST” (Infecções sexualmente transmissíveis) no lugar de “DST” (Doenças sexualmente transmissíveis) devido a denominação “D”,vem de doença, que implica em sintomas e sinais visíveis no organismo do indivíduo. Já “Infecções” podem ter períodos assintomáticos (Sífilis, herpes genital, por exemplo). A nova denominação é uma das atualizações da estrutura regimental do Ministério da Saúde por meio do Decreto nº 8.901/2016 publicada no diário oficial da União em 11.11.2016.

As pessoas podem ter doenças sexualmente transmissíveis sem apresentar sintomas.

O uso do álcool e da maconha contribui para que uma pessoa transe sem camisinha.

Qualquer pessoa está sob risco de se infectar pelo HIV-Aids.

Quem tem parceiro único e transa sem camisinha está livre de pegar Aids.

Quando alguém se infecta com o vírus da Aids, começa a emagrecer e perder o cabelo.

Sexo oral não transmite o HIV-Aids. E o beijo.

São formas de transmissão da Aids: a prática sexual sem camisinha, o contato direto com sangue contaminado por meio de objetos perfuro-cortantes, e na gravidez da mãe para o bebê.

Durante a gravidez, na hora do parto e na amamentação a mãe pode transmitir o HIV para o seu bebê.

A camisinha usada corretamente pode proteger de DST, da Aids e de gravidez não planejada.

Os anticoncepcionais (pílula ou injeção) não protegem do HIV-Aids.

Quando a pessoa apresenta qualquer sinal ou sintoma de DST é importante que procure o mais rápido possível atendimento médico.

A camisinha feminina, quando usada corretamente, protege da Aids e de outras DST, tanto quanto a camisinha masculina.

Devemos nos afastar de pessoas portadoras de HIV-Aids.



Foto 7: Desenvolvendo a técnica concordo ou discordo.
Fonte: Elaborado pela autora do estudo.

Análise 1- Durante a movimentação do grupo ao se posicionar diante das afirmativas “concordo” ou discordo” observaram-se várias vezes indecisões ao responder e, notadamente, era pedido para ler mais de uma vez as frases. As ideias divergiam por inúmeros momentos, o medo de responder errado ficou nítido nas expressões dos participantes, principalmente, quando se sentiam sozinhos no lado oposto das respostas. A frase que instigou dúvidas foi quando se perguntou se o beijo transmite o HIV/Aids, foi um momento que levou todo o grupo à discussão. Outra relevância nessa técnica, foi que os participantes desconheciam totalmente

a diferença entre HIV/Aids, acreditavam que as siglas significavam a mesma coisa. A partir das explicações que os mesmos puderam associar com situações ocorridas em nossa sociedade. Outro anseio deles era saber como lidar com um aluno que adquirisse o vírus, que cuidados tomar frente aos outros alunos e a qual Órgão recorrer no momento de dúvida.

“Eu tive um vizinho que contraiu o HIV e passou para sua companheira, ela morreu rapidamente e ele tá benzinho, parece que não tem nada. Agora entendi o porquê” - Marcia.

“Eu já tive um aluno com 10 anos que contraiu a HIV, a gente tinha muito cuidado com ele” - Maria

Esse conteúdo está organizado nos três blocos descritos pelos PCN. E o principal eixo a ser trabalhado são as informações sobre a existência de doenças sexualmente transmissíveis, colocadas genericamente, em especial a AIDS, com o intuito de evidenciar os fatos e os preconceitos a ela associadas. (Brasil, 2001, p.147).

Segundo Leão (2016) as dinâmicas e vivências sobre as DSTs e Aids tornam-se ferramentas profícuas pensando na conscientização dos alunos, pois são formas eficazes de conscientizar sobre a vulnerabilidade das pessoas a estas DSTs.

Nessa oficina notou-se que os participantes estavam em busca de conhecer técnicas para trabalhar na escola, embora seja necessário este conhecimento foi importante frisar aos mesmos que antes de se apropriarem das técnicas é necessário adquirir o aporte teórico para subsidiar na implantação do trabalho. Ribeiro (2002, p.94) salienta que é fundamental investir na formação do profissional que realizará esse trabalho em sala de aula, proporcionando ao professor acesso ao conhecimento científico que é produzido em torno da sexualidade [...].

Portanto, é preciso focar a prevenção das DSTs, sem desconsiderar a necessidade de ir além do preventivo, desvelando que a sexualidade também está atrelada ao prazer, aos sentimentos e, principalmente, inerente ao ser humano desde seu nascimento até a morte (Leão, 2016).

Técnica: Conhecendo e Praticando o Uso Correto dos Preservativos Masculino e Feminino

Nesse segundo momento foram convidados os profissionais do CTA (Centro de Testagem e Aconselhamento) para orientar os participantes, caso houvesse alguma pergunta mais técnica, porém os mesmos não compareceram na atividade para auxiliar no andamento da mesma, a coordenadora justificou a ausência pela falta de profissional. Mesmo com essa falha na oficina os participantes foram orientados como iriam desenvolver a parte prática com seus alunos na escola, porém, a oficina foi adaptada por conta dessa lacuna.

De acordo com o ocorrido, **os participantes se manifestaram dizendo que:**

“Já tentei chamar a área da saúde mais ninguém veio”- Elaine.

“O PSE não funciona no município”- Mariana

“A gente não consegue esses profissionais para ajudar”- Lurdes

“Não há parceria para auxiliar”- Carlo.

“Deveria haver o trabalho em rede”- Joana

“A saúde precisa fazer, eles querem que a gente faça tudo”- Adriane

Informações sobre os Serviços de Saúde

Em meio a uma realidade global de índices elevados de doenças sexualmente transmissíveis por via sexual, torna-se imprescindível que os serviços e profissionais de saúde incentivem a adoção da dupla proteção, de modo a garantir a prevenção das DST/HIV/Aids e gravidez não planejada e/ou indesejada (Brasil, 2013).

Foi perguntado para o grupo:

1. Quais os serviços de saúde especializados em nossa comunidade que atendem e dão orientações sobre as DST/HIV/Aids?
2. Onde se localizam esses serviços? Vocês os conhecem?

Análise 2- Ficou evidente nas falas dos participantes que não há um trabalho conjunto entre educação e a saúde, em decorrência disso os profissionais da educação, em sua maioria, desconhecem a função do CTA e o do PSE. O que é proposto pelo PSE não acontece na prática, desta forma, o trabalho fica estagnado por conta dessa falta de comprometimento em participar das ações (desenvolvimento de oficinas e orientação nas escolas e nos postos de saúde) que são questões emergenciais. Outro ponto que precisa ser mencionado, tomando por base nas discussões é a respeito das únicas intervenções que a saúde se propõe a realizar nas escolas: campanhas preventivas quando são solicitados que não deixam de ser importante, contudo o trabalho não pode se resumir somente a essa intervenção e a entrega de remédios para prevenir as verminoses das crianças.

Exposição Dialogada:

Os slides foram usados para sistematizar todos os pontos que foram discutidos no início da oficina e para exemplificar os métodos contraceptivos e suas funções.

Ao finalizar a oficina foi fundamental refletirmos que:

O maior prazer é se cuidar e cuidar do parceiro/a.

A camisinha quando usada corretamente, é o único método cientificamente comprovado que pode proteger as pessoas de uma DST/HIV-Aids.

É fundamental usar o preservativo em todas as relações e práticas sexuais, seja vaginal, anal ou oral, sendo uma por relação ou prática sexual.

O mesmo processo com a camisinha feminina, fazendo os mesmos comentários, à exceção de que ela não pode ser usada para prática do sexo anal.

Os preservativos, masculinos e femininos usados corretamente, são os únicos métodos que propiciam dupla proteção, ou seja, protegem contra as DST/HIV-Aids e uma gravidez não planejada.

Receber preservativo (camisinha) e ter acesso a serviços em saúde sexual e reprodutiva é um direito de adolescentes e jovens e, segundo orientação do Ministério da Saúde. Não requer apresentação de permissão ou presença de familiares, carteira de identidade, entre outros (Brasil, 2013).

É muito importante conhecer também outros métodos anticoncepcionais disponíveis e aprovados pelo Ministério da Saúde, e saber como usá-los corretamente, de modo a prevenir uma gravidez não planejada e suas consequências para o Projeto de Vida que estão sonhando e planejando. Após, foi feita a avaliação do encontro.

No sexto encontro foi trabalhado o tema “**Diversidade sexual- vamos falar sobre isso?**”. Os objetivos nesta atividade foi reconhecer e refletir sobre a diversidade humana quanto aos desejos e manifestações afetivo-sexuais; identificar e questionar as manifestações de homofobia em nossa sociedade e promover uma reflexão e sensibilização sobre homossexualidade e homofobia.

Foi empregado a técnica: leitura coletiva do texto **No país de Blowmink**. O texto refere-se a um país que proíbe o relacionamento afetivo e sexual entre pessoas de outro sexo. Desta forma, muitas regras foram impostas para coibir qualquer contato, como por exemplo, ao quebrar uma norma a pessoa era excluída da sociedade e iria viver em guetos.

Com o grupo sentado em círculo, foram distribuídas cópias do texto para a leitura coletiva. Ao final da leitura, foi aberta a plenária para comentários sobre o texto, a partir das seguintes perguntas:

- 1.O que Marina e Ivan poderiam fazer para viverem melhor no país onde moram?
- 2.O que Marina e Ivan poderiam fazer para viverem melhor com seus pais e amigos?
- 3.Vivemos situações semelhantes em nosso cotidiano, com os papéis invertidos?
- 4.Que atitudes são mais comuns em nossa realidade, diante desse tipo de situação?

5.O que acontece com as pessoas que vivem os seus desejos afetivos e sexuais de forma considerada fora do padrão? Por quê?



Foto 8: Discussão do texto: “País de Blowmink”.
Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

As falas dos participantes a respeito da discussão do texto citado a cima:

“A maior liberdade hoje”- Cláudia

“O diálogo seria muito importante para melhorar a relação”- Maura

“Eu não quero dá um final para essa história, não sei o que fazer”- Joana

“A sociedade cria antipatia porque o homem se transforma”- Maria

“A igreja influencia nessa questão. Não sou contra, mas não quero que aconteça na minha família”- Paula

“Na escola que trabalho é evangélica é super aberto, temos um aluno com 2 mães, no dia da festinha dos pais foram as duas. E os colegas questionaram o porquê? ”- Luciana

“Um aluno perguntou se poderia ser igual o professor, pois ele era gay”- Conceição

“O município nunca chamou para trabalhar a questão da sexualidade”- Adriane

“A opção sexual ainda se usa”- Janaína

“ A informação nos transforma, a gente reflete na formação ”- Elaine

Conforme Leão et al. (2013, p.50) comenta que a atração afetivo- sexual entre pessoas do mesmo sexo sempre existiu ao longo da história da humanidade e era considerada um status privilegiado [...] hoje essa relação é intitulada como homossexualidade.

Análise 1- Observou-se pelas respostas dos participantes que não souberam se posicionar quanto ao texto proposto devido à falta de formação e a pouca informação para se dirigir frente essa realidade, no entanto, ficaram surpresos com as regras impostas nesse país. Mesmo com essa dificuldade de se colocar diante das questões que foram questionadas, os mesmos não se mostram preconceituosos, entretanto, a flexibilidade do grupo foi um ponto positivo para o alcance dos objetivos da atividade. As escolas não desenvolvem nenhuma ação para se discutir o assunto, o que acontece no município é a manifestação dos homossexuais nas ruas da cidade. O uso dos termos “opção sexual” e “homossexualismo” ainda é muito frequente no discurso dos participantes, demonstrando o quanto falta uma discussão aprofundada acerca da diversidade.

Conforme Figueiró (2007, p.13) discorre “não é fácil compreender e aceitar a homossexualidade e toda a diversidade sexual, é um assunto que, geralmente, gera desconforto, na maioria das pessoas. E isso ocorre porque este assunto não é discutido de maneira aberta em distintas instâncias sociais como a escola.”

Para Junqueira (2009), a escola é espaço de aprendizado e de convivência, podendo ser questionados os valores, crenças, representações e práticas associadas aos preconceitos, discriminações e violências distintas, entre estas, homofóbica.

A escola dá legalidade para a perpetuação dos preconceitos ao se silenciar quando eles se manifestam. Para abrandar esta situação, é imprescindível que este assunto seja trazido à pauta, principalmente para salientar o quanto que é prejudicial e danoso ao convívio social. (Leão, 2009).

Pontos para reflexão e conclusão da primeira atividade:

Ao longo da história e da dominação de uma cultura sobre a outra, a sociedade foi se constituindo com base na heterossexualidade, gerando a exclusão de pessoas com ‘outras’ orientações sexuais. Na medida que esses valores estão sendo questionados, e ao mesmo tempo, amplia-se a consciência dos Direitos Humanos como eixo norteador da Humanidade; aumenta a aceitação de outras orientações sexuais e a sua garantia legal: casamento, adoção de filhos, direito à herança, entre outros direitos. Os espaços de expressão da diversidade sexual também estão sendo ampliados, embora ainda exista muito preconceito.

Após a reflexão, foi exibido o vídeo: E se fosse com você? (Por que criminalizar a homofobia?) para complementar a discussão. Em seguida, foi perguntado: O que é homofobia?

*“Temos que respeitar a **opção sexual** das pessoas”- Carlo*

“Homofobia é o preconceito contra os homossexuais”- Mariana

A homofobia é a aversão aos homossexuais, na realidade, à orientação do desejo sexual dos mesmos [...] essa expressão discriminatória é a menos discutida e a mais controversa, por persistir posturas que pretendem atribuir à homossexualidade um caráter doentio ou uma condição de inferioridade em relação à heterossexualidade (Leão et al., 2013).

Foram apresentados nos slides a diferença entre “orientação sexual” e “opção sexual”, e qual a expressão mais adequada a ser utilizada. Outra questão frisada foi a respeito dos conceitos de heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade entre outros. Ademais, foi salientado sobre o emprego incorreto a terminologia “homossexualismo”, pois o sufixo “ismo” denota doença. Foi trabalhada a identidade de gênero e, também, os termos transexuais, travesti, drag queen, entre outros. Ao final, foi apresentado algumas estratégias para os educadores abordarem na sala de aula.

É importante que o futuro professor possa compreender que a sexualidade não é questão de ‘opção’ doença, de natureza ou de instinto, e sim de uma multiplicidade de fatores [...] É

necessário no âmbito escolar que o professor inclua esse assunto, buscando frisar o respeito e a tolerância às diferentes manifestações do desejo (Leão, 2009, p.282).

Freire (1996, p. 59) afirma que “ensinar exige respeito à autonomia do ser educando”. [...] é neste sentido também que a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo no respeito a ela [...].

Para concluir, Figueiró (2007, p. 36) complementa que a diversidade sexual, não se restringe apenas aos gays, ou seja, inclui também, a aversão aos transexuais, aos travestis, assim como, a homens e mulheres que, comportam-se de forma diferente do padrão esperado para o seu sexo, podendo não ser homossexual. No final da atividade foi realizada a avaliação do encontro.

No sétimo encontro foi trabalhado o tema “**Direitos Sexuais e Reprodutivos**”. Os objetivos dessa oficina foi apresentar os direitos sexuais e os direitos reprodutivos e discutir ações para a promoção e defesa desses direitos na escola, nos serviços de saúde e na comunidade. (Caderno de Oficinas, Instituto Aliança, 2012).

A técnica empregada foi: chuva de ideias.

Inicialmente, foi perguntado ao grupo se já conheciam os Direitos Sexuais (DS) e Direitos Reprodutivos (DR):

1. O que sabem sobre isso?
2. O que imaginam que sejam os direitos sexuais e os reprodutivos?

A única resposta dada ao questionamento foi que o direito reprodutivo é quando a mulher decide se quer ter filho ou não. Em virtude dessa pouca informação sobre o assunto, foi apresentado os slides dos eventos-chave para explicar como surgiram os direitos sexuais e reprodutivos e apontando esses direitos para dá segmento a atividade.

Após a explanação do tema, foi desenvolvida uma técnica em grupos. Em seguida, foi distribuído algumas situações para a discussão nos grupos, e o resultado apresentado em plenária.

O documento dos direitos sexuais e reprodutivos foi uma prioridade do governo em apresentar diretrizes para garantir os direitos de homens, mulheres, adultos, adolescentes, em relação a saúde sexual e reprodutiva, enfocando, principalmente, no planejamento familiar (Brasil, 2005).

É imprescindível diferenciar os conceitos destes direitos. O direito sexual são direitos humanos universais baseados na inerente liberdade, dignidade e igualdade de todos os seres humanos. Enquanto o direito reprodutivo refere-se ao direito do homem e a mulher decidirem ter ou não filhos, o número e o intervalo de tempo entre cada um e o direito ao pleno acesso aos métodos de controle da fertilidade (Furlani, 2009, p.9).

Anexo I: Situações para discussão em grupos.

Situação 1: Heloísa é uma jovem de dezessete anos que vai a uma festa e conhece João, que tem 22 anos. Eles têm relações sexuais sem camisinha porque ele disse que a camisinha tira o prazer. Muito apaixonados, eles continuam se encontrando durante quatro meses. Certo dia, sua ex-namorada o procura para contar que está contaminada pelo vírus HIV. João fica apavorado e conta a situação a Heloísa e lhe pede que, caso ele esteja contaminado e ela não, ela se contamine e morra junto com ele. Heloísa fica chocada e não sabe o que fazer.

“Primeiramente eles não deveriam ter transado sem camisinha, justamente por conta das doenças sexualmente transmissíveis. Nessa situação a Heloísa está sendo pressionada por João a morrer junto caso ele esteja infectado, mas ele não sabe que se adquiriu o vírus automaticamente ela também, portanto, percebe a falta de informação nesse caso. O direito sexual de Heloísa está sendo violado por ele”- Adriane

Resposta Científica diante da situação 1: À diversas formas de transmissão do HIV, e uma delas é a relação sexual com a pessoa infectada pelo vírus sem o uso da camisinha feminina ou masculina (sexo oral, sexo vaginal e sexo anal). Praticar sexo de forma segura ou protegida é adotar o uso adequado do preservativo. (Brasil, 2008, p.97).

Situação 2: Marisa é uma adolescente de dezoito anos e começa a trabalhar como secretária numa firma. Seu chefe pede que ela fique trabalhando até quando já não há ninguém no escritório. Na hora que estão sozinhos, ele toca o corpo dela e a beija. Ela não quer e não gosta disso, mas aceita porque tem medo de perder o emprego. E cada vez que o chefe pede que ela fique até mais tarde ela fica apavorada e não sabe o que fazer.

“Já houve uma situação dessa com uma conhecida minha”- Maura. “O medo, infelizmente obriga muitas mulheres a se submeter a essa situação, mas ela precisaria fazer a denúncia anônima, as vezes as pessoas não conhecem seus direitos e não sabem a que órgão procurar, o direito de escolher se quer ou não quer ter relação com ele está sendo infringido”- Elaine.

“O assédio sexual acontece muito”- Joana.

Resposta Científica diante da situação 2: O assédio sexual é crime que prevê pena de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, conforme na lei 10.224. O Art.216-A. diz que constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.

Situação 3: Duas adolescentes, Tânia de catorze anos e Kátia de quinze, procuram um profissional de saúde com o objetivo de iniciar a anticoncepção. O profissional as recebe de rosto fechado e pergunta se os pais sabem que elas estão lá. Elas dizem que não. Em seguida ele diz que elas são muito novas para ter vida sexual e que a anticoncepção faz mal para crianças.

“Esse profissional desconhece o direito delas, independentemente da idade, qualquer adolescente pode recorrer ao posto de saúde caso necessite do atendimento. Classificamos na falta do direito: ao serviço de saúde que garantam a privacidade, sigilo e atendimento de qualidade e sem discriminação”- Conceição.

Resposta Científica diante da situação 3: Uma das finalidades da saúde sexual e reprodutiva é oferecer informações sobre o funcionamento dos órgãos sexuais e reprodutivos e sobre os processos de concepção e contracepção, a fim de que promova a reflexão para o cuidado da saúde sexual. (Brasil, 2008, p.75).

Situação 4: Daniel é um adolescente de quinze anos, que procura um professor para pedir ajuda, no dia seguinte ao que estourou sua camisinha. O professor diz que ele tem que procurar um serviço de saúde. Ele vai, e depois de muito trabalho para conseguir ser atendido, o médico conversa não mais de três minutos com Daniel. O médico diz que não há nada para fazer, que ele reze para não haver gravidez e que a namorada deve procurar o serviço de saúde, caso a menstruação atrase.

“Tanto o professor quanto o médico não souberam orientar o adolescente, o professor talvez pela falta de conhecimento e o médico pela má vontade de ajudá-lo. Entendemos que a falta desse direito tenha haver com a falta de informação e à educação sexual e reprodutiva”- Erica.

Resposta Científica diante da situação 4: Promover a reflexão e o debate sobre a gravidez na adolescência e sobre o papel a ser desempenhado pelas diversas instituições no apoio às necessidades de adolescentes e jovens no campo da saúde sexual. (Brasil, 2008, p.75).

Roteiro para discussão:

1. Que direito (s) sexual (is) e direito (s) reprodutivo (s) está (ão) sendo lesado (s)?

“O direito sexual é lesado quando não se tem a liberdade de escolher se quer ou não ter relação sexual com o outro”- Paula

“A falta de informação quando o menino procura ajuda, tentando evitar uma gravidez indesejada”- Maria

2. Por que ocorre essa situação?

“O desconhecimento dessas leis, precisam ser divulgadas para nós e aos adolescentes”- Maura

“Falta a informação na base”- Mariana.

4. Que ações vocês propõem para promover e defender os DS e os DR nas escolas, nas unidades de saúde, de assistência social e na comunidade em geral?

“Implantaria oficinas mensalmente nas escolas, juntamente com todos os profissionais envolvidos”- Erica

“Faria um trabalho de divulgação em todos os serviços”- Gabriela

Furlani (2009, p.9) menciona que “para assegurarmos que os seres humanos desenvolvam sua sexualidade saudável, os direitos sexuais, devem ser reconhecidos, promovidos, respeitados e defendidos por todas as sociedades. Saúde sexual é o resultado de um ambiente que reconhece, respeita e exercita estes direitos sexuais.”

No entanto, o documento Brasil (2006, p.75) evidencia que a saúde sexual e reprodutiva não pode ser analisada sem que tomemos em conta o contexto sócio- cultural e legal que está na base das relações humanas, em cada sociedade.

Análise 2- Observou-se que após a contextualização do assunto, os participantes começaram a participar da atividade. O trabalho em grupo proporcionou mais segurança para discutir as situações e, também, percebi que a partir dessa oficina as mulheres se sentiram mais empoderadas para decidir sobre seu corpo. No final da atividade foi feita avaliação do encontro.

No oitavo encontro foi trabalhado o tema **“Violência Sexual”**. Os objetivos propostos nessa oficina foi conhecer e prevenir sobre a violência sexual contra as crianças e adolescentes. Refletir sobre as manifestações de violência e abuso sexual na realidade de atuação dos

participantes e ampliar conhecimentos sobre as formas de enfrentamento da violência e do abuso sexual na infância e na adolescência.

Foi apresentado o tema da oficina e o quadro Mitos e Realidades sobre a violência sexual, apenas com a coluna dos mitos descoberta, sorteando, de uma caixa contendo os nomes de todos os participantes do grupo, um participante para comentar cada frase a partir das seguintes questões: você acha que isso é um mito? Por que? O que você acha que acontece na realidade?

- Ao final desta etapa, foi aberto uma roda de debates sobre as situações conhecidas pelos participantes, em sua realidade de trabalho;
- Ao término desta fase, foi solicitado a formação de pequenos grupos para a leitura do texto “abuso sexual”, apresentando as seguintes questões:

As informações do texto podem contribuir para a atuação dos participantes, diante dos casos de violência sexual?

Considerando as experiências discutidas e o texto, é possível apresentar exemplos de atitudes e projetos de trabalho dos professores e profissionais de saúde que podem contribuir para a prevenção da violência sexual?

Após, foi aberto para as discussões as questões acima.

Texto de apoio: ABUSO SEXUAL

A violência contra crianças e adolescentes é sempre uma manifestação de abuso de poder do mais forte com relação ao mais fraco.

O abuso sexual é delicado e preocupante. Delicado porque envolve crianças e adolescentes que são subjugados a força, seja ela moral ou física, e violados num dos aspectos mais íntimos e profundos da vida humana, que é a sexualidade.

Preocupante porque, por envolver tabus sociais com o incesto, sua ocorrência é frequentemente mantida num silêncio absoluto, dificultando que a pessoa vítima do abuso seja ajudada.

Por esses motivos, é fundamental que os profissionais que têm contato direto e próximos com crianças e adolescentes estejam atentos para este grave problema social e possam trabalhar no sentido de preveni-lo e identificá-lo e, também, saibam como orientar-se caso haja uma suspeita. Alguns artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente tratam desta questão:

No artigo 13: “Os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais”. (Título II - Dos Direitos Fundamentais/Capítulo I - Do Direito a Vida e a Saúde, p.16). No artigo 18: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. Capítulo II- Do Direito à liberdade, ao Respeito e à Dignidade, pg. 18).

No artigo 70: “É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente”. (Título III- Da Prevenção Capítulo I- Disposições Gerais, pg.31).

(...). Considerando a obrigação ética e legal de notificar as autoridades competentes- o Conselho Tutelar da região ou, em sua falta, o Juizado da Infância e da Juventude, é necessário que os profissionais da saúde e da educação assumam a responsabilidade de dar algum encaminhamento à situação. É preciso considerar que as consequências da não notificação podem ser drásticas para uma criança ou adolescente. Fechar os olhos, por não saber como lidar com todas as implicações desta situação extremamente complexa, seria negligência e descumprimento da lei. O melhor, portanto, é preparar-se para tomar as atitudes

mais apropriadas para cada caso, mantendo vínculo permanente com as organizações de proteção às crianças e adolescentes para buscar informações, apoio e referências sobre as atitudes a serem tomadas.

A prevenção é sempre o melhor caminho pois pode contribuir para evitar os casos de violência e alertar as crianças e adolescentes vítimas de abuso, de forma não personalizada, sobre as possíveis maneiras de agir.

Mitos e Realidades sobre o abuso sexual	
MITOS	REALIDADES
O abusador sexual é um psicopata, um tarado que todos reconhecem na rua.	Na maioria das vezes, é pessoa aparentemente normal, querida pelas crianças e pelos adolescentes.
O estranho representa o perigo maior para crianças e adolescentes.	Os indivíduos que abusam sexualmente de crianças e adolescentes, na sua maioria, são familiares, amigos íntimos da família, ou pessoas de convívio próximo, em quem as crianças confiam. Esta proximidade dos agressores, assim como a posição indefesa da criança na família e na sociedade, torna mais fácil encobrir o crime e persuadir ou assustar a criança para que se mantenha calada.
O abuso sexual está associado a lesões corporais.	Violência física contra crianças e adolescentes molestados sexualmente não é o mais comum, e sim o uso de ameaças e/ou a conquista de confiança e afeto da criança. Em apenas 40% dos casos há evidências de violência física, muitas vezes associada ao ato sexual em si. Quando não há indícios físicos do abuso, sua identificação torna-se mais difícil. Com alguma frequência, os profissionais da escola, em contato direto com a criança, conhecedores de seus hábitos e situação familiar, podem notar comportamentos que levam a suspeita de que estejam sendo vítimas de algum tipo de violência que perturba sua estabilidade emocional. Como existem muitos fatores que podem alterar o estado físico e emocional de uma criança ou adolescente, esta é uma situação delicada e difícil: por um lado, a criança ou adolescente que pode estar precisando desesperadamente de ajuda e proteção; por outro, uma família que pode ser colocada sob suspeita injustamente.
O abuso sexual, na maioria dos casos, ocorre longe da	O abuso ocorre, com frequência, dentro ou perto da casa da criança ou do abusador. As vítimas e os abusadores

casa da criança ou do adolescente.	são, muitas vezes, do mesmo grupo étnico e nível socioeconômico.
O abuso sexual se limita ao estupro.	O abuso sexual ocorre quando uma criança ou adolescente é usado para gratificação sexual de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho, com base em uma relação de poder física, afetiva ou moral, que pode incluir, além do ato sexual: carícias, manipulação da genitália, mama ou anus, exploração sexual, “voyeurismo”, a pornografia e o exibicionismo.
A maioria dos casos é denunciada.	Estima-se que, na verdade, poucos casos são denunciados. Alguns fatores dificultam a denúncia do abuso sexual, entre eles, a descrença na possível solução, o constrangimento frente ao assunto, o constrangimento frente aos pais e familiares, a ameaça de um processo criminal envolvendo a família e o profissional como testemunha, o silêncio da própria criança ou adolescente. Quando há envolvimento de familiares, existe pouca probabilidade de que a vítima faça a denúncia, seja por motivos afetivos, seja por medo do abusador, de perder os pais, de ser expulso (a), de que outros membros da família não acreditem em sua história, ou ser causador (a) da discórdia familiar.
As vítimas de abuso sexual são oriundas de família de níveis social e econômico baixo.	Níveis de renda familiar e de educação não são indicadores do abuso. Famílias de classes média e alta podem ter condições melhores para encobrir o abuso, pois em geral as crianças são levadas para clínicas particulares, onde são atendidas por médicos da família e a situação é abafada com maior facilidade.
A criança mente e inventa que é molestada sexualmente.	Raramente a criança mente. Sem dúvida, é necessário discriminar entre realidade e as fantasias. Especialmente quando a situação envolve uma criança, ela deve ser levada a sério, mas a conversa deve ser feita de modo cuidadoso para não induzir relatos fantasiosos. Mas do que descobrir fatos, é preciso estar atento aos sentimentos envolvidos.

Guia para a formação de profissionais de saúde e educação

Fonte: Brasil-2006

Quanto a resposta dos participantes frente a todas as discussões:

“Fruto dessa situação destrói a vida uma pessoa”- Maria

“Não tem para onde ir quando quer denunciar”- Carlo

“Eu não consigo trazer um homem para dentro da minha casa depois que me separei, tenho medo pelos meus filhos”- Marcia

“Na minha escola existe muito casos, já fazem o atendimento por conta dessa situação. Houve um caso de um menino, o comportamento do dele era um perigo para outras crianças, a família era ausente na escola, fizemos um estudo de caso para essa situação e fiquei revoltada porque não tivemos uma devolutiva do Conselho Tutelar, desde 2013. O padrasto abusava da criança e a mãe dessa criança era dependente emocional deste homem”- Lurdes.

A escola deve atentar-se aos sinais que as crianças oferecem, as vítimas pedem socorro, seja via própria voz, por linguagem corporal ou por meio de ações e comportamentos [...] (Lima & Maio, 2014, p. 258).

“A Educação Sexual tem que começar na escola”- Cláudia

“Esse texto mostra que temos a obrigação de divulgar os casos, por a gente não desconhecer as leis e o medo de represálias”- Joana

“O único trabalho desenvolvido no município sobre a violência sexual, foi a iniciativa da Assistência Social que convidou a educação para participar do evento. O trabalho foi muito bom, os professores receberam informações e palestras. Na culminância do projeto foi organizado um livro chamado “Inocência Roubada” onde todos os professores receberam o livro. Com o final do projeto, tudo ficou solto”- Luciana.

Análise- Neste último encontro compareceu poucos participantes na formação devido as outras atividades que desenvolviam em diferentes escolas. Mesmo com um número reduzido conseguimos avançar na oficina. Notou-se que o tema “violência sexual” é muito polêmico e desperta interesse de todos. Os participantes relataram diversos fatos ocorridos, principalmente, dentro da família, inclusive, uma das participantes compartilhou uma experiência vivida no seu convívio familiar, a qual lhe abalou profundamente.

“A violência sexual no âmbito familiar é uma violação ao direito à sexualidade segura e à convivência familiar protetora.” (Faleiros et.al 2007, p. 36). As mesmas não sabem como lidar com a situação, logo procuram um outro profissional para sanar o problema. A partir das

falas dos participantes a família não aceita que seja desenvolvido nenhum trabalho voltado para a área da sexualidade, mesmo eles sabendo dos casos de violência ocorridos frequentemente. Contudo, em sua maioria os profissionais não conhecem as políticas públicas que assegura os direitos violados, tampouco os serviços de atendimento para orientá-los.

A violência sexual se apresenta no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, pois não há como separar vida escolar, vida privada e comunitária. (Lima & Maio, 2014, p. 249). Segundo Faleiros et.al (2007, p. 36) a violência sexual contra crianças e adolescentes é uma violação de direitos, uma transgressão, uma relação de poder perversa e desestruturante.

Foi apresentado nos slides, inicialmente, os tipos de violência existente na sociedade e, após foi explicado a diferença do termo abuso sexual e exploração sexual, a fim de que os participantes pudessem identificar, prevenir e combater a violência sexual contra crianças e adolescentes.

O abuso sexual é um relacionamento interpessoal sexualizado, privado, de dominação perversa, geralmente mantido em silêncio e segredo (Faleiros et.al, 2007, p. 37). Já exploração sexual é uma relação de mercantilização e abuso do corpo de crianças e adolescentes por exploradores sexuais organizados em redes local e global (Leal & Leal, 2002).

Lima e Maio (2014, p. 259) sinalizam que “um trabalho de formação docente adequado, em cursos de licenciatura, pode proporcionar discernimentos adequados em um caminho para a prevenção do abuso e da violência sexual [...]”



Foto 9: Encerramento da formação.
Fonte: Elaborado pela autora.



Foto 10: Uma lembrança simbólica em forma de agradecimento.
Fonte: Elaborado pela autora.

Após a elaboração e implementação das propostas interventivas em sexualidade e educação sexual, foi sugerido no presente estudo o acompanhamento e o assessoramento aos profissionais nas efetivações de ações no tocante a sexualidade.

Sabemos que a rotina de um profissional da educação é abarrotada de atividades que muitas vezes impedem estes de participar de forma efetiva em qualquer formação fora do seu contexto escolar. Menciono somente os profissionais da educação devido a representante da saúde não comparecer as últimas atividades em decorrência de sua saúde, que ocasionou uma

lacuna no fornecimento de mais informação a respeito ao setor da saúde. Em contrapartida a todos esses entraves, alguns professores contribuíram para o prosseguimento das atividades.

Por unanimidade todos os profissionais escolheram o tema de relações de gênero para desenvolver as intervenções. A ação foi realizada com os próprios profissionais das escolas em que trabalham, a escolha pelos professores se deu, em virtude, de os alunos estarem em período de férias.

Freire (1996, p.142) finaliza que a alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria “[...] A prática educativa é afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança [...]” (p.143).

A prática dos profissionais necessita ser trabalhada a partir de todos esses apontamentos feito pelo autor para que o aprendizado seja emitido com clareza, seriedade e acima de tudo alegria.

Intervenção 1- A oficina desenvolvida pelos participantes foi na Escola Geração 2000, com tema Relações de Gênero.



Foto 11: Intervenção 1 e Assessoramento
Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa

Os participantes desenvolveram a técnica “Concordo e Discordo” com as afirmativas sobre o respectivo tema. Algumas falas sobre as questões:

“Os padrões estão sendo quebrados, exemplo disso é um homem que passou no concurso para cozinheiro que aparentemente é a profissão de mulher”-

“Gênero significa homem e mulher”-

“A cor não influencia em nada”-

“Estou me preparando psicologicamente porque minha mulher irá ganhar mais”-

“Relação de gênero fala sobre alguns papéis sociais entre homens e mulheres”-

“Hoje percebemos mudanças na quebra de paradigmas”-

Após a técnica, os mesmos leram um livro intitulado “O melhor é ser criança”, cujo o autor é paraense José Antonio Neto. O livro trata-se dos papéis sociais impostos desde cedo para as crianças. Um trecho do livro para exemplificar “O que é melhor, nasce a perguntinha. É ser menino e correr atrás da bola? Ou ser menina e brincar de casinha? Um doce para quem responder agora”.

Em seguida apresentaram os slides contextualizando todas as discussões acima e foi realizada uma avaliação final, com intuito de organizar futuras oficinas na área da sexualidade.

Resultado da Intervenção- Os participantes conseguiram desenvolver a oficina com propriedade, dominaram o conteúdo, porém sentiram dificuldades em organizar o material e estudar o assunto devido o pouco tempo. No decorrer da oficina surgem muitas lembranças, que por sua vez, contribuíram para a reflexão em questão. Um ponto que precisa ser destacado foi que todos os profissionais da escola participaram da intervenção. Observou-se no início da atividade entre as falas dos participantes, que o conceito de gênero está diretamente ligado ao sexo biológico do indivíduo, no entanto, a oficina conseguiu quebrar tais paradigmas que muitas vezes impedem a real compreensão do estudo de gênero.



Foto 12: Encerramento da oficina
Fonte: Elaborado pela autora do estudo.

Intervenção 2- A oficina foi desenvolvida na Escola Santa Anastácia, com o tema Relações de Gênero.

Inicialmente a participante trabalhou o conceito de sexo e sexualidade. Dividiu o grupo para que os mesmos pudessem discutir entre si e após socializar com os demais.

Fala dos participantes:

“Conheci sobre a sexualidade na escola em uma palestra com um médico, nós víamos muito essas palestras mais voltado para a prevenção”-

“Sexo está relacionado ao gênero”-

“Sexualidade é quando você expressa seu sentimento”-

No decorrer das discussões surgiram vários temas concernente a sexualidade, e notou-se a urgência para adquirir conhecimentos sobre estes. É importante o registro desses temas para a implementação de futuras oficinas. Entre estes foi apontado a menstruação, violência sexual e sexualidade da criança. Algumas falas dos participantes sobre essas curiosidades:

“Quero saber porque as meninas estão menstruando mais cedo”-

“Eu aprendi que quando vinha a menstruação se dizia que o macaco mordeu, barco furou, doente da barriga. A gente aprende de maneira errada”-

“Relação de afeto não houve em casa, minha mãe era doente não deixava eu conversar com meu pai com medo dele se aproximar de mim”-

“Minha filha é muito curiosa na sexualidade, ela tem 5 anos”-

“As meninas são vendidas na feira”-

“Eu quis trabalhar o PCN, mas a coordenadora me impediu porque iria trazer problemas para a escola e acabou trazendo um palestrante para discutir o assunto”-

Em seguida, foi trabalhado nos slides sobre os PCN, explicando que Relações de Gênero está inserido como um dos blocos de conteúdo. Também, apresentaram o conceito de gênero, após a exibição do vídeo: “Gênero (Homem x Mulher).” Um participante frisou que *“A mulher contribui muito para o machismo”*.

Resultado da Intervenção- A oficina foi desenvolvida de maneira organizada, a participante conseguiu ministrar o conteúdo, valorizou a fala do grupo aproveitando para contextualizar as discussões. A mesma relatou a importância da supervisão nessas intervenções por conta da insegurança e do medo. A oficina despertou o interesse no grupo em se aprofundar no assunto e a mudar suas posturas frente algumas situações que parecem ser corriqueiras, porém são muito importantes a ser adicionadas na escola. A partir desse estudo buscariam efetivar ações dentro da escola, a fim de que contribuir na igualdade entre homens e mulheres. Foi realizado uma avaliação final.



Foto 13: Intervenção 2 e Assessoramento
Fonte: Elaborado pela autora do estudo.

Intervenção 3- A oficina foi desenvolvida na Escola Professor Maximiano Antônio Rodrigues, com o tema Relações de Gênero.

No início da oficina a participante desenvolveu uma técnica: Ser homem é... Ser mulher é... dividindo o grupo para que o mesmo adicionasse sua compreensão sobre cada um deles. Em seguida, cada grupo socializou com os demais.

“Sexo é o gênero da pessoa”

“As atitudes mudam a partir que a família tem informação”

“Antigamente em algumas escolas daqui era dividido por sexo”.

“Nós precisamos orientar desde o início na escolas para desconstruir os conceitos de atitudes de homem e mulher”.

Após, foi apresentado os slides para complementar o que foi falado acima e, também, foi exibido o vídeo: “Minha vida de João”.

Resultado da intervenção- A participante introduziu de forma coerente o assunto, se mostrou segura para discutir o tema. A mesma relatou que é importante um co-facilitador para desenvolver a atividade. Contudo, a mesma conseguiu conduzir a oficina, fazendo com que todos participassem, o diálogo foi aberto e reflexivo em todos os momentos. Notou-se inicialmente que as professoras chegaram ansiosas para saber sobre sexo, mas a partir da contextualização sobre o que é Educação Sexual e sua importância, refletiram sobre o trabalho. Toda construção de conhecimento se dá por meio do diálogo e a troca de experiências.



Foto 14: Intervenção 3 e Assessoramento
Fonte: Elaborado pela autora do estudo.

Intervenção 4- A oficina foi desenvolvida na Escola Maria do Carmo, com o tema Relação de Gênero.

A participante iniciou a oficina com uma técnica; Ser homem é...? Ser mulher é...?. Utilizou duas cartolinas para separar os conceitos, dessa forma, foi perguntando ao grupo sobre

quais adjetivos poderia atribuir para cada um. Após, os papéis foram trocados questionando-os sobre a forma como naturalizamos as características para homens e mulheres, e que independente do sexo o ser humano pode ser o que ele quiser.

“Gênero é a diferença entre homem e mulher”

Em seguida, foi explanado os slides para sintetizar o que foi discutido acima. Foi exibido o vídeo do “comercial da skol-casamento” e o “Gênero (homem x mulher)” para que pudesse ser entendido o assunto.

“A partir de hoje vou mudar a lista de frequência dos meus alunos, porque eu colocava rosa e azul”

“A oficina foi um diferencial pra mim, nunca participei de uma oficina que eu pudesse falar e contribuir”.

“A partir de hoje vou mudar minhas práticas”.

Resultado da Intervenção- A discussão do assunto levou os participantes a perceberem o quanto eles reproduzem essas práticas com seus alunos. As lembranças sobre alguns comportamentos e atitudes que prejudicavam vieram à tona no momento da explicação do assunto, que por sua vez, favoreceu na reflexão. A participante conseguiu conduzir a atividade, com clareza e segurança.



Foto 15: Intervenção 4 e Assessoramento
Fonte: Elaborado pela autora.

Avaliação da Formação:

A avaliação (Apêndice C) foi um instrumento utilizado no final das oficinas para verificar se o objetivo proposto do presente estudo foi alcançado, se houve mudanças na forma de perceber a educação sexual como um caminho importante no desenvolvimento global tanto

dos profissionais quanto dos alunos. A partir dessa avaliação, se buscará novos traçados metodológicos para melhorar o trabalho.

Conforme as expectativas dos participantes, a formação correspondeu aos seus anseios, dúvidas e, o principal, despertou à vontade em aprender mais sobre a Educação Sexual. Percebe-se em algumas falas sobre essa satisfação:

“Aprendi bastante, estou muito motivada a continuar pesquisando e multiplicando o que aprendi na formação”.

“O curso me ofereceu a oportunidade de aprender e conhecer a cerca de muitos assuntos sobre a Educação Sexual”.

“Gostei muito de participar dessa formação, pois aprendi muitos conceitos e informações que irão me auxiliar no meu trabalho”.

“Tudo foi excelente, um ponto que mais foi constante foi a capacidade de ouvir da formadora. A formação se deu de forma prazerosa porque nós participamos ativamente. Dentre outras coisas esse foi o diferencial”.

Quanto ao cumprimento das propostas da formação, foi favorável aos participantes, porém houveram algumas ressalvas a respeito à carga horária e a falta dos profissionais da saúde nas atividades. A metodologia utilizada durante as oficinas contribuiu para integrá-los, desta forma, favoreceu na sensibilização, a troca de experiências e o diálogo entre eles. As falas dos participantes justificam essas ideias:

“Excelente a formação ministrada pela formadora. Só penso que a carga horária deveria ser maior. Pois acredito que ainda temos muito para aprender sobre este tema”.

“Penso que deveria ter acontecido no início do ano, para termos a oportunidade de executar o que aprendemos enquanto estávamos ainda na formação. Foi excelente. Espero que o grupo continue”.

“O curso foi de grande importância, porém tivemos pouco tempo para que fosse melhor abordado”.

“ A formação foi riquíssima para os profissionais da educação ”.

“ A falta de um profissional que trabalhe na área da saúde, para mostrar na prática as atividades ”.

“Trabalhar o tema em forma de oficina foi uma experiência ímpar, tornando os encontros dinâmicos”.

“A dinâmica para transmitir o assunto, pois ficamos confiante no momento de relatar e interagir”.

“ Foi uma excelente experiência. Hoje consigo falar, conceituar o tema, antes não sabia, pude expressar meu conhecimento ao mesmo tempo que aprendemos. Me sinto mais confiante”

A formação trouxe alguns significados para os participantes sobre a importância de se discutir a Educação Sexual nas escolas envolvendo os pais, alunos e os funcionários em geral. Além disso, a oportunidade de adquirir o conhecimento a respeito da sexualidade, pois havia muitos tabus que dificultava o interesse em buscar informações para trabalhar na sala de aula, uma vez que os encontros foram essenciais para quebrar os inúmeros paradigmas e ter mais segurança para se posicionar frente a essas questões. Portanto, foi de grande valia na formação pessoal e profissional dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os aspectos mencionados na pesquisa, constatou-se que os profissionais da educação e saúde necessitam de formação e informação contextualizadas para que pusessem abarcar a sexualidade com propriedade e segurança nas instâncias sociais. A partir disso, a educação sexual tornou-se ainda mais relevante, urgente e necessária diante dos inúmeros contextos apresentados.

Todavia, para que haja mudanças nas concepções dos profissionais a respeito das questões da sexualidade e educação sexual é preciso um trabalho contínuo e flexível para que os mesmos possam dialogar e compartilhar seus anseios, dificuldades e curiosidades. A socialização contribuiu para agregar tais conhecimentos e consolidar a importância de se discutir o assunto de maneira natural. As oficinas desenvolvidas justificam a necessidade de incluir o trabalho de educação sexual em vários setores, não apenas para transmitir informações, mas, também, para promover intervenções eficazes, com urgência no contexto em que as crianças e adolescentes estão inseridos, ao passo que estão vulneráveis a situações de riscos.

Para isso acontecer as formações são fundamentais para transformarmos essa realidade que vem aumentando cada vez mais, justamente pela falta de comprometimento, principalmente, das políticas públicas que não investem em capacitações para subsidiar as ações pedagógicas. No entanto, as oficinas propostas neste estudo foram essenciais e oportunizou aos profissionais uma formação específica que abrangesse a temática, assim, os mesmos puderam expor suas ideias, os seus conhecimentos prévios baseados no senso comum, embora fragmentado e distorcido, sinalizando a realidade local e ânsia em adquirir o conhecimento sistematizado concernente a sexualidade.

A formação partiu da necessidade dos participantes, visando informar sem impor verdades dogmáticas, mas sim saberes científicos de maneira a contribuir para o esclarecimento e compreensão deles sobre o assunto a ser conhecido.

O maior desafio enfrentado pelos profissionais para implementar as propostas interventivas é o despreparo e a falta de apoio das famílias. Este despreparo advém da pouca informação recebida durante a trajetória de formação, assim, ocasionando inúmeras dúvidas em como abordar o assunto.

É imprescindível notar que diante dos resultados obtidos a formação desenvolvida possibilitou a desconstrução e a construção do conhecimento acerca da sexualidade, e desta forma, sensibilizou-os quanto seu papel na construção do saber. Além disso, observou-se o entusiasmo dos participantes para aprimorar suas práticas para abordar os temas nas escolas e nos postos de saúde.

Notou-se que a pouca aderência dos profissionais de saúde em participar dessas formações, o que gera um certo distanciamento entre os outros setores que atuam nessas questões. Outro ponto relevante a ser destacado é que não há parceria entre educação e saúde como é mencionado nos programas destinados a este trabalho, o que acontece são atividades esporádicas quando os agentes da saúde são solicitados. As ações preventivas acontecem anualmente nas escolas de forma superficial, assim não oferecem e nem possibilitam a promoção de intervenções contínuas entres as secretarias, porém, o trabalho individual é notório no município. Esta ausência foi percebida no decorrer dos encontros, uma vez que a falta do conhecimento da área da saúde implicou no enriquecimento do estudo.

Por fim, a última proposta interventiva neste estudo foi a intervenção dos participantes nos seus respectivos espaços de trabalho a qual foram assessorados. É importante frisar a habilidade e competência destes em aplicar a oficina e o retorno imediato que o encontro causou no público que estava presente. O desempenho deles foi de suma importância para

perceber o quanto a formação contribuiu neste preparo, pois foi possível obter resultados positivos e satisfatório para todos.

Dado o exposto, temos a obrigação de dar um retorno a comunidade escolar, a saúde e outros ambientes que clamam para ter um mínimo de direitos garantidos, que sempre ficam a margem das políticas públicas e por consequência desinformados e impotentes. E como propostas para um possível prosseguimento do trabalho sugiro que se forme grupo de estudos com os quais foi iniciado para multiplicar o conhecimento obtido na formação continuada e, assim, contemplar outros profissionais, as famílias e a comunidade em geral

Nota-se à luz da literatura científica que os profissionais da educação e saúde necessitam ter o devido preparo para o trabalho interventivo de sexualidade o que salienta a necessidade de adicionar cursos contínuos direcionados, principalmente, na área de saúde, a fim de que possamos entender melhor como funciona a dinâmica do trabalho e, partir disso, construir uma cartilha no âmbito da saúde e educação, respeitando a realidade de cada local, para dar um direcionamento para os profissionais e, assim, implementar ações educativas no âmbito destas áreas de maneira a desvincular a associação equivocada da sexualidade com doenças. É mister focar na prevenção, mas urge se enfatizar que a sexualidade é um direito.

REFERÊNCIAS

- André, M. E. D. A. (1983). Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos. **Cadernos de Pesquisa**, n. 45, p. 66-71.
- Altmann, H. A. (2004). Sexualidade adolescente como foco de investimento político- educacional. Caxambu: **Anais ANPED**.
- Altmann, H. (2013). Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. *Sexualidad, Salud y Sociedad Revista Latinoamericana*.n.13, pp 69-82.
- Amaral, A.; Domingues, J. V.; & Silva, M. R. S. (2013). Body Modification como pedagogia cultural generificante. (Org.). Fabiane, F. S [et al]. *Sexualidade e escola: compartilhando saberes e experiências*. 3 ed. Rio Grande: Editora da Furg, p.71.
- Bardin, L. (2011). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70.
- Brasil. (1998). Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. v. 1. Brasília: MEC/SEF.
- Brasil. (1998). Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. v. 2. Brasília: MEC/SEF.
- Brasil. (2014). Ministério da Educação. *Planejando a próxima década conhecendo 20 metas do Plano Nacional de Educação*. Bras
- Brasil. (2013). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Básica. Departamento de Atenção Básica. *Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva*. 1.ed. reimpr- Brasília: Ministério Da Saúde. 300p.
- Brasil. (2013). Diretrizes Curriculares Gerais da Educação Básica/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília. 562p.
- Brasil. (2008). Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. *Diretrizes para implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas*

- Escolas/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde.- Brasília: Ministério da Saúde, 24 p.- (Série A. Normas e Manuais Técnicos)
- Brasil. (2015). Ministério da Saúde. Caderno do gestor do PSE/ Ministério da Saúde, Ministério da Educação.- Brasília: Ministério da Saúde, 68 p: il.
- Brasil. (2001). Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília.
- Brasil. (1999). Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referenciais para a formação de professores. Brasília, DF: MEC/ SEF.
- Brasil. (1997). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília: MEC.v.8.
- Brasil. (2006). Ministério da Saúde. Secretaria da Vigilância em Saúde. Saúde e prevenção nas escolas: guia para formação de profissionais de saúde e de educação/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde.-Brasília: Ministério da Saúde, 160p.- (Série A. Normas e Manuais técnicos).
- Brown, P. (1990). Corpo e sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- Cabral, F; DÍAZ. M. (2012). Anticoncepção na adolescência. In: **Projeto Convivência e Cidadania**. Caderno de Leituras Complementares. Área: Educação, Saúde e Cidadania. Fevereiro.
- Cabral, J. T. (1995). A sexualidade no mundo ocidental. Campinas, SP: Papirus.
- Candau, V.M.F. (1996). Formação Continuada de Professores: tendências atuais. In: REALI, A. M. M. R., MIZUKAMI, M. G. N. (Orgs). **Formação de Professores: tendências atuais**. São Carlos: EDUFSCar.
- Celani, M. A. (1988). A. A educação continuada do professor. **Ciência e Cultura**, v.2, n.40.p.160.
- Chizzotti, A. (2006). **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**- Petrópolis RJ: Vozes.

- Colling, A. M. (2009). Relações de poder e gênero no currículo escolar. In: RIBEIRO, P. R.C.; SILVA, M.R.S.S.; GOELLNER, S. V. (Orgs.). Rio Grande: Editora da FURG. 170p.
- Decker, I. C. U. (2010). A categoria emancipação em Paulo Freire e suas contribuições para um processo de educação sexual emancipatória. Dissertação (mestrado) Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em Educação, Florianópolis, 200p.: il.; 30cm
- Egypto, A. C. (2003). (Org). Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante. São Paulo: Cortez.
- Engel, G. I. (2000). Pesquisa-ação. Educar, Curitiba. Editora da UFPR. n.16, p. 181-191.
- Faleiros, V. P. et al. (2007). Escola que protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes, Brasília.
- Ferreira, G. R. (2015). Cursos de Formação em Educação Sexual que empregam as Tecnologias Digitais. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, campus de Araraquara.-.150f
- Ferreira, B. M.M.; & Luiz, N. S. (2009). Sexualidade e gênero na escola. (Orgs.). Nanci, S. L et al. Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola. Curitiba: UTFPR.
- Figueiró, M. N. D. (2014). **Formação de Professores sexuais**: adiar não é mais possível. 2ed.Londrina: Eduel.
- Figueiró, M. N. D. (2010). Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio. 3. ed. rev. e atual. – Londrina: Eduel, 260 p.
- Figueiró, M. N. D. (2007). Homossexualidade e educação sexual. Construindo o respeito à diversidade. Londrina: Ed.UEL.
- Figueiró, M. N. D. (2004). O professor como educador sexual: interligado formação e atuação profissional. In: RIBEIRO, P.R.N. (Org). Sexualidade e educação: aproximações necessárias. São Paulo: Arte & Ciência, p.204;21cm.

- Figueiró, M. N. D. (2009). Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. In: FIGUEIRÓ, M. N. D.(org.). **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina: UEL, p.141-71.
- Freire, Paulo. (1996). **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, Paulo. (1970). *Pedagogia do oprimido*, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Freire, Paulo. (2016). *Conscientização*. Tradução de Thiago José Risi Leme. São Paulo: Cortez.
- Furlani, J. (2009). Direitos humanos, Direitos sexuais e Pedagogias Queer: o que essas abordagens têm a dizer à Educação Sexual. In: ROGÉRIO, D.J (organizador). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO*.
- Frison, L. M. B. (2002). Desafios da orientação sexual no contexto escolar. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n.32, p. 207-218.
- Gonini, F., & Ribeiro, P. R. M. (2014).A sexualidade e sua construção histórica: alguns apontamentos para educadores que trabalham com educação sexual. In.: JABONERO, M.; BRIS, M.M.; ARIAS, A.M.; BIZELLI, J. L. (orgs.). **Miradas diversas de la educación en Iberoamérica**. Bucaramanga: Universidad Autónoma de Bucaramanga. p. 265-77.
- Guibu, G. Y. et al. (2014). Projeto Saúde e Prevenção nas escolas: ações de formação continuada em educação sexual desenvolvidas pelos membros do grupo gestor municipal de Presidente Prudente- SP. In: RENNES, P. M. R et al. (Org.). *Sexualidade e educação sexual: pesquisa, intervenção e direitos – Araraquara, SP: Publicações CIEd; Padu Aragon Editor*. p.147-159.
- Instituto Aliança. (2012). *Convivência e Cidadania oficinas educativas*.
- Junqueira, R. D. (2009). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco.

- Junqueira, R. D. (2013). Por uma pedagogia da diversidade de corpos, gêneros e sexualidade. In: SILVA, F. F... [et al.]. (Org). Sexualidade e escola: compartilhando saberes e experiências. 3. Ed. revisada. Rio Grande: Editora da FURG. 186 p.: il.
- Kullok, M.G.B. (2000). **As exigências da formação do professor na atualidade**. 1. ed. Maceió: EDUFAL. v.1. 56p.
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Leão, A. M. C. (2012). A percepção do(a)s professore(a)s e coordenadore(a)s dos cursos de Pedagogia da Unesp quanto à inserção da sexualidade e da educação sexual no currículo: analisando os entraves e as possibilidades para sua abrangência. 259f. Relatório de Pós-Doutorado (Sexologia e Educação Sexual), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara.
- Leão, A. M. C. (2009). Estudo analítico-descritivo do curso de Pedagogia da UNESP de Araraquara quanto à inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos. 2009. 343f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) -Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- Leão, A. M. C., & Ribeiro, P. R. M. (2012). Curso de Formação inicial em sexualidade: Relato de uma proposta interventiva. Revista Ibero Americano de Educação, v.8,n.3. p. 609-638.
- Leão, A. M. C. (2016). CONCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E PAIS SOBRE SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL: Elaboração, aplicação e avaliação de cursos interventivos voltados para pais, professores e alunos. Relatório de pesquisa apresentado à Fapesp. Araraquara.
- Leal, M. L. P., & Leal, M. F. (2002). Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil. Brasília, CECRIA.

- Leão, A. M. C., Doescher, A. M. L., & Ribeiro, P. R. M. (2014). **O Preconceito na escola: caminhos para enfrentar a homofobia e a discriminação de gênero**. In: MAIA... [et al]; Educação para a sexualidade. (Org.). Joanalira. C. M; Paula, R. C. R. – Rio Grande: Ed da FURG, 285 p. (Coleção Cadernos Pedagógicos da EaD; vol. 23, p.47).
- Lima, E. S. & Maio, E. R. (2014). Educação para sexualidade como estratégia de enfrentamento à violência sexual e sua importância na formação docente. In: MAIA... [et al]; Educação para a sexualidade. (Org.). Joanalira. C. M; Paula, R. C. R. – Rio Grande: Ed da FURG, 285 p. (Coleção Cadernos Pedagógicos da EaD; vol. 23).
- Loyola, Maria Andréa. (1998). A sexualidade nas ciências humanas. Rio de Janeiro: Editora UERJ.
- Louro, G. L. (2014). Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Maia, A. C. B., & Ribeiro, P. R. M. (2011). Educação sexual: princípios para ação. **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v.15, n.1, p 75-84. MAIA, A. C. B.; MAIA, A. F. (Orgs). *Sexualidade e Infância*. Cadernos Cecemca. Bauru, Unesp; Brasília: MEC.
- Maia... [et al]; Educação para a sexualidade. (2014). (Orgs.). JOANALIRA. C. M; PAULA. R. C. R. – Rio Grande: Ed da FURG, 285 p. (Coleção Cadernos Pedagógicos da EaD; vol. 23, ISBN da série: 978-85-7566-230-4).
- Maia, A.C.B. (2001). Reflexões sobre a educação sexual da pessoa com deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*.v.7. n.1.
- Maia, A.C.B. (2004). Orientação sexual na escola. In: Ribeiro, P.R.M. (Org). *Sexualidade e educação: aproximações necessárias*. São Paulo: Arte & Ciência, p.164.
- Minayo, C. de S. (1992). **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde, 4ed. São Paulo: HUCITEC.
- Minayo, M.C.S. (2009). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade, 28ed. Petrópolis: Vozes.

Ministério da Saúde. (2002). Secretaria de Políticas de Saúde. A promoção da saúde no contexto escolar Rev. Saúde Pública, São Paulo, v.36, n.4 ago. Disponível em:

<<http://www.fsp.usp.br/rsp>> Acesso em 03/02/2017.

Nóvoa, A. (1995). Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote.

Nóvoa, A. (1997). Formação de professores e profissão docente. In:____. (Org.). Os professores e sua formação. 3 ed. Lisboa: Dom Quixote. p. 13-33.

Nóvoa, A. (1991). Concepções e práticas da formação contínua de professores. In: NÓVOA, A. (Org). Formação Contínua de Professores: realidade e perspectivas. Portugal: Universidade de Aveiro.

Nunes, C.; & Silva, E. (1999). Sexualidade e educação: elementos teóricos e marcos historiográficos da educação sexual no Brasil. In: LOMBARDI, J.C. (Org). Pesquisa em educação: história, filosofia, temas transversais. Campinas: Autores Associados.

Nunes, C.; & Silva, E. (2000). A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas e práticas para uma abordagem de sexualidade para além da transversalidade. Campinas: Autores Associados.

OMS. (2010). Organização Mundial de Saúde.

Oliveira, V.L.B. (2009). Sexualidade no contexto contemporâneo: um desafio aos educadores. In: FIGUEIRÓ, M.N.D. (org.) Educação Sexual: múltiplos temas, compromisso comum.- Londrina: UEL.190p.

Orientação Técnica de Educação em Sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem.- Brasília: UNESCO,2013-53p.

Parasuraman, A. (1991). Marketing research. 2. ed., Addison Wesley Publishing Company, p. 21-60.

- Pereira, G. R., & REIS, M. A. S. (2013). (Orgs). Formação docente em gênero e sexualidade: entrelaçando teorias, políticas e práticas. Petrópolis, RJ: De Petrus et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ.
- Ribeiro, P.R.M. (2013). A educação sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos para uma cidadania ativa. In: RABELLO, Amanda Oliveira; PEREIRA, Graziela Raupp; REIS, Maria Amélia de Souza (Orgs). Formação docente em gênero e sexualidade: entrelaçando teorias, políticas e práticas. Petrópolis, RJ: De Petrus et.alii; Rio de Janeiro: FAPERJ.
- Ribeiro, P.R.M. (2002). Sexualidade e educação sexual: apontamentos para uma reflexão.- Araraquara: FCL/ laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora.
- Ribeiro, P. R. M. (2004). Sexualidade e educação: aproximações necessárias. (Org.) – São Paulo: Arte & Ciências, p.204.
- Ribeiro, P. R. M. (1990). Educação Sexual além da informação. São Paulo: EPU.
- Ribeiro, P. R. C., & Soares, G. F. (2013). As identidades de Gênero. In: RIBEIRO, P.R.C. (Org). Corpos, gêneros e sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar. 3. ed. revisada. Rio Grande: Editora da FURG.
- Sacks, H. (1992). Lectures on conversation. Orxford: Blackwell (JEFFERSON, G [ed].).
- SpazianI, A. B., & Maia, A. C.B. (2014). A sexualidade infantil no filme “Le Petit Nicolas”: Uma possível reflexão com professores/as. In: RIBEIRO, P.R.M et al. (Org).- Sexualidade e educação sexual: pesquisa, intervenção e direitos. Araraquara, SP: Publicações CIEd; Padu Aragon Editor. 271p.
- Sambugari, M. R. D. N. (2005). **O papel dos cursos de formação continuada na formação e atuação docente.** Unesp. Araraquara.
- Santos, C., & Bruns, M. A. T. (2000). *A educação sexual pede espaço: novos horizontes para a práxis pedagógica.* São Paulo: Ômega Editora.

- Sena, A. S. (2011). Formação Continuada e o Processo de Desenvolvimento Profissional de Professores. Pós-graduado em Metodologia do Ensino de História e Geografia pela Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER). Licenciado Pleno em História pela Faculdade de Itaituba/PA e Professor de História na mesma Instituição e Professor de ensino Médio. -Pós-Graduado em Docência do Magistério no ensino superior pela Faculdade de Itaituba- Pará, p. 1-6.
- Senatore, R. C.; & Ribeiro, P. R.M. (2001). Um estudo sobre a sexualidade infantil a partir do discurso de um grupo de professoras. In: Chakur, C. R. S.L. (Org.). **Problemas da Educação sob o olhar da psicologia**. São Paulo/ Araraquara: Cultura Acadêmica / laboratório Editorial FCL, p.141-170.
- Scott, J.W. (1998). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade. vol. n.2. Porto Alegre.
- Secretaria de Educação do Município de Abaetetuba (SEMEC). (2015). Plano Municipal de Educação: planejando a próxima década. Abaetetuba: SEMEC.
- Silva, J.C.M. (2011). Formação continuada dos professores: visando a própria experiência para uma nova perspectiva. **Revista Iberoamericana de Educação**.
- Silva, Claudete do S. Q. (2012). **Brinquedos de Miriti: educação, identidade e saberes cotidianos** – 2012 f. 154. Dissertação (Mestrado Educação). Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém.
- Soares, G. F. (2013). **Gravidez na Adolescência**. In: Ribeiro, P. R. C., Raquel, P. Q. (Org.). **Corpos, gêneros e sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar**. 3 ed. revisada. Rio Grande: Editora: Editora da FURG, p. 44-46.
- Suplicy, M. (1987). Conversando sobre sexo. 15.ed. Petrópolis: Vozes.
- Tardif, M. (2010). **Saberes Docentes e formação profissional**. (Francisco Pereira, trad). 10.ed., Petrópolis: Vozes.

- Teixeira, A.F., & Xavier, F. C. (2014). A infância sexuada generificada nos documentos legais e oficiais vigentes no Brasil. In: RIBEIRO, P.R.M et al. (Org.).- **Sexualidade e educação sexual**: pesquisa, intervenção e direitos. Araraquara, SP: Publicações CIED; Padu Aragon Editor.
- Thiollent, Michel. (1998). Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez.
- Trivinos, A.N.S. (1987). **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas.
- Vieira, H et.al. (2014). Gênero e Educação: contextos a formação de professores. In: RBEIRO, P. R. M et.al. (Org). Sexualidade e educação sexual: pesquisa, intervenção e direitos. Araraquara, SP: Publicação CIED; Padus Aragon Editor.
- Vilaça, M.T.M. (2015). Competência para a ação na educação em sexualidade: potencialidades da parceria entre profissionais da educação e saúde com integração da tic. In: VILELA, A.P. Educação Sexual: do saber ao fazer. Um contributo para a formação de professores. Cadernos de Escola e Formação do Centro de formação de Associação de Escolas Braga/Sul.
- Vilaça, T. (2006). **Ação e competência de ação em educação sexual**: uma investigação com professores e alunos do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário. Tese (Doutoramento em Educação, Área de conhecimento de metodologia do ensino das ciências), Universidade do Minho, Braga, Portugal, no prelo.
- Werebe, M. J. G. (1981). Educação Sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão? Cadernos de pesquisa, São Paulo. n.36.
- Xavier, F. C. (2012). As dores e as delícias de trabalhar com as temáticas de gênero, sexualidade e diversidades na formação docente. In: SOUZA, L. L, ROCHA, A. S. (Org). Formação de educadores, gênero e diversidade. Cuiabá, MT: EdUFMT.

- Xavier, F.C. (2009). Educação para a sexualidade: carregar água na peneira? In: RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, M. R. S.; GOELLNER, S. V (Org). Corpo, gênero, sexualidade: composições e desafios para a formação docente. Rio Grande: FURG, 170 p.
- Yared, Y.B. (2011). A educação sexual na escola: tensões e prazeres na prática pedagógica de professores de Ciências e Biologia. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade do Planalto Catarinense, Lages.
- Yared, Y.B., & Melo, S. M. M. (2002). Educação Sexual em cursos de graduação em medicina: algumas reflexões iniciais. In: RIBEIRO, P. R. M. et al. (Org.) Sexualidade, gênero e educação sexual: diálogos Brasil- Portugal.- Araraquara, SP: Publicações CIED: Padu Aragon, 2014. 346 p. ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente Pará. Belém: CEDCA/SETEPS.
- Yared, Y. B., & Melo, S. M. M. (2015). Processos de educação sexual em cursos de medicina: reflexões sobre a construção do saber médico. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e letras. – Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- <https://pt.wikipedia.org/wiki/Abaetetuba>, acesso dia 22 de dezembro de 2016.
- <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/basica.pdf> (acesso em 01 de janeiro de 2017)
- <http://www.aids.gov.br/noticia/2016/departamento-passa-utilizar-nomenclatura-ist-no-lugar-de-dst>
Acesso em 10 de março de 2017.
- [https:// pt.wikipédia.org/wiki/ fundação Carlos Chagas](https://pt.wikipedia.org/wiki/fundação_Carlos_Chagas), acesso em 07 de Junho de 2017.
- [https://www.tudosobreprovab.com.br/ provab](https://www.tudosobreprovab.com.br/provab), acesso em 09 de Junho de 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO

Dados de identificação

Sexo: F() M()

Idade:

Formação Acadêmica:

Ano:

Tempo de atuação profissional:

Trajatória de formação

1. Durante a sua formação na graduação alguma disciplina abordou questões de sexualidade? Se sim, que assuntos foram tratados? Se não, sentiu necessidade de conhecer sobre o assunto?

2. No curso de graduação recebeu informações acerca das relações de gênero? Se sim, que informações foram estas?

Atuação profissional

3. Você já participou de alguma palestra, curso ou formação durante a sua atuação profissional que abordasse acerca de sexualidade? Se a resposta for sim, fale acerca desta experiência.

4. No seu espaço de trabalho há algum trabalho de educação sexual? Se sim, que trabalho é este? Há quanto tempo ele ocorre? Quais os profissionais que estão envolvidos?

5. Você já exerceu alguma atividade interventiva com sexualidade na sua atuação profissional? Se sim, quais as facilidades e dificuldades que você encontrou? Se não, você tem vontade de realizar algum tipo de atividade que aborde este assunto? Por quê?

Conceituação

6. O que você compreende por sexualidade?

7. Para você o que é ‘educação sexual’?

8. Como você define relações de gênero?

O Curso de formação continuada em educação sexual

9. Quais os motivos que despertou o seu interesse em participar da formação continuada em educação sexual? Há alguma implicação para sua atuação profissional? Quais suas perspectivas quanto a este curso?

10. Em sua opinião, quais temáticas relativas à sexualidade são importantes de serem contempladas nesta formação?

11. Em sua opinião que propostas podem ser lançadas para contribuir na formação continuada em sexualidade de profissionais de sua área?

Muito obrigada pela colaboração!

APÊNDICE C- AVALIAÇÃO DAS OFICINAS



Unesp

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
CAMPUS DE ARARAQUARA – SP**

AVALIAÇÃO FINAL DA FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO SEXUAL

Nome (opcional): _____

Prezado (a),

O preenchimento desta ficha de avaliação de forma consciente servirá como instrumento para avaliar a qualidade da formação em Educação Sexual no Município de Abaetetuba-PA.

A sua colaboração é de suma importância.

Muito Obrigada.

Na sua avaliação, utilize a seguinte escala:

1	2	3	4
Fraco	Regular	Bom	Ótimo

1.O curso correspondeu às suas expectativas?

SIM () Não()

Comente: _____

2. Quanto a organização e estrutura:

ITEMS	1	2	3	4
Local e infraestrutura				
Carga horária				
Qualidade e relevância do material didático				
Cumprimento da proposta da formação/ Alcance dos objetivos.				
Metodologia utilizada				
Materiais e recursos áudio-visuais				
Relevância da temática da formação				
Nível do assunto abordado				

- Justificativa, críticas, elogios e sugestões quanto aos conceitos acima:

3. Quanto ao desempenho da formadora:

ITEMS	1	2	3	4
Condução das atividades (manejo) e abordagem do tema				
Linguagem utilizada/ Comunicação clara e assertiva				
Flexibilidade				
Capacidade de motivar e estimular o interesse e a participação				
Capacidade para expressar elogios, críticas e orientações				
Capacidade para aceitar críticas e opiniões				
Capacidade de relacionar e equilibrar teoria e prática				
Transmissão de confiança e credibilidade				
Comportamento ético				
Cumprimento de horário/ Administração do tempo				
Cumprimento do contrato				
Orientação e Acompanhamento das oficinas executadas/Supervisão				

- Justificativa, críticas, elogios e sugestões quanto aos conceitos acima:

4. A formação satisfez minhas necessidades de aprendizagem sobre o assunto?

5. O curso despertou meu interesse pelo assunto?

6. O que para você foi mais significativo na formação?

7. Na sua opinião, quais foram os aspectos positivos da formação?

8. Na sua opinião, quais foram os aspectos negativos da formação?

9. Como você classifica sua participação na formação?

10. Pode acrescentar sugestões para próximos estudos?

OBRIGADA PELA COLABORAÇÃO!

ANEXO A- CARTA DE ESCLARECIMENTO DA PESQUISA

Eu, Suellen Silva Rodrigues, aluna do curso de Pós-graduação, em nível de mestrado do Programa de Mestrado em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Campus de Araraquara, sob orientação da professora Dr^a Andreza Marques de Castro Leão venho por meio desta apresentar a pesquisa “Concepções de profissionais de saúde e educação em sexualidade: proposta interventiva e assessoramento para projetos de educação sexual”, que tem o objetivo de verificar as concepções dos profissionais de saúde e educação relativas a sexualidade e educação sexual. A partir disso, elaborar e implementar propostas interventivas em sexualidade e educação sexual direcionado aos mesmos, acompanhando-os e assessorando-os no desenvolvimento de projetos em educação sexual.

Nesta etapa do projeto serão coletadas informações por meio de um questionário.

Esclarece-se que será assegurado tanto à escola e a todos os participantes da pesquisa o anonimato e a confidencialidade bem como a possibilidade de desistir da pesquisa a qualquer momento. Vale ressaltar ainda que as informações reunidas serão usadas, unicamente, para fins desta pesquisa e de trabalhos que dela se desdobrarão. Desta forma informa-se que uma cópia com o resumo do projeto será disponibiliza a esta instituição de ensino. Informa-se também a disponibilidade para qualquer esclarecimento durante tempo de execução deste projeto nos seguintes contatos: Suellen Silva Rodrigues e-mail: suellen_rodrigues18@yahoo.com.br, telefone: 16- 981910116 e Prof^a Dr^a Andreza Marques de Castro Leão e-mail: andrezaleao@fcl.unesp.br, telefone 16- 33 34- 6340.

Na esperança de contar com sua colaboração deixo meus agradecimentos,

Atenciosamente,

Suellen Silva Rodrigues

Mestranda em educação Sexual - UNESP

ANEXO B- TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA NA ESCOLA

Prezado diretor da escola _____, eu, Suellen Silva Rodrigues, aluna do curso de Pós-graduação, em nível de mestrado do Programa de Mestrado em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Campus de Araraquara, sob orientação da professora Dr^a Andreza Marques de Castro Leão venho por meio deste solicitar autorização para realizar nas dependências desta instituição de Ensino a pesquisa : “Concepções de profissionais de saúde e educação em sexualidade: proposta interventiva e assessoramento para projetos de educação sexual”, que tem o objetivo verificar as concepções dos profissionais de saúde e educação relativas a sexualidade e educação sexual. A partir disso, elaborar e implementar propostas interventivas em sexualidade e educação sexual direcionado aos mesmos, acompanhando-os e assessorando-os no desenvolvimento de projetos em educação sexual.

Nesta etapa do projeto serão coletadas informações por meio de questionário. Por isso, solicito ao senhor/^a diretor/^a, a liberação da Escola Geração 2000.

Esclarece-se que será assegurado tanto à escola e a todos os participantes da pesquisa o anonimato e a confidencialidade bem como a possibilidade de desistir da pesquisa a qualquer momento. Vale ressaltar ainda que as informações reunidas serão usadas, unicamente, para fins desta pesquisa e de trabalhos que dela se desdobrarão. Desta forma informa-se que uma cópia com o resumo do projeto será disponibiliza a esta instituição de ensino. Informa-se também a disponibilidade para qualquer esclarecimento durante tempo de execução deste projeto nos seguintes contatos: Suellen Silva Rodrigues e-mail: suellen_rodrigues18@yahoo.com.br ,telefone: (91)981910116 e Prof^a Dr^a Andreza Marques de Castro Leão e-mail: andrezaleao@fcl.unesp.br, telefone 16- 33 34- 6340.

Na esperança de contar com sua colaboração deixo meus agradecimentos,

Atenciosamente, Suellen Silva Rodrigues

Abaetetuba-PA, ____ de _____ 2016

ANEXO C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa: “Concepções de profissionais de saúde e educação em sexualidade: proposta interventiva e assessoramento para projetos de educação sexual”, que tem por objetivo verificar as concepções dos profissionais de saúde e educação relativas a sexualidade e a educação sexual. A partir disso, elaborar e implementar propostas interventivas em sexualidade e educação sexual direcionado aos mesmos, acompanhando-os e assessorando-os no desenvolvimento de projetos em educação sexual.
2. A pesquisa, utilizando a metodologia de pesquisa qualitativa, consistirá na aplicação de questionário junto aos participantes do estudo para posterior análise dos dados, dessa forma, pretende-se mostrar a relevância deste assunto para que ele obtenha melhor visibilidade nas suas instâncias sociais, de modo que os profissionais de saúde e educação possam executar suas atividades acerca da educação sexual. Trata-se de uma pesquisa de mestrado desenvolvida por Suellen Silva Rodrigues do curso de Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, sob orientação da Profa. Dr.^a Andreza Marques de Castro Leão.
3. O benefício da sua participação na pesquisa será contribuir para a compreensão da realidade da educação sexual no município de Abaetetuba, dos desafios, consequências e implicações que os profissionais enfrentam ao implementá-las no seu ambiente de trabalho.
4. Ao participar deste trabalho você responderá perguntas que podem oferecer riscos e desconfortos como o sentimento de constrangimento, seja ele de cunho emocional e/ou moral. Ademais, sentir-se ameaçado quanto à exposição direta ou indireta de sua privacidade, devido ao teor das questões que abordam assuntos relacionados a sexualidade. Sendo assim, salienta-se que você poderá se retirar da pesquisa a qualquer momento se sentir-se desconfortável e/ou arrependido por ter aceitado participar sem sofrer nenhum tipo de penalidade. Sua decisão será respeitada.
5. Garantimos a indenização diante de eventuais danos causados a você pela participação nesta pesquisa.
6. A qualquer momento da realização desse estudo você poderá receber os esclarecimentos adicionais que julgar necessários e poderá recusar-se a participar ou retirar-se da pesquisa

em qualquer fase da mesma, sem nenhum tipo de penalidade, constrangimento ou prejuízo por parte da pesquisadora ou da instituição.

7. O sigilo das informações será preservado através de adequada codificação dos instrumentos de coleta de dados, e especificamente, nenhum nome, isto é, identificação de pessoas, tampouco locais serão divulgados. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins unicamente acadêmico-científicos e apresentados na forma de dissertação, não sendo utilizados para qualquer fim comercial.
8. A participação no estudo não acarretará custos para você, bem como nada será pago por sua participação.
9. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos com a disponibilização dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos os participantes. Você receberá uma via deste termo onde consta o telefone e o endereço de e-mail do pesquisador, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento no futuro.

Suellen Silva Rodrigues
Suellen_rodriques18@yahoo.com.br
(91)981910116

Profa. Dr.^a Andreza Marques de Castro Leão
andrezaleao@fclar.unesp.br
(16) 3334-6340

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da localizada à Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.

Local e data:

Assinatura do sujeito da pesquisa

ANEXO D- PARECER COMITÊ DE ÉTICA



**UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS E LETRAS -
CAMPUS ARARAQUARA**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE: proposta interventiva e assessoramento para projetos de educação sexual

Pesquisador: SUELLEN SILVA RODRIGUES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 63724416.2.0000.5400

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Campus Araraquara

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.913.279

Apresentação do Projeto:

O presente estudo visa promover uma formação direcionada aos profissionais da saúde e educação a respeito da sexualidade e educação sexual. Trata-se de uma proposta de formação continuada buscando renovar seus saberes pessoais sobre temas relacionados a gênero, sexualidade e diversidade sexual, trabalhando, com profissionais que atuam especificamente com crianças e os adolescentes temas como sexualidade, relações de gênero, direitos sexuais e direitos reprodutivos, prevenção as DST – HIV – AIDS, exploração sexual e gravidez na adolescência. Este estudo será realizado em Abaetetuba-PA, nas dependências de uma escola pública, assim como, de um centro de saúde.

Objetivo da Pesquisa:

Destaca-se, como objetivos específicos, inicialmente, realizar um diagnóstico acerca das concepções dos profissionais de saúde e educação relativas a sexualidade e educação sexual. A partir disso, elaborar e implementar propostas interventivas em sexualidade e educação sexual direcionado aos mesmos, acompanhando-os e assessorando-os no desenvolvimento de projetos em educação sexual.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora indica tanto no documento de informações básicas sobre o projeto, como no

Endereço: Rod. Araraquara- Jaú Km1

Bairro: CENTRO

UF: SP

Município: ARARAQUARA

CEP: 14.800-901

Telefone: (16)3301-6224

Fax: (16)3332-0698

E-mail: sta@fclar.unesp.br



UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS E LETRAS -
CAMPUS ARARAQUARA



Continuação do Parecer: 1.913.279

proprio projeto a possibilidade da ocorrência de desconfortos, constrangimentos, lembranças, etc. Esta consignado no termo a possibilidade do participante se retirar da pesquisa a qualquer tempo, sem nenhum prejuízo a sua pessoa. A pesquisadora, no entanto, apresenta uma proposta a ser aplicada antes das entrevistas que visa minimizar os riscos e eliminar, ou pelo menos diminuir constrangimentos. Os benefícios apontados, destacando-se a ampliação e renovação de conhecimentos sobre sexualidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é exequível. O projeto esta muito bem elaborado, com justificativa plausível, metodologia, metodo e objetivos claros. O cronograma apresentado esta condizente com as etapas a serem desenvolvidas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os documentos que acompanham a proposta estão em consonancia com as normas eticas vigentes

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendencias

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da FCLAr/Unesp, reunido em 09/02/2017, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto.

O relatório final deverá ser entregue até 06 (seis) meses após a data de finalização da pesquisa, conforme projeção do cronograma constante do projeto aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_834959.pdf	13/01/2017 10:41:17		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	12/01/2017 23:04:27	SUELLEN SILVA RODRIGUES	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	12/01/2017 23:03:27	SUELLEN SILVA RODRIGUES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLE.docx	21/12/2016 17:15:40	SUELLEN SILVA RODRIGUES	Aceito

Endereço: Rod. Araraquara- Jaú Km1

Bairro: CENTRO

CEP: 14.800-901

UF: SP

Município: ARARAQUARA

Telefone: (16)3301-6224

Fax: (16)3332-0698

E-mail: sta@fclar.unesp.br



UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS E LETRAS -
CAMPUS ARARAQUARA



Continuação do Parecer: 1.913.279

Justificativa de Ausência	TCLE.docx	21/12/2016 17:15:40	SUELLEN SILVA RODRIGUES	Aceito
---------------------------	-----------	------------------------	----------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARARAQUARA, 09 de Fevereiro de 2017

Assinado por:
Sebastião de Souza Lemes
(Coordenador)

Endereço: Rod. Araraquara- Jaú Km1

Bairro: CENTRO

CEP: 14.800-901

UF: SP

Município: ARARAQUARA

Telefone: (16)3301-6224

Fax: (16)3332-0698

E-mail: sta@fclar.unesp.br

ANEXO E- TEXTO UTILIZADO NA OFICINA DE DIVERSIDADE SEXUAL.**Texto: “No país de Blowmink”**

Blowmink é um país onde se proíbe o relacionamento afetivo e sexual entre pessoas do sexo oposto. O homem não pode sentir desejo, atração ou tesão nem amar romanticamente uma mulher. E a mulher também não pode sentir desejos afetivo-sexuais por um homem. Os bebês são gerados em provetas e inseminados artificialmente, dando opções maiores aos pais sobre as características que poderão desenvolver. Existem pessoas que tentam quebrar as regras de Blowmink, relacionando-se com pessoas do sexo oposto ao seu, mas são excluídas da sociedade e vivem em guetos.

Ivan e Mariana moravam em Blowmink e frequentavam a mesma escola. Um dia perceberam que algo estranho estava acontecendo entre eles. Tentaram disfarçar, mas foi inevitável que acabassem conversando sobre o desejo que estavam sentindo um pelo outro. Sentiram-se muito angustiados, porque perceberam que eram diferentes das outras pessoas, seus pais não aprovariam e talvez fossem até expulsos da escola. Marina e Ivan tentaram não deixar que a atração se transformasse em atitude. Mas uma tarde, voltando para a casa, não resistiram e, depois de se esconderem atrás de algumas árvores em um parque, beijaram-se apaixonadamente. Eles estavam próximos ao colégio onde estudavam. Os amigos de Ivan, que estavam jogando ali perto, viram a cena e ficaram horrorizados. Xingaram Ivan de “hetero” sujo e deram-lhe alguns pontapés. A direção da escola ficou sabendo e imediatamente os expulsou da instituição, para que não contaminassem os outros alunos.

Os dois pais de Ivan mandaram-no embora de casa, indignados. Marina teve mais sorte. Foi encaminhada para um psicoterapeuta, que explicou à família que os sentimentos de Marina por Ivan não eram doença, nem opção. Esclareceu que era ela normal, igual às outras mulheres, e que a diferença estava em quem ela desejava amar (...). Mesmo assim, as duas

mães de Marina pediram que ela não se relacionasse mais com alguém do sexo oposto ao seu. Marina, mesmo sabendo que era normal e igual às outras pessoas, sentiu-se indignada por haver sido rejeitada só porque amava diferente, enquanto os amigos que a haviam agredido não tinham sofrido qualquer repressão.

Ivan tentou se relacionar com outros meninos, cumprindo o que era esperado pela sua família e pelas normas e valores de Blowminsk. Resolveu não viver mais o seu desejo até que pudesse ser independente.

Marina continuou a procurar alguém que sentisse o mesmo que ela e amigos que respeitassem o seu desejo.